



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação - PROPESPG
Programa de Pós-Graduação/Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira



RONDINEY DOS SANTOS SILVA

**TURISMO EM ZONA DE FRONTEIRA NA CIDADE DE OIAPOQUE:
ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS COM ENFOQUE NAS ATIVIDADES DOS
CATRAIEIROS**

MACAPÁ

2024

RONDINEY DOS SANTOS SILVA

**TURISMO EM ZONA DE FRONTEIRA NA CIDADE DE OIAPOQUE:
ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS COM ENFOQUE NAS ATIVIDADES DOS
CATRAIEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de pesquisa: Estado, Fronteiras e Políticas públicas.

Orientador: Dr. Professor Paulo Gustavo Pellegrino Correa.

**MACAPÁ
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

S586 Silva, Rondiney dos Santos.

Turismo em Zona de Fronteira na cidade de Oiapoque: Estratégias e Propostas com enfoque nas atividades dos catraieiros / Rondiney dos Santos Silva. - Macapá, 2024.

1 recurso eletrônico. 187 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira, Macapá, 2024.

Orientador: Paulo Gustavo Pellegrino Correa.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Turismo. 2. Zona de fronteira. 3. Política pública - Economia. I. Correa, Paulo Gustavo Pellegrino, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 338.47918116

**TURISMO EM ZONA DE FRONTEIRA NA CIDADE DE OIAPOQUE:
ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS COM ENFOQUE NAS ATIVIDADES DOS
CATRAIEIROS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação/Mestrado Profissional em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá como requisito para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa
Orientador – PPGEF/MDR/UNIFAP

Prof. Dr. Ramiro Esdras Carneiro Batista
Avaliador interno- PPGEF/UNIFAP

Prof. Dr. José Mauro Palhares
Avaliador externo- PPGEF/UNIFAP/ CAMPI -OIAPOQUE

**MACAPÁ-AP
2024**

DEDICATÓRIA

Dedico este Mestrado aos meus pais, Luiz Magno e Maria Joana (in memoriam), embora não façam mais parte deste cosmo, estão presentes todos os dias da minha vida como referência e legado!

AGRADECIMENTO

Todo trabalho requer força e deslocamento. Este princípio próprio da física fez-me referenciar, metaforicamente, ao objeto na Linha de pesquisa: Estado, Fronteiras e Políticas Públicas (em lócus), de forma produtiva e categórica. A esse respeito, contextualizando estas duas grandezas para a conclusão desta dissertação, posso dizer que o maior trabalho envolvido no espaço da fronteira, entre o Brasil e a Guiana Francesa, foi a pesquisa sobre o objeto: turismo social na cidade de Oiapoque com foco nas atividades dos catraieiros.

Nada foi fácil, isso mesmo, um lugar com poucas bibliografias, porém, com inúmeros legados e imensas paisagens naturais, com sua história singular que se cruza com as demais cidades de fronteira no território amazônico, impulsionando as pessoas a suscitarem o desejo de se pertencer como parte da atmosfera social oiapoqueense.

Sou um amazônida¹ com esplendor e visionário sobre o progresso da região e, ao produzir a pesquisa sobre turismo nesta fronteira, impulsionou-me a materializar ainda mais este ideal, pois constitui-se como uma possibilidade para que estudiosos, cientistas e atores sociais venham conhecer e experimentar o turismo social em zona de fronteira.

Em decorrência desta meta, nada se constrói sozinho, um trabalho desta envergadura, tive que percorrer longos caminhos, muitas vezes voltando ao tempo da história, realinhando planos, dedicando-me e abdicando-me de fatores externos para que fossem almeçados os objetivos, ou seja, para que a conclusão do trabalho chegasse na evidência, o mesmo teve que seguir paulatinamente as etapas do processo, obedecendo em média a quatro critérios concatenados: viabilidade, adequação, significância (pertinência) e a eficácia. Dessa forma, recorri às fontes de informações de dados e fatos de algumas instituições, de parceiros e de pessoas públicas cujas referências foram fidedignas sobre o objeto, e que agora estão contidas como parte constituída em capítulos.

Trilhar este caminho só foi possível com o apoio, energia e força de várias pessoas às quais dedico especialmente este projeto de vida com muito estudo e dedicação. Só tenho a reconhecer e agradecer empenhos, companhias e a profunda sinceridade de minha parte.

Portanto, em primeiro lugar, à minha família, sou eternamente grato por tudo que sou e consegui conquistar e pela felicidade que tenho. Aos meus irmãos, batalhão da família Silva:

¹ Curuçá é um município brasileiro do estado do Pará pertencente à mesorregião do Marajó e sede da microrregião de Salgado. Localiza-se no Norte brasileiro, na zona fisiográfica de Guajarina, a uma latitude 00°43'44" sul e longitude 47°50'53" oeste (0° 43' 44" S, 47° 50' 53" O).

Rodileno, Mauro, Neto, Miro, Dekko, Rubens, Riva, Rondinelly e minha irmã Rosenilda, pelo incentivo, confiança e força. Fica o meu agradecimento.

À minha princesa filha, Laylla Cristhynna Silva, por todo amor incondicional que você sempre me deu. Inúmeras foram as vezes que se retirou do meu espaço para me deixar um pouquinho isolado estudando, embora sendo uma criança, entendeu esse processo como parte de sua formação. Fico feliz por você fazer parte da minha vida. A sua existência é o reflexo mais perfeito da criação.

À minha esposa, companheira de todas as horas, profa. Rilanny Rafaela Silva, pelo incentivo, paciência e colaboração, com quem sempre dividi os bons e difíceis momentos!

Aos colegas mestrando e alguns já mestres, fica o meu sincero agradecimento pelos momentos inesquecíveis de estudo, experiências e excursões vivenciados ao longo desses anos, principalmente pelo companheirismo e amizade construída.

À minha colaboradora de dados sobre o turismo em Oiapoque, a turismóloga Adriana Franklin - SEMTUR - Oiapoque.

Ao Prof. Dr. José Mauro Palhares, membro titular na qualificação, pelo seu aporte profícuo na orientação da estrutura da dissertação, ficam a minha gratidão e apreço.

Ao Prof. Dr. Ramiro Esdras Carneiro, membro titular na qualificação, pela inestimável contribuição.

Ao Prof. Dr. Gutenberg de Vilhena Silva, por me fornecer materiais sobre a fronteira, fica o meu reconhecimento imensurável.

Minha gratidão especial ao Prof. Dr. Paulo Gustavo Pellegrino Correa, meu orientador, sobretudo pela pessoa e profissional ético que é. Obrigado pela sua dedicação, auxílio e orientação, principalmente por acreditar e depositar a confiança em mim ao longo desses anos no Mestrado. Este empenho nada seria possível para obtenção deste título se não fosse à luz de sua sapiência!

Por fim, a todos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação, o meu sincero agradecimento.

EPÍGRAFE

“Aquilo que a lei ordena, a fé pede”
(Santo Agostinho)

RESUMO

O presente trabalho, no que se refere ao Turismo em Zona de Fronteira na cidade de Oiapoque, visa analisar estratégias e propostas de Turismo Social para os catraieiros a partir do impacto estrutural nas suas atividades, quando a Ponte Binacional Franco-Brasileira for liberada. Neste contexto, o turismo como vertente de geração de serviço e renda, junto às cooperativas e associações dos catraieiros, garante possibilidade de agregar ao setor econômico desenvolvimento social e fortalecimento do comércio local. O escopo da pesquisa delinea-se pela origem histórica da fronteira franco-brasileira, tendo em vista os fluxos de turistas nacionais e estrangeiros, os principais equipamentos e serviços turísticos e as características dos aspectos geográfico, histórico e cultural, balizada na dinâmica socioeconômica. E, por fim, como resultado da pesquisa, produziu-se uma cartilha turística que serve de instrumento para orientação e divulgação dos trades turísticos, tanto para os moradores e turistas, como também para os setores privados e públicos, que juntos engendram o turismo nesta faixa de fronteira.

Palavras-chave: turismo; zona de fronteira; política pública; economia.

ABSTRACT

This study, which deals with Tourism in the Border Zone of the city of Oiapoque, aims to analyze strategies and proposals for Social Tourism for the catraieiros based on the structural impact on their activities when the Franco-Brazilian Binational Bridge is opened. In this context, tourism as a service and income generation tool, together with the catraieiros' cooperatives and associations, ensures the possibility of adding social development and strengthening local commerce to the economic sector. The scope of the research is outlined by the historical origin of the Franco-Brazilian border, considering the flows of national and foreign tourists, the main tourist facilities and services, and the characteristics of the geographic, historical, and cultural aspects, based on socioeconomic dynamics. Finally, as a result of the research, a tourist booklet was produced that serves as an instrument for guiding and promoting the tourist trade, both for residents and tourists, as well as for the private and public sectors, which together generate tourism in this border area.

Keywords: tourism; border zone; public policy; economics

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Mapa limítrofe da cidade de Oiapoque	26
Figura 02	Mapa Platô das Guianas.....	29
Figura 03	Mapa limite - fronteira terrestre.....	38
Figura 04	Mapa limite - fronteira marítima.....	38
Figura 05	Fórum Estadual de Turismo.....	45
Figura 06	Mapa de rota do turismo no território norte do Brasil.....	47
Figura 07	Conceito sobre zona de fronteira.....	50
Figura 08	Zona de fronteira franco-brasileira.....	52
Figura 09	Mapa com as principais conexões entre Macapá e Guiana Francesa.....	55
Figura 10	Encontros sobre Acordos aprovados: Brasil e Guiana Francesa.....	58
Figura 11	Ponte binacional ligando as duas fronteiras	59
Figura 12	Circulação sobre a ponte binacional.....	60
Figura 13	Registro-Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça.....	61
Figura 14	Registro-Encontros sobre acordos na fronteira.....	63
Figura 15	Os fluxos das catraias.....	92
Figura 16	Mapa de convergência de circulação.....	107
Figura 17	Letreiro da cidade: Eu amo Oiapoque.....	113
Figura 18	Monumento Pátria: Aqui começa o Brasil.....	114
Figura 19	Museu Kuahi	115
Figura 20	Monumento Laudo Suíço.....	116
Figura 21	Igreja Nossa Senhora das Graças.....	117
Figura 22	Ponte Binacional (detalhe 01)	118
Figura 23	Ponte Binacional (detalhe 02)	118
Figura 24	Ponte Binacional (detalhe 03)	119
Figura 25	Grande Rocha.....	119
Figura 26	Grande Rocha (detalhe 01)	120
Figura 27	Grande Rocha (detalhe 02)	120
Figura 28	Montanhas do Tumucumaque	121
Figura 29	Pedra Grande	122
Figura 30	Clevelândia do Norte	123
Figura 31	Clevelândia do Norte (detalhe 01)	124

Figura 32	Balneário	125
Figura 33	Frente da cidade de Oiapoque.....	125
Figura 34	Território indígena à margem do Rio Oiapoque.....	126
Figura 35	Balneário e restaurante.....	126
Figura 36	Passeio turístico 01.....	127
Figura 37	Passeio turístico 02.....	127
Figura 38	Passeio turístico 03.....	128
Figura 39	Frente da cidade de Saint Georges-Guiana Francesa.....	128
Figura 40	As catraias na rampa de embarque e desembarque	129
Figura 41	Grupos de pesquisadores – excursões-UNIFAP.....	130
Figura 42	Baixo rio Oiapoque.....	136
Figura 43	Roteiro turístico no baixo Rio Oiapoque.....	137
Figura 44	Veículos de Caiena estacionados em Oiapoque 01.....	138
Figura 45	Veículos de Caiena estacionados em Oiapoque 02.....	139
Figura 46	Reunião promovida pela ANTT	140

LISTA DE TABELA

Tabela 01	Extensão e limites fronteiriços na Amazônia.....	41
Tabela 02	Encontros e acordos bilaterais entre Brasil e França.....	54
Tabela 03	Quantidade de brasileiros vivendo na Guiana Francesa.....	65
Tabela 04	Eventos com metas globais.....	73
Tabela 05	Instâncias de governança de turismo (período 1934 a 2002).....	76
Tabela 06	Instâncias de governança de turismo (período 2003 a 2023).....	77
Tabela 07	Pontos turísticos e características.....	111
Tabela 08	Serviços de alimentação-restaurante.....	132
Tabela 09	Bares, cafés e lanchonetes.....	132
Tabela 10	Meios de hospedagem.....	132

LISTA DE SIGLAS

ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ASSEMUN	Assessoria de Municipalização
ASINT	Assessoria Internacional
APA	Área de Preservação Ambiental
APFVV	Associação dos Pilotos Fluviais de Vila Vitória
AVSGL	Associação Valle de Saint-Georges L'Oyapock
BITS	Bureau International du Tourisme Social
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	Brasil
CCP	Centro de Cooperação Policial Bilateral
CDB	Convenção Diversidade Biológica
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
COMFCOI	Cooperativa de transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque
CTB	Código de Trânsito Brasileiro
CMT	Comissão Mista de Cooperação Fronteiriça
CNTUR/PA	Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves
COOPTUR	Cooperativa de Transportes e Turismo de Oiapoque
DTSB	Diretrizes do Turismo Social no Brasil
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EMBRATUR	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
FAEAP	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amapá
FEM	Fórum Econômico Mundial
FETUR	Fórum Estadual de Turismo
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígena
FR	França
GEA	Governador do Estado do Amapá
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MTrs	Ministério do turismo
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIN	Ministério da Integração Nacional
MPE	Micro e Pequenas Empresas
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	A Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional
PDC	Pactos de Cooperação
PDDF	Programa e Promoção de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PMSB	Plano Municipal de Saneamento Básico
PNCO	Parque Nacional do Cabo Orange
PNMT	Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque
PNT	Plano Nacional de Turismo
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PRT	Programas e Ações do Ministério do Turismo
RAI	Rota Amazônica Integrada
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RPPN	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SDIS	Serviço Departamento de Incêndio e Socorro
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado do Amapá
SEPI	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas
SESC	Serviço Social do Comércio
SETUR/AP	Secretaria de Turismo do Amapá
SETE	Secretaria de Trabalho e Empreendimento
SETUR/PA	Secretaria de Turismo do Pará

SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TIR	Transportes Internacionais Rodoviários
UE	União Europeia
UEAP	Universidade Estadual do Amapá
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Justificativa.....	25
1.2 Enfoque metodológico da pesquisa.....	30
2 FRONTEIRA BRASILEIRA: HISTORIOGRAFIA DESDE A COLÔNIA ATÉ A REPÚBLICA.....	32
2.1 O limite da fronteira na Amazônia brasileira e as políticas públicas sobre o turismo.....	40
2.2 Amapá: discurso e proposta de turismo amazônico.....	44
2.3 Zona de fronteira entre Oiapoque-BR e Saint Georges- FR: conceito e história.....	48
2.4 Turismo na zona de fronteira: Acordos e Pactos Internacionais entre Brasil e Guiana Francesa.....	52
3 CONCEPÇÃO DO TURISMO SOCIAL: SUA IMPORTÂNCIA NO CENÁRIO EUROPEU E BRASILEIRO.....	66
3.1 Turismo Social na Europa.....	71
3.2 Turismo Social no Brasil.....	74
3.3 Turismo no estado do Amapá.....	82
3.4 Plano de estudo da Secretaria de Turismo-SETUR/AP e sua política de incentivo ao turismo.....	85
4 OIAPOQUE: ORIGEM HISTÓRICA E ATIVIDADE DE TURISMO ENQUANTO ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS SOCIOECONÔMICAS.....	87
4.1 Turismo com enfoque nas atividades dos catraieiros.....	92
4.2 Estratégias e propostas turísticas como meios de rendas e serviços para os agentes coletivos: catraieiros.....	96
4.3 Políticas públicas: estratégias e propostas de desenvolvimento para o turismo na Zona de Fronteira.....	99
4.4 As potencialidades turísticas da cidade de Oiapoque.....	105
4.4.1 Lugares turísticos na cidade de Oiapoque.....	109
4.4.2 Os <i>trades</i> turísticos em Oiapoque.....	130

5 ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO: CARTILHA GUIA PARA OS TURISTAS.....	133
5.1 Roteiro turístico para zona de fronteira em Oiapoque.....	134
5.2 Estruturação da cartilha turística	141
5.3 Análise descritiva da cartilha e composição formal.....	142
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	158
BIBLIOGRAFIA.....	162
ANEXO I-FOTOS SOBRE ESTUDO DE CASO.....	172
ANEXO II-CARTILHA TURÍSTICA NA VERSÃO FRANCÊS.....	176
ANEXO III- Modelo de ficha de cadastro dos catraieiros.....	187

1 INTRODUÇÃO

Devido às grandes mudanças no cenário mundial através das redes de transportes, tecnologias e comunicação, o espaço fronteiriço e o tempo se tornaram uma variante em que seus limites geográficos recebem grandes trânsitos de pessoas, mercadorias e serviços, transformando-se em aliados fatores econômicos de “portas” promissoras para a geração de emprego e renda das mais variadas demandas, inclusive a do turismo.

Neste âmbito, busca-se conhecer e compreender o Turismo na Fronteira, fazendo um recorte temporal em vista dos principais processo de implementação de políticas públicas, discorrendo, assim, por duas décadas deste século XXI. Para poder analisar o desenvolvimento do turismo nesta espacialidade fronteiriça, se fez necessário um aprofundamento estudo das diferentes realidades econômicas, políticas, sociais, culturais e geográficas, pois os problemas encontrados para o funcionamento harmonioso do turismo local são cada vez crescentes e as soluções cada vez mais difíceis de se descobrir e, conseqüentemente, pôr em prática. Neste aspecto, são dignos os interesses dos atores, sejam públicos, sejam privados, sejam autônomos, pois todos fazem parte do entrelaçar da atividade turística.

A hipótese central desta dissertação propõe que o Turismo Social possa ser um vetor para o desenvolvimento econômico, além de proporcionar novas oportunidades de serviços e renda na área fronteiriça da cidade de Oiapoque, integrando as atividades dos catraieiros

A partir do recorte temporal, o enfoque metodológico com base em abordagem qualitativa e com procedimento bibliográfico objetivou estudar a pesquisa exploratória sobre o objeto por dois vieses: o primeiro com foco em análise mais ampla dos segmentos do Turismo da cidade de Oiapoque com ênfase nas políticas públicas enquanto proposta e estratégia de crescimento e fortalecimento econômico e social, compreendendo que o sistema do setor público e privado, juntos, engendram o turismo local. O segundo foi subdividido em três etapas, a primeira buscou o estudo do fenômeno do turismo social; a segunda foi perceber como o turismo em área de fronteira poderá fomentar geração de emprego e renda junto às cooperativas e associações dos catraieiros e, por último, como resultado da pesquisa, produziu-se a estruturação de uma cartilha informativa para os turistas, sendo um instrumento educativo-formal com ilustrações de áreas turística da cidade de Oiapoque.

A demanda deste setor turístico é um dos fatores que exige uma estrutura assertiva de modo que tanto os moradores locais, quanto os visitantes experimentem a concepção de

pertencimento do local como parte do processo histórico e social. Esta sensação de se sentir parte do lugar está geralmente relacionada à identidade social com a necessidade de reconhecimento dos outros nas interações para formar e manter vínculos sociais, ou seja, de se importar com o lugar onde se vive, afinal, o espaço não é somente apreendido através dos sentidos, pois referenda uma relação estabelecida pelo ser humano, comoventemente, de acordo com suas experiências espaciais próprias ou coletivas.

Quando o tema turismo se estende ao local de zona de fronteira, o olhar do visitante sobre o trade turístico é inusitado, cheio de esperança, curiosidade e de valorização cultural. Neste aspecto, o encontro com o novo espaço é carregado de expectativa e embelezamento pelo exótico, e ainda mais se o destino for uma Zona de Fronteira Amazônica, conseqüentemente o desejo de conhecer o lugar é imensurável.

Dentre as várias cidades de fronteiras amazônicas, pode-se dizer que Oiapoque é uma delas. Em sua territorialidade, há a maior área de preservação natural do mundo o Parque Nacional Montanha do Tumucumaque², que está no norte do Brasil, sendo considerado grande reserva de biomas diversificados e, como parte dessa rica geografia, existe também o rio Oiapoque - Bacia Hidrográfica, cujos afluentes à margem direita corre de oeste para o norte, desaguando no Oceano Atlântico. Este rio, embora seja o limite entre Brasil e Guiana Francesa, é considerado uma conexão entre as duas cidades gêmeas nas mais diversas atividades econômicas, inclusive a turística.

Por sua extensão rica em biodiversidades, pode-se dizer que os bens e serviços prestados aos ecossistemas se voltam para um turismo sustentável com três pilares: responsabilidade ambiental, economia e vitalidade equilibradamente. Segundo as Diretrizes para a Sustentabilidade (2007), a demanda em rápida expansão pelo desenvolvimento do turismo associado às áreas protegidas enfatiza a necessidade de prover orientações claras que contribuam para o turismo sustentável, consistente e com os objetivos primários de conservação das áreas protegidas.

Isto significa entender que as áreas protegidas são componentes essenciais de quaisquer estratégias de conservação e que o turismo oferece uma maneira crucial e única de promover a

²A abrangência do PNMT de leste a oeste perfaz 360 km², de norte a sul 320 km², aproximadamente. Ele é uma UC biestadual. Além disso, ocupa uma estreita faixa de terreno ao longo da margem direita do Rio Jari, e apresenta a divisa entre os estados do Amapá e do Pará. Adentra o Pará, ocupando terras do município de Almeirim. Esta porção soma apenas 471 km², o que representa cerca de 1,2% da área do parque. Os restantes 98,8% do PNMT estão localizados no Amapá e abrangem os municípios de Laranjal do Jari, O Oiapoque, Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari. Sua Zona de Amortecimento proposta se estende ainda pelos municípios de Amapá, Pracuúba e Ferreira Gomes. Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque-PNMT- ICMBIO-AP-2009.

conexão dos visitantes com os valores das áreas protegidas, tornando-se potencialmente uma força positiva para a conservação ambiental de forma sustentável.

As experiências dos visitantes podem ser transformadoras para o crescimento e o bem-estar pessoal à medida que incutem um maior senso de cuidado e apoio aos valores da área protegida. Os benefícios econômicos do turismo em áreas protegidas, que dependem de belas áreas naturais, vida selvagem e natureza saudáveis e culturas autênticas, também podem ser um argumento poderoso para o turismo ser sustentável, ecológico ou social. Silva (2004), enfatiza a relação desse contexto entre o turismo e a economia:

O consumo turístico, no curso das contínuas passagens através da economia, dá origem a novas rendas, que, numa medida mais “inferior”, se transformarão em consumos não mais turísticos. Em outra medida, ainda menor, se transformarão em poupança, a qual poderá se transformar em investimento na própria atividade turística ou em outra atividade produtiva, dando-se início a um novo ciclo (2004, p. 295-296).

Esta atividade econômica com a exuberante diversidade de ecossistemas tem potencial graças justamente ao fascínio que a beleza da floresta tropical exerce sobre os visitantes turistas. Esta conexão com a natureza tem sido um dos fatores naturais que teoricamente abrem possibilidades de explorar a atividade do turismo além dos espaços urbanos. Seguindo este mesmo pensamento, Conceição (2007) corrobora dizendo que todos os bens e serviços implicam produtos específicos, sendo que os produtos específicos se desdobram em dois tipos:

(a)-os produtos característicos, são aqueles que, na maioria dos países, em caso da ausência de visitantes, deixariam de existir em quantidades significativas ou para os quais o nível de consumo se veria sensivelmente diminuído; para esses responsáveis pelos efeitos diretos da indústria do turismo é possível obter informação estatística; (b) os produtos conexos identificados como específicos do turismo em determinados países, porém não são reconhecidos como tal ao nível mundial; neste caso, se trata de uma categoria residual responsáveis pelos efeitos indiretos e induzidos. Os efeitos diretos são aqueles imediatamente relacionados à produção de bens e serviços providos pelos estabelecimentos turísticos de linha de frente, como hotéis, pousadas, agências de viagens, entre outros, e são ocasionados pela demanda dos produtos característicos citados no parágrafo anterior. Os efeitos indiretos surgem a partir do desenvolvimento da atividade turística, através do montante de recursos derivados desta, que impulsiona os demais setores da economia local. Os efeitos induzidos são aqueles gerados através dos salários, aluguéis e juros recebidos da atividade turística que resultam em outras atividades econômicas (2007, p.22).

No campo da economia, a relação de que os gastos dos turistas na cidade de destino geram renda, ou seja, transformam a divisa em fluxos, fortalecendo os demais setores afins entre si, é chamada de efeito multiplicador. Assim, todos ganham uma parcela da receita e se beneficiam vinculadamente, uma vez que o crescimento da demanda de bens e serviços é procedente de outros setores, ou seja, o dinheiro deixado pelos turistas no pagamento de hotel

e em espaço turísticos, por exemplo, tende obviamente a passar pelos diversos setores da economia: taxistas, restaurantes, boates, cambistas, agências de turismo e demais serviços agregados. E, ao se relacionar a um volume tão alto de visitantes, neste caso, acarreta certas necessidades de infraestrutura e requisitos fundamentais de emprego e serviços humanos, todos com ramificações para a economia, sociedade, cultura e meio ambiente.

Entre as montanhas e o rio, a cidade de Oiapoque se encontra bem localizada geograficamente, por isso estudar o turismo para e com a cidade inclusa foi uma das metas desta pesquisa, merecendo destaque principalmente sob a ótica na atividade dos catraieiros, que representa uma potencialidade para agregar serviços em turismo, com estratégias e propostas bem ordenadas politicamente.

A fronteira entre Brasil e Guiana Francesa, na faixa que corresponde ao município de Oiapoque numa perspectiva histórica e cultural, através de sua conotação política e simbólica em termo de paisagem natural, tem se configurado como um meio de propagação de serviços turísticos ecológico, portanto, esta prática por intermédio das atividades dos catraieiros é um meio promissor de renda, tanto para o setor turístico da cidade, como para as cooperativas dos catraieiros, que apresentam uma logística com protocolo de segurança para os turistas, sem contar também que os trabalhadores cotidianamente se encontram no cais, lugar onde estão ancoradas as suas embarcações para as diversas ofertas de serviços e passeios no rio.

Sobre a estruturação da dissertação, pode-se dizer que está dividida em cinco capítulos concatenados e distribuídos da seguinte forma: os três primeiros estão contidos no enquadramento teórico, e os dois últimos na metodologia de investigação e resultados, sendo que o primeiro capítulo, nas entrelinhas, se ajusta à introdução, retratando os objetivos gerais e específicos, as hipóteses, as justificativas e alguns pontos dos enfoques da metodologia adotada, complementando com as bibliografias que embasam o objeto estudado.

No segundo capítulo, enfatiza-se a historicidade da fronteira brasileira do período da Colônia até a República e formação dos limites dessas fronteiras na Amazônia brasileira, além da formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do turismo, sobretudo no estado do Amapá, com os seus principais recursos naturais e fatores econômicos.

No terceiro capítulo, fundamenta-se a parte teórica e conceitual do turismo. Neste termo, a concepção do turismo social, sua importância no cenário europeu e brasileiro, com uma descritiva analítica visão do contexto histórico e cultural, partindo de uma visão macro (global) para micro (regional) enquanto processo de mecanismo gerador de renda e transformação social. Dessa forma, buscam-se as primícias de experiências do contexto

européu e seus desdobramentos no cenário brasileiro, nos meados do século XX, concluindo a descrição com agenda regional do estado do Amapá por meio do órgão da Secretaria de turismo do Amapá-SETUR/AP³, que implementa uma política de turismo descentralizada entre o poder público e a iniciativa privada, estimulando a criação e a implantação de equipamentos destinados à atividade de expressão cultural, animação turística, entretenimento, lazer e outras atividades correlatas ao turismo.

O quarto capítulo refere-se à cidade de Oiapoque, sua constituição histórica e, conseqüentemente, sua atividade econômica voltada às vertentes do turismo com estratégias e propostas a partir do enfoque das atividades dos catraieiros, incorporando-as aos aspectos geográficos do rio com as necessidades de acoplar às políticas públicas vigentes enquanto melhorias do segmento do turismo aos outros serviços afins.

No quinto capítulo, há a evidência da cartilha turística como proposta que se desencadeou como suporte nos estudos de caso e como um dado adquirido por agentes e órgão público local. O conteúdo contido incorpora os lugares mais visitados pelos turistas, por ter uma sistematização formal e descritiva que envolve desde a apresentação de conceitos sobre o turismo, esclarecendo os direitos de fazer turismo com responsabilidade social. Incluem-se também perfis diversificados de demanda turística real, constituída por turistas que, de fato, estão consumindo o produto turístico e por demanda potencial, que agrega um conjunto de pessoas que se interessam em visitar os lugares atrativos.

E, por fim, as considerações finais, pontuando a cidade como fronteira que identifica seu povo numa mistura de traços identitários oriundos das mais variadas regiões do Brasil, entrelaçando as suas origens indígenas, povo que até os tempos atuais vive e tece suas etnicidades. Neste ínterim, destacam-se os objetivos almejados e seu desdobramento por meio das atividades dos catraieiros e a importância de se obter uma cartilha com os principais locais visitados e de significado histórico e social.

Com as estratégias de fazer turismo por meio das atividades dos catraieiros, acredita-se que eles são referências importantes a fim de colaborarem para a informação de locais a serem visitados, referenciando e propagando os principais ambientes exóticos da região como uma das perspectivas que merecem destaque.

Com o Plano de Desenvolvimento e Integração das Faixas de Fronteira, as cidades fronteiriças passam a ter uma agenda pública nacional para a celebração de acordos benéficos para seus habitantes, além da articulação para o desenvolvimento de uma estratégia regional

³ LEI Nº. 1.615, DE 06 DE JANEIRO DE 2012, referente ao Projeto de Lei nº 0132/11-AL. Dispõe sobre a Política Estadual de Turismo e dá outras providências.

que aborda questões além das fronteiras nacionais, pois, sem uma base legal apropriada, não é possível alcançar uma organização social que favoreça o desenvolvimento regional (Brasil, 2021).

Antes da construção da Ponte Binacional Franco-brasileira, pessoas atravessavam via catraias (pequenas embarcações) da cidade de Oiapoque (Brasil) para a cidade de Saint Georges (Guiana Francesa), localizada no outro lado da fronteira brasileira e vice-versa. Esta atividade de travessia é um meio de negócios para os proprietários de embarcações ganharem dinheiro para o sustento familiar. Há anos é identificado um complexo sistema de redes de fluxo de pessoas e mercadorias sobre o rio Oiapoque.

Com a liberação da ponte binacional, logicamente, as atividades de oferta e serviços das cooperativas e associações dos catraieiros serão afetadas por falta de demanda, ou até mesmo extintas por não corresponderem às reais necessidades, causando transtorno pelo desemprego em massa. Esta realidade é preocupante por parte destes agentes sociais que dependem do serviço diariamente, muitos destes trabalhadores, além de realizarem as travessias, fazem também passeios contratados pelos turistas para percorrer o vale do rio para conhecer áreas exuberantes da Cachoeira Grande, do Parque Nacional do Cabo Orange e da Serra do Tumucumaque.

Diante dessa realidade franco-brasileira, a problemática é entender como as cooperativas de catraieiros se enquadram nestas novas realidades da fronteira com as demandas turísticas, sobretudo exercendo atividades de transporte para os principais pontos, observando os aspectos turísticos no vale do rio Oiapoque, tendo em vista mapas ou cartilhas turísticas.

Segundo Lombas e Matos (2013):

O caso dos catraieiros que realizam o transporte de pessoas do lado amapaense para a Guiana e vice-versa (...) trata-se de trabalhadores que há décadas realizam tal função, mas, com a inauguração da ponte, seus atuais ofícios serão extintos. Portanto, eles cobram medidas compensatórias do Estado no sentido de lhes buscar alternativas de trabalho e até indenização financeira para minimizar os danos econômicos. É um exemplo, portanto, do clima tenso na região e que por vezes gera conflitos (2013, p. 26).

É mais que evidente que a construção da ponte binacional iniciada no ano de 2009 e inaugurada em 2017 afeta as atividades de muitos catraieiros, gerando um impacto conjuntural negativo na renda e emprego. Com a liberação para os fluxos de carros de pequeno porte do lado brasileiro, o tráfego fluvial diminui ainda mais, e esta situação tem

preocupado bastante os catraieiros, por serem em média de 211 associados⁴ nas cooperativas, somente do lado brasileiro.

Em face desta realidade, com a abertura legalmente da ponte binacional, a solução é relacionar os serviços dos catraieiros ao segmento do turismo como estratégias de desenvolvimento econômico que garantam às associações, sindicatos e cooperativas um novo viés de renda, principalmente exercendo atividades turísticas nos principais pontos exóticos e inusitados no vale do rio Oiapoque.

1.1 Justificativa

O espaço fronteiro é construído ou entendido como um lugar ambivalente, ou seja, de separação e contato de nível relacional, permeado de interações culturais, sociais e econômicas devido ao seu fluxo de serviços das mais variadas demandas, sobretudo por agentes coletivos ou atores sociais que fomentam o processo do desenvolvimento turístico.

Em decorrência deste processo, o turismo gera benefícios econômicos para os grupos sociais e pode ser ampliado se houver um comprometimento social com a comunidade local sob diferentes formas: conservação do patrimônio cultural, minimização do impacto ambiental e ainda aproveitamento da mão de obra local, caso tenha investimento público e privado em infraestrutura urbana.

Sobre o turismo em terras da Amazônia setentrional, é inevitável a presença de espaços naturais para o turismo ecológico, de trilhas e de aventuras com potenciais a serem explorados, visto que a área de conservação apresenta grandes variedades de atividades e cenários à disposição dos viajantes, com praias de água-doce, comunidade indígenas, safári na selva amazônica, cachoeiras, e muitos mais, como Parque do Tumucumaque, que é o maior parque nacional do Brasil e o maior em floresta tropical do mundo como porta promissora para atividade econômica e social do ecoturismo e turismo natural.

Com advento do Decreto nº 9643, de 22 de agosto de 2002, criam-se possibilidades de fomentar o turismo nesta área ecológica, garantindo a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, assegurando também pesquisas científicas, pois esta é uma vasta região montanhosa que se difunde pela fronteira norte do Brasil, principalmente no estado do Amapá, e uma pequena porção do Pará, na margem direita do rio Jari. Além desses espaços de conservação, vale lembrar que o município de Oiapoque, localizado na parte

⁴ Dados levantados do mês de junho de 2023, estudo caso, presidente da cooperativa dos catraieiros.

mais setentrional do estado do Amapá, é um privilégio que possibilita a ampliação de espaço para o turismo, fazendo interconexões com as cidades adjacentes e países, com acesso vias trilha via rios ou estradas como parte da expansão geográfica da faixa de fronteira a 150 km.

Ao analisar o mapa limítrofe da cidade de Oiapoque, na Figura 01, já se percebe a panorâmica sobre e como está localizada a cidade nas suas quatro extremidades: ao norte, limita-se com a Guiana Francesa; ao sul, com os municípios de Calçoene, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari; ao leste, é banhada pelo Oceano Atlântico, e a oeste, faz fronteira com o município de Laranjal do Jari. Todos os municípios adjacentes apresentam na parte de seus territórios uma pequena área ambiental do parque que, se desenvolvida, será um fortalecimento para o turismo local.



Fig. 01

Fonte: SEMA- Geografia e Floresta (2016)

Além desses espaços no entorno da cidade fronteiriça, existe outro, como o Parque Nacional de Cabo Orange⁵ (PNCO) com sua peculiaridade e similaridade para o turismo natural. Para Gomes (2007, p. 17):

O turismo pode se constituir em uma oportunidade de geração de renda e trabalho para o entorno do PARNA Cabo Orange. Nesse sentido, a prática da participação e da ética torna-se importante para que tal oportunidade seja alcançada, onde a sustentabilidade ambiental e sociocultural não possa ser comprometida.

O PNCO⁶ está localizado entre as cidades de Calçoene e Oiapoque, no extremo norte do estado do Amapá e junto à foz dos rios Oiapoque e Uaçá. Seu limite norte se volta à Guiana Francesa; a oeste, com as terras indígenas Uaçá, Juminã, e se estende ao Projeto de Assentamento de Vila Velha, e a leste, com o Oceano Atlântico. Possui uma área de 619.000 ha e uma faixa litorânea de até 200 km, ocupando mais 10 km mar adentro com uma grande extensão de mangue e terra firme, floresta de várzea, campos inundáveis, cerrado e ecossistemas terrestres.

Este parque foi criado em território indígena, causando sobreposição de território, porém, apesar da sobreposição das terras indígenas Uaçá, não houve conflitos, pois os acordos entre o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Fundação Nacionais dos Povos Indígena (FUNAI) garantiram a demarcação da terra para os indígenas e a proteção do parque. Vale destacar que esta espacialidade como parte da região fronteiriça é um dos atrativos turísticos que pode ser importante para pesquisadores, viajantes e estudantes interessados em desfrutar da beleza natural, conhecendo principalmente as faunas e floras amazônicas e, também, suas riquezas culturais e gastronômicas.

Cruz (2010), destaca que o turismo de fronteira é viajar por meio dos territórios transfronteiriços por vias do processo de cooperação, com acesso aos atrativos turísticos, aproveitando os diferentes potenciais, quer seja a paisagem natural, quer seja atrativo histórico, quer seja aventura, quer seja lazer, quer sejam eventos culturais, quer seja gastronomia, entre outros tantos. Estas são umas das vantagens que os agentes locais precisam compreender para agregar valor e fazer turismo.

Dessa forma, o estado e sociedade organizada, por meio das atividades turísticas, podem criar empregos e renda em uma região pobre e com poucas oportunidades. A cooperação

⁵ Criado em 1980, o parque abrange uma área de 6190 Km² no extremo norte do Amapá, próximo à baía do Rio Oiapoque no trecho, separando o Brasil da Guiana Francesa, é situado nos municípios de Calçoene e de Oiapoque.

⁶ Decreto n° 84.913, de 15 de julho de 1980, cria o parque para a proteção da flora, fauna e belezas naturais (DOU, 16/07/80). O parque está subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

mútua ajuda a desenvolver o interior do estado planejadamente e com qualidade de vida, pois a demanda por serviços novos e antigos aumentará, com hospedagem, alimentação, aluguel de motores, barcos e aviões, guias para pesquisadores e turistas.

Reforçando a ideia, é inevitável a ligação desses fatores potenciais na fronteira, pois, para que esta realidade se dinamize, é necessário o processo de integração dos fluxos das pessoas como dinâmicas sociais que ajudam a fortalecer o senso de pertencimento e identidade dos indivíduos em relação ao grupo ao qual pertence, permitindo a troca de informações, ideias e experiências. No caso da fronteira em Oiapoque e Saint Georges, como se tem o eixo hidroviário, a rede de circulação se estabelece ainda mais, permitindo o fortalecimento dos laços sociais como parte significativa da integração política, econômica e sociocultural (Silva, 2014).

Assim, com uma política pública que vise o processo de desenvolvimento nesta área em função do arranjo fronteiro com entrada e saída de estrangeiros, o turismo e outros segmentos podem ganhar cada vez mais destaque, sem contar também que a cidade com seus trades turísticos pode ser atrativo aos olhos dos turistas e viajantes.

Nesta realidade, entre as cidades gêmeas Oiapoque e Saint Georges, o Turismo Social é a forma ideal e mais promissora para conduzir e praticar a atividade turística juntamente com os catraieiros, promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão e a valorização de grupos sociais, promovendo organizadamente o turismo local. De acordo com as Diretrizes para Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil (2019), a atividade deste segmento na localidade é compreendida da seguinte maneira:

O turismo seja, de fato, uma atividade distributiva, democrática e duradoura, é necessário definir e incentivar permanentemente a adoção de políticas públicas sociais efetivas, que possibilitem maior inter-relação entre as diversas culturas, o aumento da capacidade humana de conviver e respeitar as diferenças e que possam contribuir efetivamente para promover a paz e a qualidade de vida de todos (2019, p.11).

A nova ponte binacional entre o Brasil e a Guiana Francesa representa fluidez no comércio internacional, sem contar também que proporciona um avanço gigantesco no comércio exterior por incrementar o crescimento da região, principalmente nos países que fazem parte do platô das Guianas, sendo considerada, portanto, uma porta de entrada e saída de produtos, de serviços e de capital para o mercado europeu e para os demais países circunvizinhos.

O projeto de construção de uma ponte deste porte como um meio de aproximação regional de dois países pode potencializar a economia e as interações de forma geral entre

territórios com percepção hegemônica clara e democrática para que as pessoas que convivem em ambos os lados sejam beneficiadas sem nenhuma restrição de ir e vir.

Embora o projeto da construção seja uma realidade de interesse do acordo bilateral entre Brasil e Guiana Francesa, ainda outros países são beneficiados por fazerem limites fronteiriços entre si. Segundo Torres e Ferreira (2016), a interdependência se estende além do esperado, visto que: “A Guiana Francesa (Departamento Ultramarino Francês) e o Estado do Amapá (Brasil) estão situados ao Nordeste da América do Sul e, junto com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Sul da Venezuela, formam o Platô das Guianas” (2016, p. 74). Conforme a Figura 02, o mapa descreve esta realidade geográfica distribuída com suas espacialidades fronteiriças.



Fig.: 02 Fonte: Disponível em: <https://pt.dreamstime.com/mapa-imagem102791879>.

É uma região em que várias nacionalidades estão interligadas por estradas e pontes, principalmente por meio da Rodovia Transguianense, que integra cinco países diferentes em suas configurações históricas, culturais e dinâmicas econômicas. No âmbito deste conjunto, esta conexão realça o arranjo fronteiriço em função de trabalho, serviço e acordos de cooperações regionais que, muitas vezes, são frutos do interesse dos governos e das

sociedades dos países a fim de promover o desenvolvimento sustentável com justiça social de suas respectivas populações, com base nas relações históricas de amizade e boa vizinhança e das visões similares que mantêm o respeito à importância da integração amazônica e sul-americana, sendo uma construção de uma ordem global mais justa, inclusiva e equitativa, com pleno respeito ao Direito Internacional e aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas⁷.

1.2 Enfoque metodológico da pesquisa

Através de sua conotação política, a fronteira franco-brasileira se desenha também como um meio de propagação de serviços, portanto, a prática do turismo por meio das atividades dos catraieiros é um meio promissor de renda para todos os envolvidos, pois este serviço é importantíssimo para a configuração do turismo social. Usar estas atividades como estratégia e proposta de serviço e renda requer estudo mediante as análises e percepções embasadas em método sobre o objeto pesquisado.

Assim, a ampla participação dos atores envolvidos com o turismo permitiu a criação de planos e táticas para os principais pontos turísticos da cidade, visando fomentar o turismo através do modelo de gestão integrada, coordenada e descentralizada de políticas públicas para diversificar, ampliar e estruturar a oferta turística de Oiapoque. Vale destacar que o turismo é desenvolvido com a participação dos próprios habitantes de um lugar, como articuladores, construtores, gestores, da rede turística e do arranjo produtivo. Esses sujeitos devem ser conscientes de que a renda e o lucro oriundos da atividade turística devem ser geridos e distribuídos na comunidade.

Os enfoques metodológicos abordados conduziram a faixa de fronteira como estrutura de análise ambiental e socioeconômica, permitindo conhecer as dinâmicas espaciais da cidade de Oiapoque como um meio vivo e híbrido de vivências das mais diversas nacionalidades, de modo que se vislumbre meios de possibilidade e estratégia para o turismo social.

A partir de estudo em lócus buscou significados e interpretações dos fenômenos do turismo local com perspectivas em três etapas: a primeira, conhecer a infraestrutura do sistema privado e público do turismo na faixa de fronteira e, concomitantemente, a historicidade do lugar com análise dos trades turísticos, tendo em vista as características ambientais. A segunda etapa envolveu atores sociais que estão ligados diretamente com o

⁷Declaração conjunta dos presidentes da República Federativa do Brasil, da República Cooperativa da Guiana e da República do Suriname, Ministério das Relações Exteriores, publicado em 29/01/2024, 12h.

setor do turismo local: órgão público (prefeitura, secretaria de turismo, SEBRAE, museus), setor privado e da sociedade civil organizada, como: comerciantes, taxistas, redes de hotéis. A terceira foi a produção e a estruturação da cartilha como meio de guia turístico, com parâmetros descritivos de dados e fotos das principais áreas atrativas da cidade e suas redondezas limítrofes.

As técnicas de pesquisa consideraram os levantamentos de referências teóricas e específicos sobre a área de estudo, trabalhos de campo para registro de imagens, anotações empíricas e aplicação de entrevistas semiestruturadas com agentes locais, comerciantes e usuários do transporte fluvial (catraias). Com base na ideia de Beni (2001, p. 23), entende-se que “O turismo é elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço, nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica”.

O arranjo do método bibliográfico se deu por meio de livros, sites e artigos acadêmicos com procedimento operacional cartográfico da cidade em sua totalidade. De acordo com Markoni e Lakatos (2003, p. 43), a pesquisa bibliográfica é definida com “levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo escrito sobre determinado assunto”.

As pesquisas exploratórias tiveram como principal finalidade desenvolver e esclarecer conceitos e ideias sobre o turismo local. Segundo Gil (2008, p. 27), as pesquisas exploratórias “habitualmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso”.

Ainda neste mesmo pensamento, a pesquisa prosseguiu um plano exploratório. Segundo Triviños (1987):

Os estudos exploratórios permitem ao investigador aumentar sua experiência em torno de determinado problema. O pesquisador parte de uma hipótese e aprofunda seu estudo nos limites de uma realidade específica, buscando antecedentes, maiores conhecimentos para, em seguida, pesquisar uma pesquisa descritiva ou do tipo experimental. Outras vezes, deseja delimitar ou manejar com maior segurança uma teoria cujo enunciado resulta demasiado amplo para os objetivos da pesquisa que tem em mente realizar(...) o investigador, baseado numa teoria, precisa elaborar um instrumento, uma escala de opinião, por exemplo, que cogita num estudo descritivo que está planejando. Então, o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja. Um estudo exploratório, por outro lado, pode servir para levantar possíveis problemas de pesquisa (...) pensa-se que a realização de um estudo exploratório, por ser aparentemente simples, elimina o cuidadoso tratamento científico que todo investigador tem presente nos trabalhos de pesquisa. Este tipo de investigação, por exemplo, não exige a revisão da literatura, as entrevistas, o emprego de questionários, etc.” (1987, p. 109-110).

2 FRONTEIRA BRASILEIRA: HISTORIOGRAFIA DESDE A COLÔNIA ATÉ A REPÚBLICA.

A concepção de fronteira é mais dinâmica e designa uma frente de expansão ou uma zona de inter-relações fluidas entre os diferentes meios de redes de comunicações, de transportes e de serviços, fatores estes que são externos e fogem da linha imaginária entre duas nações. A própria realidade das fronteiras, que é o vaivém de pessoas, com hábitos corriqueiros de trabalhar em ambos os lados, de comercializar produtos locais, trocar e negociar, gera uma relação recíproca de experiência que muitas vezes é característica do espaço fronteiriço.

Enquanto formas político-administrativas são estabelecidas como território que tem suas delimitações, geralmente estes conceitos são aplicados aos países que limitam suas fronteiras por eixos terrestre e oceânica para definir até onde uma soberania política pode exercer seu poder. Segundo Rêgo et al. (2021, p. 8), “A própria concepção de fronteira foi discutida, ou seja, não se trata de uma fronteira, mas de várias, em função da extensão, diversidade e complexidade do território brasileiro. Ademais, postulou-se a necessidade de se considerar, além da fronteira terrestre, a litorânea, nas políticas do governo federal sobre o tema”.

Para esclarecer ainda mais o conceito, a fronteira representa um espaço social que pode ser definido por suas características geográficas, naturais, históricas e sociais, que se entrelaçam em diversas dimensões, sejam elas políticas, sejam institucionais, sejam comerciais, independentemente das limitações e restrições legais. Seguindo esta concepção, segundo Barros e Santos (2016, p. 53) “As fronteiras são um espaço natural de interação entre os habitantes de dois territórios e um ambiente propício para o desenvolvimento de sinergias mútuas”.

As fronteiras brasileiras têm suas histórias marcadas por ocupações e conquistas, desde o período colonial (1550–1822), perpassando o monárquico (1822–1889), até o período da República velha (1889–1930), na busca de suas limitações fronteiriças pela posse territorial e, muitas vezes, em conflitos militares com nações europeias, como a Espanha, França e Holanda, que, estrategicamente, formalizaram limites no território brasileiro a partir de ocupação compulsória sobre os povos nativos brasileiros, porém, sem êxito, por Portugal ser uma nação forte e com estratégias de política centralizadora. A forma de governar com poder centralizador do regime monárquico fez com que algumas partes do território do Brasil de fato não fossem tomadas. Neste aspecto, a reação para retomar o controle de sua posse

provocou importantes mudanças na vida econômica e na organização política e territorial de norte a sul do Brasil.

Nesse contexto, Portugal dominava o território na busca de especiarias⁸ como fator de dominação e fortalecimento de seu mercado com relação às demais nações e, em decorrência destas práticas, a metrópole portuguesa no Brasil implicava as possíveis evidências de suas fronteiras como um dos primeiros aspectos de delimitação política-administrativa, que tornaria mais tarde, então, o Estado Nação com suas fronteiras políticas formalizadas e centralizadas na figura dominante do rei, com poder moderador.

Em época das grandes navegações e do Tratado de Tordesilhas (1494), as considerações políticas levaram a Coroa Portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra, pois algumas nações não consideravam a linha divisória do Tratado de Tordesilhas como um acordo oficial e, assim, ameaçavam invadir e permanecer na colônia brasileira.

Para conter as possíveis posses irregulares dessas nações no território brasileiro, a expedição de Martim Afonso de Sousa (1530-1533) representou um momento de transição entre o velho e o novo período com objetivo de patrulhar a costa brasileira, especificamente no litoral, para estabelecer uma colônia através da concessão não hereditária de terras aos povoadores⁹ de São Vicente, tendo em vista a necessidade de explorar a terra e sua efetiva ocupação. Além disso, foi uma estratégia vantajosa para o governo português, uma vez que permitiu a ocupação da colônia sem grandes despesas para o Estado.

Nesse contexto, Portugal dominava o território na busca de especiarias¹⁰ como fator de dominação e fortalecimento de seu mercado com relação às demais nações e, em decorrência destas práticas, a metrópole portuguesa no Brasil implicava as possíveis evidências de suas fronteiras como um dos primeiros aspectos de delimitação política-administrativa, que tornaria mais tarde, então, o Estado Nação com suas fronteiras políticas formalizadas e centralizadas na figura dominante do rei, com poder moderador.

⁸“O termo ganhou depois o sentido de substância muito ativa, muito cara, utilizada para vários fins, como condimento - isto é, tempero de comida —, remédio ou perfumaria (...) São condimentos, entre outros, a noz-moscada, o gengibre, a canela, o cravo e, naqueles tempos, sobretudo a pimenta, a ponto de se usar a expressão” caro como pimenta” (Fausto, 1996, p. 13-14).

⁹ Martim Afonso, ao chegar à Vila de São Vicente, 1532, expulsou de volta para Cananéia o Bacharel Cosme Fernandes, fundando oficialmente a Vila e criando a primeira Câmara das Américas. Também na Vila se instalou o primeiro Judiciário. São Vicente, com seus engenhos de açúcar, foi precursora da agricultura e da indústria, e abrigou o primeiro empório marítimo da costa, conhecido na Europa antes mesmo da chegada de Martim Afonso. De São Vicente saíram expedições para o interior do Brasil, inclusive a que fundou São Paulo. Disponível em: [São Vicente | HISTEDBR \(unicamp.br\)](http://www.histedbr.unicamp.br) Acesso feito em 29 março 2024.

¹⁰“O termo ganhou depois o sentido de substância muito ativa, muito cara, utilizada para vários fins, como condimento - isto é, tempero de comida —, remédio ou perfumaria (...) São condimentos, entre outros, a noz-moscada, o gengibre, a canela, o cravo e, naqueles tempos, sobretudo a pimenta, a ponto de se usar a expressão” caro como pimenta” (Fausto, 1996, p. 13-14).

Em época das grandes navegações e do Tratado de Tordesilhas (1494), as considerações políticas levaram a Coroa Portuguesa à convicção de que era necessário colonizar a nova terra, pois algumas nações não consideravam a linha divisória do Tratado de Tordesilhas como um acordo oficial e, assim, ameaçavam invadir e permanecer na colônia brasileira.

O povoamento ocorrido no interior do território teve intenção de explorar e extrair riquezas e, também, expandir seus limites territorial, mas como toda mudança traz suas consequências positivas ou não, neste caso não foi diferente, houve alguns benefícios estruturais com a abertura de estradas, surgimento de vilas, cidades e povoamentos. Neste novo cenário, é inegável o surgimento de acesso às regiões litorâneas do Brasil central e o fortalecimento de povos que se identificavam com o seu território nato, embrionando seu ego carregado de sentimento de pertença a um povo ou país.

Machado; Motta e Vicente (2013, p. 25) afirmam que:

Entendemos que, o movimento das bandeiras permite acompanhar a ideia de fronteiras e a de formação da identidade nacional no pensamento brasileiro. Bandeirantismo e fronteiras são temas que estão diretamente ligados, sendo o movimento das bandeiras uma das principais, possivelmente a mais famosa experiência de fronteira no Brasil

Corroborando com esse mesmo pensamento, Fausto (1996, p. 85) explica que:

A expansão das bandeiras paulistas, para o oeste, e dos criadores de gado e forças militares, para o sudoeste, ampliaram de fato as fronteiras do país. O avanço minerador, a partir do século XVIII, deu mais um empurrão, de modo que a fisionomia territorial do Brasil já se aproximava bastante da atual. Restava reconhecer de direito as novas fronteiras, uma questão a ser resolvida principalmente com a Espanha. Isso ocorreu com o Tratado de Madri, firmado entre as Coroas portuguesa e espanhola, que reconheceu o princípio de posse para quem fosse ocupante efetivo de uma área. Os portugueses saíram ganhando. Houve uma exceção referente às fronteiras do Sul: Portugal renunciou à Colônia do Sacramento, fundada no Rio da Prata, próximo a Montevidéu, hoje em território uruguaio. Em troca, recebeu uma área na margem esquerda do Rio Uruguai, o chamado Território das Sete Missões, ocupado por indígenas e jesuítas. Apesar do acordo, as controvérsias a respeito das fronteiras do Sul não cessaram. Um novo acordo, datado de 1761, anulou o Tratado de Madri. Em sequência, o Tratado de Santo Ildefonso (1777) restituiu aos espanhóis as Sete Missões. Os portugueses mantiveram suas pretensões à Colônia do Sacramento, base estratégica para o contrabando da prata trazida da Bolívia e do Peru pelo Rio Paraná. Durante a presença de Dom João VI no Brasil, em duas oportunidades, as tropas portuguesas intervieram na região. Mas, de modo geral, as fronteiras brasileiras estavam definidas, p. 85.

Na região Norte do Brasil, o processo de ocupação foi mais tardio em relação às regiões Central e Sul do Brasil. Sabe-se que o próprio território brasileiro na parte Norte é de tamanho enorme e de difícil acesso, pois é uma região longínqua do centro administrativo e das decisões políticas da colônia (1500-1822) e da República (1889 - até ao tempo atual). A

realidade da distância não dificultou a posse territorial, já que a própria Coroa obtinha a leitura geográfica por meio de viagens sobre os principais rios que interligavam as feitorias.

Segundo Filho (2013, p. 15), o poder de domínio e de desbravamento das terras, principalmente “dessas penetrações, a pé e depois em canoas a partir de São Paulo, sempre em canoas a partir de Belém, e em uma pequena armada na fundação de Colônia, resultou o acontecimento fundamental do período colonial: a dilatação do território brasileiro muito além de Tordesilhas”.

A partir da fundação de Belém, em 1616, configurou-se uma base gradual de penetração da região através do rio Amazonas, já percorrido em século XVI pelo primeiro navegador espanhol Vicente Eañes Pinzón e, conseqüentemente, por Orellana e Pedro Teixeira (1637), com expedições e mapeamentos cartográficos. Em 1690, os portugueses instalaram um pequeno posto avançado perto de onde hoje se localiza Manaus, na boca do rio Negro, como estratégia de ocupação e núcleo de segurança e força contra invasores que se aproximassem da terra colonial (Fausto, 1996).

Vale destacar que, por volta de 1850, com o surgimento da navegação a vapor e a crescente produção da borracha, mudou-se a panorâmica da Amazônia, fazendo com que houvesse um número expressivo de nordestinos adentrando em lugares distantes pelo Norte do Brasil. No campo internacional, que aqui nos interessa particularmente, nesse novo período, tem-se o aparecimento de uma política de fronteiras na qual a posse pela terra brasileira era indiscutível, inclusive os limites estabelecidos pelos tratados coloniais, sobretudo o território ocupado por brasileiros em tempos coloniais e monárquico.

Ao se tornar independente de Portugal em 1822, o país tinha configurado seu território com base no princípio do *uti possidetis*, com perfil dos tratados de Madri (1750) e das correções decorrentes do Tratado de Badajoz (1801). Dentre os vários tratados de limites fronteiriços do Brasil, o primeiro que desembocou nos tratados de limites amazônicos do Império foi o do Peru, em 1851.

A esse respeito, segundo Filho (2013), na Amazônia, demorou em média de três décadas para a consolidação do tratado dos limites como uma estrutura sólida de política de fronteira baseada no princípio de direito internacional “consoante o *que possuis*”, segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. Conceitualmente, a expressão advém da frase “*uti possidetis, ita possideatis*”, que significa “como possuis, assim possuais”. Para o Brasil, a doutrina esplandeceu seu domínio sobre a terra e garantiu que anexasse definitivamente alguns estados da Amazônia como partes de seu território.

Na visão de Filho (2013), a teoria sobre tratado com base no Acordo sobre a Terra deu ao Brasil vantagens em relação aos países vizinhos de fronteiras. Na ideia do estudioso e pesquisador, o fato reforça a conquista do limite fronteiriço na medida em que tem como fundamento o princípio de:

Guy Martinière¹¹, historiador contemporâneo francês, com vários trabalhos sobre o Brasil, em recente artigo, diz que “o *uti possidetis* constitui o pacote ideológico ideal para justificar a própria dinâmica do sistema expansionista de conquistas fronteiriças (2013, p. 30).

Desse modo, a teoria sobre posse de terra pelas nações, em épocas coloniais, avantajou ao Brasil para que hoje pudesse ter o seu território de tamanho continental, sem contar também que o poder monárquico, pela centralidade de governar, possibilitou fundamentos de tratado da posse das terras conquistadas. Reforçando ainda mais a teoria, Filho (2013) enfatiza que:

O *uti possidetis*, o princípio básico das negociações dos tratados coloniais, continuou a ser muito valioso para a diplomacia do Brasil independente. Com a doutrina estruturada em torno dele e da validade apenas supletiva do Tratado de Santo Ildefonso e, ademais, com a prática homogênea e contínua de um grupo de diplomatas de relevo (cujos atos eram supervisionados pelo Conselho de Estado e acompanhados pessoalmente por D. Pedro II), conseguiu o Império assinar bons acordos de fronteiras. Na República, essa tradição foi renovada e o Barão do Rio Branco, Chanceler de 1902 a 1912, é o nome tutelar que a história vinculou ao fechamento definitivo da longa linha que separa o Brasil de dez países da América do Sul (só não se limita com o Chile e o Equador) (2013, p. 135).

Na explicação de Machado (1998), a fronteira notadamente é um espaço que diferencia de limite por poder ser um fator de integração, na medida em que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, estendida ‘para fora’, e não a partir do estado central, o que provocaria conflito, mas a partir dos lugares. Cada lugar quer estender sua esfera de influência e reforçar sua centralidade além dos limites internacionais e sobre as faixas de fronteiras.

De fato, para o Brasil poder ter domínio sobre essas terras, foram argumentadas as mesmas estratégias portuguesas do princípio de direito da posse sobre duas maiores bacias continentais, a Platina e a Amazônica. Com isso, os antigos tratados de limites, principalmente o de Madri e de São Ildefonso, certificaram a posse ao Brasil a partir de negociações entre os representantes políticos dos novos Estados independentes, recorrendo

¹¹ Guy Martinière, ver *Cahiers des Amériques Latines* n° 18, p. 65.

aos antigos mapas (documentos cartográficos) como algo comprobatório de direitos adquiridos pelo “*utis possidetis*”.

Entre os diplomatas brasileiros responsáveis pela adoção do argumento supracitado, destaca-se o nome de Duarte de Ponte Ribeiro¹². Nas suas inúmeras missões aos países vizinhos Peru, Venezuela e Bolívia, Ribeiro percebeu as vantagens de abandonar a lógica do respeito aos tratados anteriores por uma negociação baseada nos princípios relativos à situação contemporânea dos territórios.

A fronteira, a Amazônica, precisou de vários encontros diplomáticos para definir seus limites, porém, com trâmites pacíficos e dialógicos, sempre a favor do Brasil. “A partir de então, ficou perfeitamente estruturada uma sólida política de fronteiras, baseada no, *uti possidetis*, onde houvesse a ocupação e, subsidiariamente, onde tal não ocorresse, no Tratado de Santo Ildefonso” (Filho, 2013, p.18).

Hoje, os espaços fronteiriços demarcados apresentam uma clara dimensão, agora com limites internacionais definidos em zona ou faixa de fronteira que correspondem áreas determinadas legalmente¹³ e estabelecidas por um acordo formal, sem contar também que essas áreas são densas e com suas dinâmicas próprias de serviços e trocas culturais controlada por um poder administrativo ou político. Neste contexto, o Brasil se destaca pela sua exuberância e extensão continental de limites diversos, principalmente na região norte, que corresponde a cerca de dois terços de toda a extensão fronteiriça nacional. Segundo o IBGE-2022, é possível verificar o país com 588 municípios na faixa de fronteira terrestre que se estende por 16,9 mil quilômetros, ligando o Brasil a 10 países vizinhos: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai.

Em suma, embora o Brasil tenha uma das maiores fronteiras terrestres do mundo (15.717 km) e não apresenta problemas de limitação com nenhum de seus dez vizinhos. Suas fronteiras são subdivididas por arcos: norte, sul e central, devido à sua dimensão gigantesca. Em termos de região, destaca-se que o Norte corresponde a cerca de dois terços de toda a extensão fronteiriça nacional. E o Sul é a região com maior quantidade de municípios na faixa de fronteira (418), sendo 196 no Rio Grande do Sul, 139 no Paraná e 83 em Santa Catarina.

Os mapas a seguir retratam essa dimensão fronteiriça em duas frentes: fronteira terrestre e marítima.

¹² O diplomata que mais contribuiu para a formulação e execução da bem-sucedida política de fronteiras do Império.

¹³ A largura da faixa de fronteira brasileira com os países vizinhos é de 150 km e atinge uma área total de 1,4 milhão de km², o equivalente a 16,7% do território nacional. IBGE atualiza municípios de fronteira e defrontantes com o mar devido a mudanças de limites | Agência de Notícias- 2021.

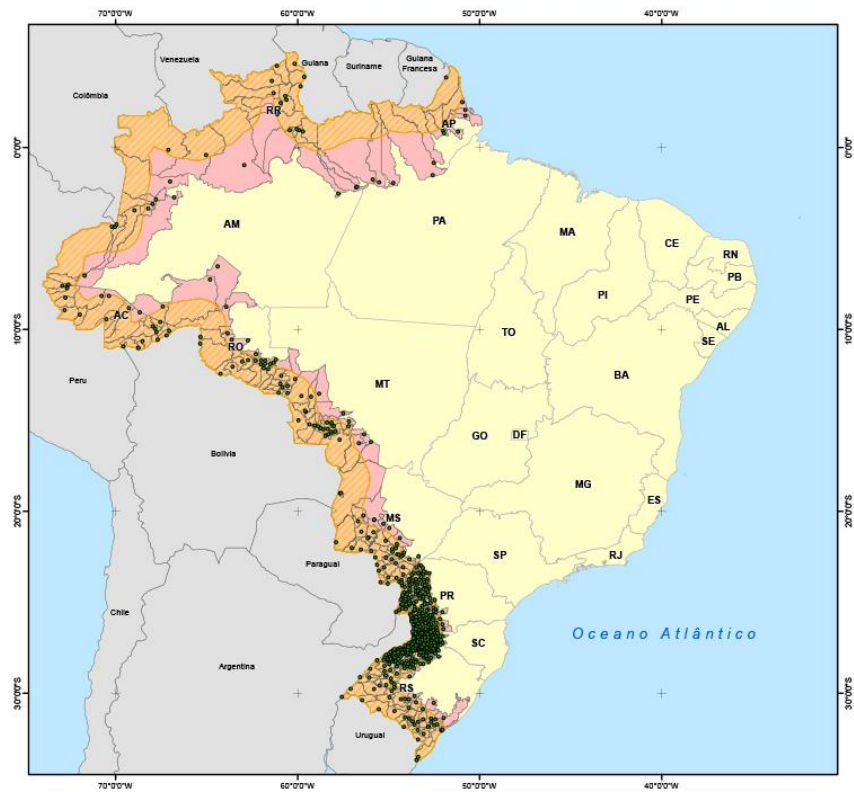


Fig.: 03 Fonte: IBGE (2021).



Fig.: 04 Fonte: IBGE (2021).

A Figura 03, fronteira terrestre, corresponde a 588 municípios, e a Figura 04, a 279 com acesso ao Oceano Atlântico. Isso representa cerca de 47% da porção centro-oriental da

América do Sul. A extensão das fronteiras terrestres brasileiras é a terceira maior do mundo, atrás apenas de China e Rússia. Trata-se de 1,4 milhão de km² de área total, em mais de 15 mil km² de comprimento e 150 km² de largura de faixa. A costa brasileira apresenta uma fronteira marítima de 7.367 km² com o Oceano Atlântico (CENSOAGRO, 2017).

Toda essa dimensão é resultado de vários fatores determinantes. De fato, a fronteira é o resultado de um processo histórico fundamentado na preocupação do Estado em garantir sua soberania e independência nacional desde a época colonial.

Ao longo da história, o país tem mostrado interesse pela região fronteiriça, buscando defini-la como faixa de fronteira, uma área com complexidades e características únicas que a distinguem do restante do território nacional.

Nas fronteiras do Brasil, ao norte, encontram-se Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Suriname e Venezuela, que compartilham limites com unidades federativas brasileiras, incluindo o Amapá. Este estado é o foco deste estudo, com ênfase na cidade de Oiapoque, cuja área de fronteira se conecta ao norte com a Guiana Francesa. Importante ressaltar que esta região faz parte da Amazônia Legal e é significativa por suas áreas protegidas, delimitadas e administradas para preservar o patrimônio natural, incluindo aspectos ecológicos, históricos, geológicos e culturais.

Aproximadamente 2,1 milhões de quilômetros quadrados, representando 43% da Amazônia Legal, são constituídos por áreas protegidas e territórios indígenas brasileiros. As Unidades de Conservação (UCs) ocupam 22% do território da Amazônia, enquanto as Terras Indígenas (TIs) compreendem a 21%, considerando apenas as áreas continentais e excluindo as sobreposições entre TIs e UCs.

Nesta porção de terra conhecida como Arco norte¹⁴, que faz parte da Amazônia legal, situa-se os estados do Amapá e do Pará, ambos limitando-se com os países Suriname e Guiana; o estado de Roraima, com a Guiana e a Venezuela, e o estado do Amazonas com a Venezuela, Colômbia e Peru, a noroeste. É conhecida como uma área rica com potencial natural a ser explorada economicamente, principalmente com o turismo. “Nessa perspectiva para a região o turismo sustentável, é um segmento que Amazônia utiliza muito pouco, e são diversas as oportunidades no âmbito do turismo sustentável, implicando a inserção das comunidades tradicionais nesse processo” (IPEA, 2018).

¹⁴ PÊGO, F. et al. **Fronteira do Brasil: uma avaliação do arco norte**. Disponível em: Repositório do Conhecimento do Ipea: Fronteiras do Brasil uma avaliação do arco Norte, volume 3. Acesso em: 10 janeiro de 2024.

Segundo o IBGE (2022)¹⁵, a área territorial de fronteira do Brasil aumentou em 72, 231 km², a expansão foi de 8.510.345, 540 km², em 2021, para 8.510.417.771 km² em 2022. O incremento, que não representa ganho de território, se deve a edições de trechos da fronteira internacional do Brasil nos estados do Amazonas, Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O aprimoramento decorre da realidade física dos rios das regiões e está conforme os dados fornecidos pelas comissões e demarcadoras de limites do Ministério das Relações Internacionais.

2.1 O limite da fronteira na Amazônia brasileira e as políticas públicas sobre o turismo

O Turismo e o lazer neste espaço da fronteira da cidade de Oiapoque têm grande vantagem devido à intensa rede hidrográfica e à exuberância da flora e fauna que compõem o quadro paisagístico diversificado da beleza. Neste ínterim, o ecoturismo surge como uma potencialidade com viés ao turismo social, com grande possibilidade de emprego e renda às comunidades locais com vista ao patrimônio natural. Destaca-se um território de riqueza incomensurável com 17 mil quilômetros de fronteiras no Brasil, sendo uma das últimas fronteiras a ser explorada de forma sustentável, todavia, por falta de agenda internacional, suas riquezas naturais são pouco trabalhadas e voltadas para o desenvolvimento econômico-social.

A região amazônica extrapola os espaços do limite das nações e é considerada uma parte territorial em que seus elementos e recursos naturais se estendem aos demais países da América do Sul (Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, República do Suriname e Venezuela), por esta razão denominou-se Amazônia Legal, cobrindo 60% do território brasileiro em um total de 5.000.000 km², compreendendo os estados do Amazonas, Acre, Amapá e oeste do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Pará, Roraima e Tocantins.

Os rios, as montanhas e as vastas áreas exóticas servem de meios para fazer o turismo ecológico. Estes recursos são primordiais para a saúde e o desenvolvimento urbano e estão geralmente vinculados à gestão florestal. As florestas propiciam 40% de toda a energia renovável do mundo, e sua conservação é um tema que vem ganhando relevância nas últimas décadas, pois a perda de áreas florestais, provocada pelas mudanças climáticas e pela

¹⁵ BELANDI, C. IBGE- atualiza dados geográficos de estados e municípios brasileiros. **Notícias**. Agência Brasil. 13/04/2023 Disponível em: [IBGE atualiza dados geográficos de estados e municípios brasileiros | Agência de Notícias](#) Acesso em: 29 maio. 2024.

conversão de solo para agronegócio e pecuária, ameaça a biodiversidade terrestre e a sobrevivência das comunidades indígenas, silvicultoras e florestais. A Tabela 01 apresenta os estados e seus limites internacionais com suas respectivas extensões:

TABELA 01 - EXTENSÃO E LIMITES FRONTEIRIÇOS NA AMAZÔNIA

N °	EXTENSÃO E LIMITES FRONTEIRIÇOS DOS ESTADOS
01	A fronteira do Brasil com a Guiana Francesa tem extensão de 730,4 km, dos quais 427,2 km são por rios e 303,2 km por divisor de águas. Estado da Amazônia que faz fronteira com a França: Amapá.
02	A fronteira do Brasil com o Suriname tem extensão de 593,0 km, dos quais 593,0 km são por divisor de águas. Estados da Amazônia que fazem fronteira com o Suriname: Amapá e Pará.
03	A fronteira do Brasil com a Guiana tem extensão de 1.605,8 km, dos quais 698,2 km são por rios e canais e 907,6 km por divisor de águas. Estados da Amazônia que fazem fronteira com a Guiana: Roraima e Pará.
04	A fronteira do Brasil com a Venezuela tem extensão de 2.199,0 km, dos quais 90,0 km são por linhas convencionais e 2.109,0 km por divisor de águas. Estados da Amazônia que fazem fronteira com a Venezuela: Amazonas e Roraima.
05	A fronteira do Brasil com a Colômbia tem extensão de 1.644,2 km, dos quais 808,9 km são por rios e canais, 612,1 km por linhas convencionais e 223,2 km por divisor de águas. Estado da Amazônia que faz fronteira com a Colômbia: Amazonas.
06	A fronteira do Brasil com a Bolívia tem extensão de 3.423,2 km, dos quais 2.609,3 km são por rios e canais, 63,0 km por lagoas e 750,9 km por linhas convencionais. Estados da Amazônia que fazem fronteira com a Bolívia: Acre, Rondônia e Mato Grosso.

Fonte: adaptada em planilha- autor (2023)

Inicialmente, nesta região, as políticas para o desenvolvimento do turismo se baseavam em diretrizes que visavam proteger o patrimônio natural; promover e divulgar os valores culturais, incluindo tradições, manifestações, eventos e todo o patrimônio histórico-artístico, e incentivar o turismo interno, não apenas por razões econômicas, mas também pelas motivações sociais e culturais que ele promove, além de estimular o turismo internacional para a região. Vale ressaltar que as políticas públicas no ano de 1970 voltadas para este segmento eram realizadas indiretamente por programas federais, porém, com uma estratégia que visava tanto a exploração, desenvolvimento, como também o crescimento e ocupação territorial. Farias (2014, p. 193) enfatiza esta realidade:

As primeiras políticas públicas norteadoras do turismo na Amazônia tiveram início a partir da década de 1970. Nessa ocasião, almejando o progresso econômico e social, a SUDAM inseriu em seu II PDA recursos necessários para a elaboração de um plano específico para o desenvolvimento turístico. O objetivo principal era, segundo o PDA [...] o crescimento do produto regional e a redução de desigualdades inter-regionais (SUDAM, 1978, p. 37) a partir da dinamização do turismo. As áreas

definidas neste primeiro plano foram: Belém, Manaus, São Luís e Santarém. E posteriormente incluíram: Cuiabá, Macapá, Rio Branco, Boa Vista e Porto Velho.

Pela sua vasta área, esta região, em seu interior, tanto nas capitais, quanto em cidades de fronteiras, apresenta diversidades culturais, com histórias de seus povos nativos (indígenas, ribeirinhos, povos das florestas) dos mais variados costumes, que, no decorrer das ocupações migratórias, foram fortalecendo suas identidades e tecendo suas especificidades lendárias, místicas com danças, religiosidade e culinárias. Ressalta-se também que está carregada de multiplicidade, de vivências culturais, de espaço público, como museus, teatros, parques, feiras e construções arquitetônicas coloniais (catedrais, teatros e casas) e outras atividades de estilo mais moderno com as narrativas locais. Estes aspectos regionais são atrativos para os turistas que registram e se relacionam enquanto se encantam pela beleza social e cultural do lugar amazônico.

Embora carregue em seu bojo estes objetos socioculturais do turismo como fatores ricos de significados, ainda o incremento de agenda pública é incipiente se comparado à região Sudeste, onde se tem referências nacionais do turismo internacional e grandes incentivos por parte do estado e setor privado. Os descasos com o plano de desenvolvimento na região amazônica são desastrosos devido às longínquas distâncias de uma cidade para outra, uma vez que, muitas vezes, o acesso é por estradas malconservadas, ou via por rios perpassando os afluentes do Amazonas.

Com Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-1 e PAC-2), de 2007 a 2014, a região teve avanços, resgatando a presença do estado na definição de estratégias e de investimentos por meio de um conjunto de medidas estruturantes, organizadas com atividade governamental e principalmente com estímulo à ação do setor privado.

Estes investimentos de política pública, provenientes dos orçamentos das empresas estatais, do orçamento fiscal, da seguridade social e da iniciativa privada, proporcionaram o crescimento no setor do turismo, melhorando as redes de transportes, energia, habitação e esportes. Estes aspectos agregados ofertaram infraestrutura como meio para o turismo acontecer de forma mais planejada e distribuídas em toda a sociedade.

Com base no relatório anual de 2011¹⁶, conclui-se que a análise sobre o PAC foi um grande projeto de política pública para o setor do turismo na Amazônia. No caso da região Norte, foi expressivamente positivo o investimento no programa, num total de R\$ 20,361 bilhões de reais, distribuídos nos eixos: de energias elétricas, categoria na qual se concentrou

¹⁶ Relatório Anual 2011 — BNDES, elaboração do autor. (*) Em milhões de reais (R\$). Disponível em: bndes.gov.br.

77% dos recursos, em especial os projetos de geração e transmissão de energia elétrica e petróleo e gás; de logísticas, compreendido 94 projetos englobando rodovias, ferrovias e marinha mercante, e de infraestrutura social e urbana. Destaque para os financiamentos de saneamento, urbanização e transporte metroviário; de administração pública, com relação ao ano de 2010, a carteira de financiamento e os desembolsos cresceram, respectivamente, 14% e 18%, totalizando em média de 503 projetos, com investimento total de 327.357, milhões em reais.

Beni (1999, p. 13), contribuidor deste setor sobre turismo, esclarece que:

As políticas de turismo estão integradas nas políticas sociais, econômicas e ambientais, mas não as precedem. Isto constitui a abordagem mais equilibrada e integrada, mais próxima do pensamento contemporâneo sobre o turismo, configurando e reforçando para os pesquisadores de vanguarda o conceito de “clusters” e microclusters turísticos, delimitados como concentrações geográficas com diferencial interativo e completo, estruturados em sua comercialização global para a concorrência final nos mercados consumidores.

Os investimentos regionais estruturaram os setores do turismo, e o maior beneficiado foi o governo local com suas demandas sociais. Para fomentar as atividades, requer organização, planejamento e execução em conjunto com setor privado e a sociedade civil organizada, sendo um mecanismo de política pública sustentável que dá certo, pois quanto menos impactos exercerem sobre o meio ambiente, mais sustentável fica este ambiente.

O estado do Amapá se beneficiou do Programa de Aceleração do Crescimento. Segundo Waldez Góes, que, na época, era governador do estado do Amapá, parabenizou o governo federal pela celeridade no processo de iniciação do PAC para a região amazônica, principalmente para o Amapá. Em uma de suas palavras, em Brasília, no lançamento do Programa de Aceleração, proferiu que quem ganha com isso é o povo brasileiro, se referindo a habitação, águas e saneamento básico, infraestrutura social, projetos que vão melhorar a vida social e econômica da população gerando emprego, e principalmente, melhor qualidade de vida para o nosso povo, sobretudo naquelas áreas mais insalubres, onde vivem as populações mais carentes beneficiadas com esse projeto.

Neste contexto, tão cobiçado, o desenvolvimento de um modelo de turismo sustentável para os estados amazônicos foi um dos objetivos tratados no I Congresso de Turismo, Hospedagem e Gastronomia da Amazônia Legal, no Hangar — Centro de Convenções e Feiras da Amazônia, na cidade de Belém, capital do Estado do Pará. SETUR-PA¹⁷. Neste

¹⁷ Disponível em: <https://www.setur.pa.gov.br> Acesso em 25 de novembro 2023

debate estiveram presentes autoridades públicas, empresários, profissionais da área e estudiosos para ampliar o discurso e fortalecer proposta sobre turismo de forma responsável e sustentável, haja vista que se trata de uma região que tem a maior floresta do mundo.

Na visão de Beni (1999, p. 11), o desenvolvimento do turismo é integrado, visto que o:

Planejamento Regional do Turismo é um conjunto de polos de desenvolvimento turístico hierarquizados, unidos por uma infraestrutura comum, que, em sua totalidade, contribui para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de extensas partes do território nacional. O setor de Turismo, que precisa ser sempre expressado e representado em sua complexa totalidade, demanda um tipo de planejamento ao que se agrega a palavra integrado, indicando que todos os seus componentes devem estar devidamente sincronizados e sequencialmente ajustados, a fim de produzir o alcance das metas e diretrizes da área de atuação de cada um dos componentes a um só tempo, para que o sistema global possa ser implementado e imediatamente passar a ofertar oportunidades de pronto acompanhamento, avaliação e revisão.

A população da Amazônia Legal aumentou de 7,1 milhões em 1970 para 28,4 milhões de habitantes em 2021, representando atualmente 13,3% da população brasileira. A densidade demográfica na região passou de apenas 1,4 habitante por km², em 1970, para 5,7 habitantes por km² em 2020 (IBGE, 2010; IBGE, 2022). Já a taxa de crescimento da população diminuiu de 35%, entre as décadas de 1970 e 1980, para 13%, entre 2010 e 2020 (IBGE 2010; IBGE 2022).

Diante desse novo cenário sobre Amazônia legal como destino turístico consolidado, há propostas e estratégias de grandes investimentos na educação, lazer e, também, para a economia de forma planejada e sustentável, pois, nos últimos anos, tem se alicerçado investimento nessas áreas, principalmente no setor do turismo de base comunitária com gestão participativa e descentralizada. Vale destacar que o turismo na Amazônia Legal está distribuído em nove estados da região, que correspondem a 61% do território brasileiro, uma imensa territorialidade que precisa de políticas públicas de forma promissora e efetiva.

2.2 Amapá: discurso e proposta de turismo amazônico

O estado do Amapá está localizado na fronteira setentrional amazônica e tem estabelecido oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do seu território com a proximidade com o platô das Guianas, com o grande diferencial propício ao setor econômico e turístico, pois se insere na rota do turismo internacional, sendo o único do Brasil a fazer fronteira com a Europa via Guiana Francesa.

Sobre o Amapá, as estratégias políticas para o desenvolvimento e o crescimento do turismo têm levantado questionamentos e hipóteses sobre qual melhor maneira de se fazer acontecer o turismo com foco social. Diante desse ensejo, após a pandemia, as propostas de fortalecer este segmento foram preocupantes e se juntou a ideias de vários atores interessados, agentes de turismo, como também empresas organizadoras de eventos, porque, durante os anos de 2019 até ao início de 2022 (período pandêmico), foi confirmado que estado foi o mais prejudicado no setor social e econômico.

Na Figura 05, sobre o Fórum Estadual de Turismo, tem-se um registro de debate acerca do setor do turismo no estado do Amapá e da possível estratégia para alavancar o desenvolvimento local.



Fig. 05

Fonte: Portal Governo do Amapá

Durante o fórum¹⁸, tratou-se da retomada das atividades turísticas, e um dos pontos mais ressaltado foi o incentivo à pesca esportiva com potenciais através das Rotas Amazônicas Integradas (RAI), tendo em vista promover os produtos turísticos dos estados da região Norte, ampliando a integração turística na região amazônica. Neste evento, estiveram presentes

¹⁸ Encontro realizado no Estado do Amapá, quarta-feira, 25 de agosto de 2021.

várias instituições de instância de governança regional¹⁹ no intuito de propor soluções para o estado, discutindo propostas de ampliação para o setor, considerando principalmente as Rotas Amazônicas Integradas. O fórum reuniu diversos parceiros, instituições, sindicatos e associações, entre eles: a Secretaria de Estado da Cultura (SECULT); Secretaria do Meio Ambiente (SEMA); Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo (SETE); Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio); Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Serviço Social de Aprendizagem Comercial (SENAC); Sindicato Brasileiro dos Guias de Turismo do Amapá; Sindicato das Empresas de Turismo do estado do Amapá; a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e a Federação de Turismo.

O momento destacou ainda pautas que envolveram a utilização de ferramentas digitais do programa do governo federal para captar recursos e capacitar agentes locais e de turismo, bem como propuseram acesso ao fomento na área econômica. Uma delas é a utilização do Cadastur, sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo, aberto para acesso em rede de computação via internet, a fim de garantir benefícios como acesso à linha de financiamento através Fungetur²⁰, além de inserir os estabelecimentos no mapa de turismo do estado.

Na ocasião, a secretária Rosa Abdon ressaltou a importância de os municípios solicitarem oficinas e palestras oferecidas pela SETUR, como a oficina de condutor local e a palestra de artesanato como um produto turístico. As palestras foram estendidas aos municípios de Oiapoque, Calçoene, Amapá, e Pedra Branca (Portal do Governo do Amapá²¹). Percebe-se que o potencial para desenvolver o turismo é um alavancamento para atrativo e, também, para o desenvolvimento do Amapá, considerado um estado da região amazônica mais preservado e cobiçado por ainda apresentar seus biomas bem naturais.

Embora o turismo seja uma ferramenta que deslumbre o natural e que transforma o produto em espaço sustentável, é salutar percebê-lo também como uma porta promissora no campo social e econômico. Em outras palavras, as formas espaciais refletem a dinâmica do sistema econômico em atividades de produção, distribuição e consumo (RIO, 2012).

¹⁹ Organização representativa dos poderes público e privado, da sociedade e dos municípios componentes das regiões turísticas, com o papel de coordenar, acompanhar e gerir o processo de regionalização do turismo na região turística. Pode ser um Conselho, um Fórum, uma Associação, um comitê etc. Programa de Regionalização do Turismo: módulo operacional 3 (MTur, 2007).

²⁰ O Fungetur, estrutura-se em política de financiamento cujas operações são realizadas por intermédio de agentes financeiros credenciados, mediante celebração de contrato administrativo de linhas de crédito para os empresários do setor turístico nacional (Ministério do Turismo, 2023).

²¹ GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Com estratégias definidas no Fórum Estadual, Governo do Amapá planeja retomada do Turismo. **Notícias**. Governo do estado do Amapá. 21/08/2021. Disponível em: Portal Governo do Amapá — Com estratégias definidas no Fórum Estadual, Governo do Amapá planeja retomada do Turismo. Acesso em: 29 janeiro 2024.

Outro ponto que deve ser elencado no contexto do Amapá é o Investe Turismo, um programa de articulação e fomento do turismo que visa acelerar o desenvolvimento e aumentar a qualidade e a competitividade de rotas estrangeiras brasileiras por meio de uma série de ações, entre elas, a capacitação. Foi lançado em 2019 por uma união entre o Ministério do Turismo (Mtur) em parceria com o SEBRAE e o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR).

Na Figura 06, apresenta-se o mapa de rota do turismo no território norte do Brasil.



Fig. 06

Fonte: MTur-2019

O Amapá está entre as 30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil, que vão beneficiar 158 municípios com um investimento de R\$ 200 milhões, sendo um deles a capital Macapá,

por estar bem ranqueada no mapa do turismo brasileiro. O programa, em síntese, promove a convergência de ações e investimentos para acelerar o desenvolvimento, gerar empregos e aumentar a qualidade e competitividade das rotas turísticas estratégicas do Brasil. Ressalta-se que, desde o ano de 2019, o Amapá integra pacote de ações estratégicas para estimular o turismo na região Norte, portanto, é um passo que se avança, pois Macapá está na rota do Investe Turismo.

As rotas receberam um pacote de ações para o fortalecimento da governança, melhoria dos serviços e atrativos turísticos, atração de investimentos e apoio ao acesso a serviços financeiros, além do marketing turístico e apoio à comercialização. Na verdade, o programa visa unir o setor público e privado no sentido de incentivar e articular o competitivismo das rotas turística da região amazônica e, em particular, estabelece conexão para o estado do Amapá tendo em vista do alinhamento da política pública nacional do Ministério do Turismo.

Sobre o Amapá, neste aspecto do programa, é importante citar que o estado possui oito municípios na faixa de fronteira que merecem incentivo de política pública em turismo (Amapá, Oiapoque, Calçoene, Laranjal do Jari, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Pracuúba), que correspondem a aproximadamente 73,06% (104.813 km²) do território amapaense. Dentre os municípios, o local de maior permeabilidade (interação) transfronteiriça é Oiapoque (Amapá), que faz fronteira com a cidade Saint Georges (Guiana Francesa), onde acontece um grande fluxo transfronteiriço. Neste contexto, é importantíssimo ressaltar o quanto os programas e a agenda pública podem contribuir para o desenvolvimento e qualidade de vidas das pessoas, pois o turismo, desde que bem executado, pode ser uma excelente fonte de renda para os municípios e estado.

2.3 Zona de fronteira entre Oiapoque-BR e Saint Georges- FR: conceito e história.

Conforme a perspectiva cartográfica, a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa tem uma extensão de 730,4 km, sendo que 427,2 km são banhados por rios, e 303,2 km não banhados. A responsabilidade pela caracterização do rio é da Comissão Mista Brasileira-Francesa de Delimitação de Limites²². Todas as mudanças foram frutos de fatores históricos e naturais, confirmando e definindo o rio Oiapoque como o limite do Brasil com a França.

Na fronteira, encontram-se as cidades-gêmeas: Oiapoque (Amapá/Brasil) e Saint Georges (Guiana Francesa/França), separadas geograficamente pelo rio Oiapoque, porém,

²²Disponível em: <http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br>. Acesso em: 14 ago. 2023.

unidas por fatores econômicos, culturais e históricos, uma realidade ímpar que constrói e dinamiza vidas na fronteira.

Este rio, uma limitação natural, une os dois lados pelas vidas simples de trabalhadores e trabalhadoras que se cruzam pelo bem comum, estabelecendo a convivência típica de cidades vizinhas com interdependência de trabalhos e serviços. O conceito de limitação natural é entendido quando a fronteira é constituída por um rio, e a linha delimitadora pode situar-se numa das margens, caso raro em que o rio pertence totalmente a um estado (DINH- 2003).

A relação na definição do tema zona de fronteira remete ao conceito que se caracteriza por interações, um meio geográfico próprio de fronteira que só é perceptível na escala local/regional. O elemento geográfico que melhor conceitua e distingue a zona de fronteira do limite ou faixa é aquele formado pelas cidades gêmeas, segundo Ferrari (2013).

Nesta categoria de cidade gêmea, o Ministério da Integração Nacional referenda este termo pelo número de população maior de 20.000 mil habitantes na cidade de fronteira, portanto, se analisarmos simultaneamente os últimos dados da cidade de Oiapoque, em 2010, estimou-se 20.509 pessoas, e os dados censitários de 2022 notabilizaram um aumento bem significativo para uma contingência populacional de 27.482 pessoas, cuja densidade demográfica é 1,19hab/ km².

A denominação ‘cidades-gêmeas’ é aplicada aqui de maneira bastante livre, uma vez que, no caso da fronteira internacional brasileira, há arranjos espaciais diversificados, inclusive, dificilmente, apresentam tamanhos urbanos similares. Em alguns casos, um dos núcleos na divisa não chega a ser uma ‘cidade’, pois não está necessariamente em fronteiras secas ou forma uma conurbação, podendo não ocupar posições simétricas em relação à divisa. Oiapoque (Amapá) e Saint Georges (Guiana Francesa), por exemplo, enquadram-se neste termo e estão separadas por dez minutos de barco pelo rio Oiapoque (MACHADO, 2005).

A figura a seguir, elaborada pelo Ministério da Integração Nacional - MIN-2014, ilustra de forma clara e objetiva o que de fato é uma cidade-gêmea e sua zona de fronteira como um “sistema aberto” de trocas de serviços e trabalhos, indo além do espaço físico, criando fatores sociais e culturais. Dessa forma, cidade-gêmea²³, conforme a portaria do Ministério da Integração Nacional, engloba aqueles municípios cortados pela linha de fronteira, seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de

²³De acordo com a Portaria nº 125 de 21/03/2014/MIN-Ministério da Integração Nacional (D.O.U. 26/03/2014): Art. 1º Serão considerados cidades-gêmeas os municípios cortados pela linha de fronteira, seja essa seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura, que apresentem grande potencial de integração econômica e cultural, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinhos.

integração econômica e cultural, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

A complexidade das relações e interações que caracterizam a zona de fronteira tem suas particularidades, indo além da fronteira política e das linhas territoriais de um fenômeno geográfico e político homogêneo, e suas relações em ambos os lados das fronteiras podem ser parcialmente captadas por um modelo simples, como na descrição da Figura 07.

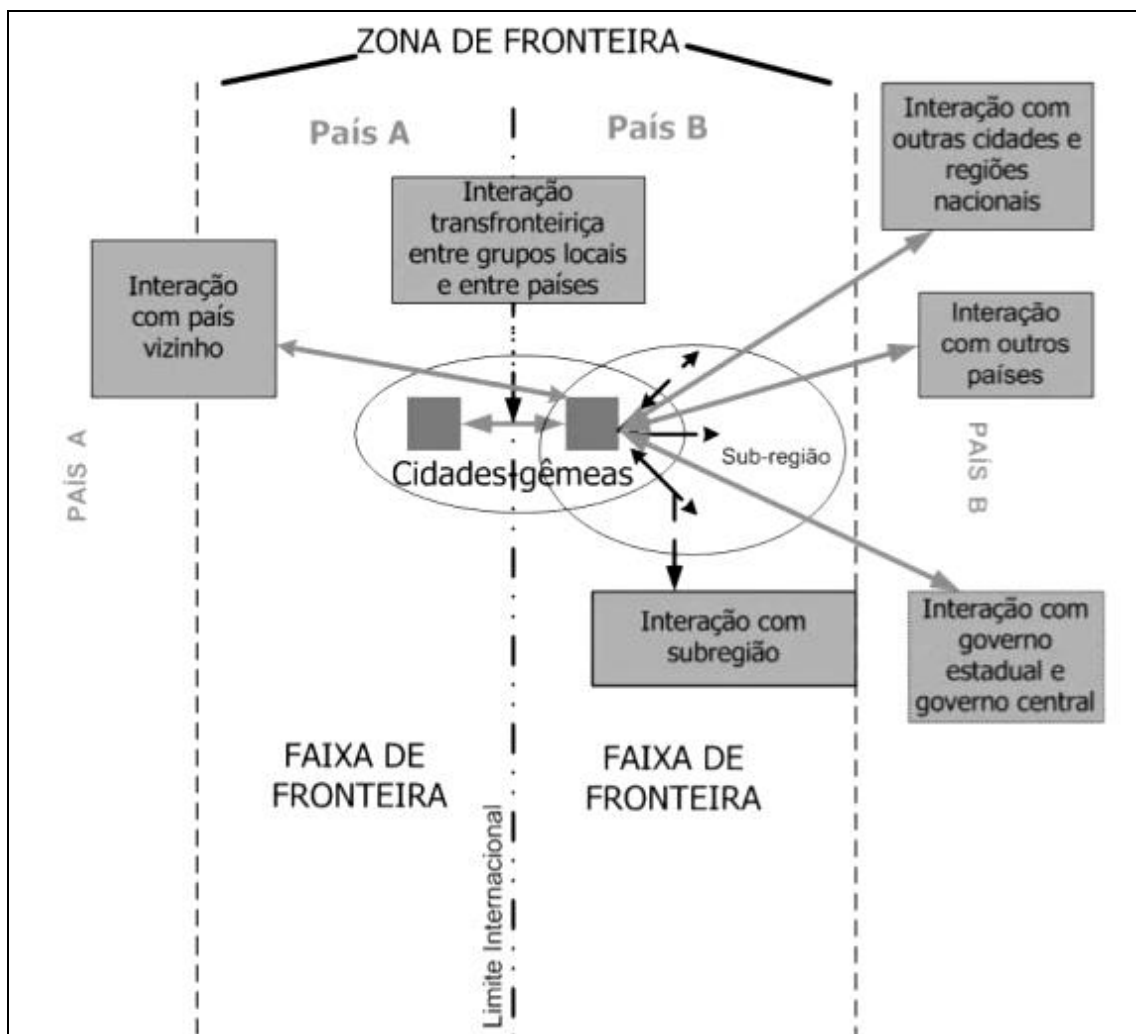


Fig. 07

Fonte: IPEA, MI (2018)

Esta é uma ideia que descreve as cidades geograficamente ocupando ambas as faixas de fronteiras, divididas por uma linha imaginária internacional, ou seja, um adensamento composto de fluxos e dinâmicas típicas de fronteiras geográficas, sem estar limitada à soberania de Estado. Embora esteja demarcado politicamente, é notável a interdependência que seus habitantes transitam na subregião, onde cotidianamente trabalham e vivem sem o mínimo de interferência de leis e normas de fronteira. Neste caso, o conceito de Estado vai

além da noção de elemento territorial, pois está intrinsecamente relacionado às situações de deslocamento de pessoas, serviços e convivência, como produtos de interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas, como promovidas. Para Granger, Silva e Tonneau (2019, p. 2):

O Brasil e a França compartilham uma fronteira de 730km em plena Amazônia, que corre ao longo do rio Oiapoque, da sua foz até a sua nascente, e depois percorre o divisor de águas da bacia amazônica até encontrar o ponto de trijunção com o Suriname. Maior fronteira terrestre da França, essa linha divisória, definida no início do século XX, permite interrogar a distância entre as representações dos governos e o espaço vivido das populações locais. De fato, apesar de dividir os dois países, o limite internacional nunca separou os povos indígenas ou as comunidades ribeirinhas lá estabelecidas e tampouco impediu a migração contemporânea de trabalhadores brasileiros para o litoral ou para os garimpos do interior da Guiana Francesa.

Neste termo, refere-se ao espaço que não se limita ao território, pelo contrário, é um espaço de interação, com paisagem específica e um espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional e por fluxos transfronteiriços. Com base nessa conjuntura social, obviamente “as fronteiras pertencem ao domínio dos povos. Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional (...) a fronteira é lugar de comunicação e troca” (Machado, 2000).

A zona de fronteira também é o espaço de políticas públicas de integração e cooperação, ou seja, um espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações do local e do internacional e espaço-limite do desejo de homogeneizar a geografia dos Estados nacionais. (Machado et al. 2005).

Ao retornar este conceito, agora considerando o contexto histórico, pode-se afirmar que a ideia remonta à formação do Estado moderno e à sua necessidade de demarcar com precisão os limites territoriais de sua soberania, abrangendo valores fundamentais, idiomas, moeda, cultura e outros elementos. Além disso, refere-se a uma área de interação entre diversos aspectos da vida social, cultural e política especialmente dos residentes que impulsionam o desenvolvimento econômico e político como política pública nas fronteiras.

Com base no mapa da Figura 08, no hachurado de verde, percebe-se a dimensão do dinamismo do entrelaçar de serviço e na zona de fronteira franco-brasileira. Uma espacialidade onde cotidianamente as pessoas vivenciam a experiência turística de forma livre e espontânea, desfrutando das maravilhas naturais e dos serviços de turismo que a cidade oferece aos visitantes.

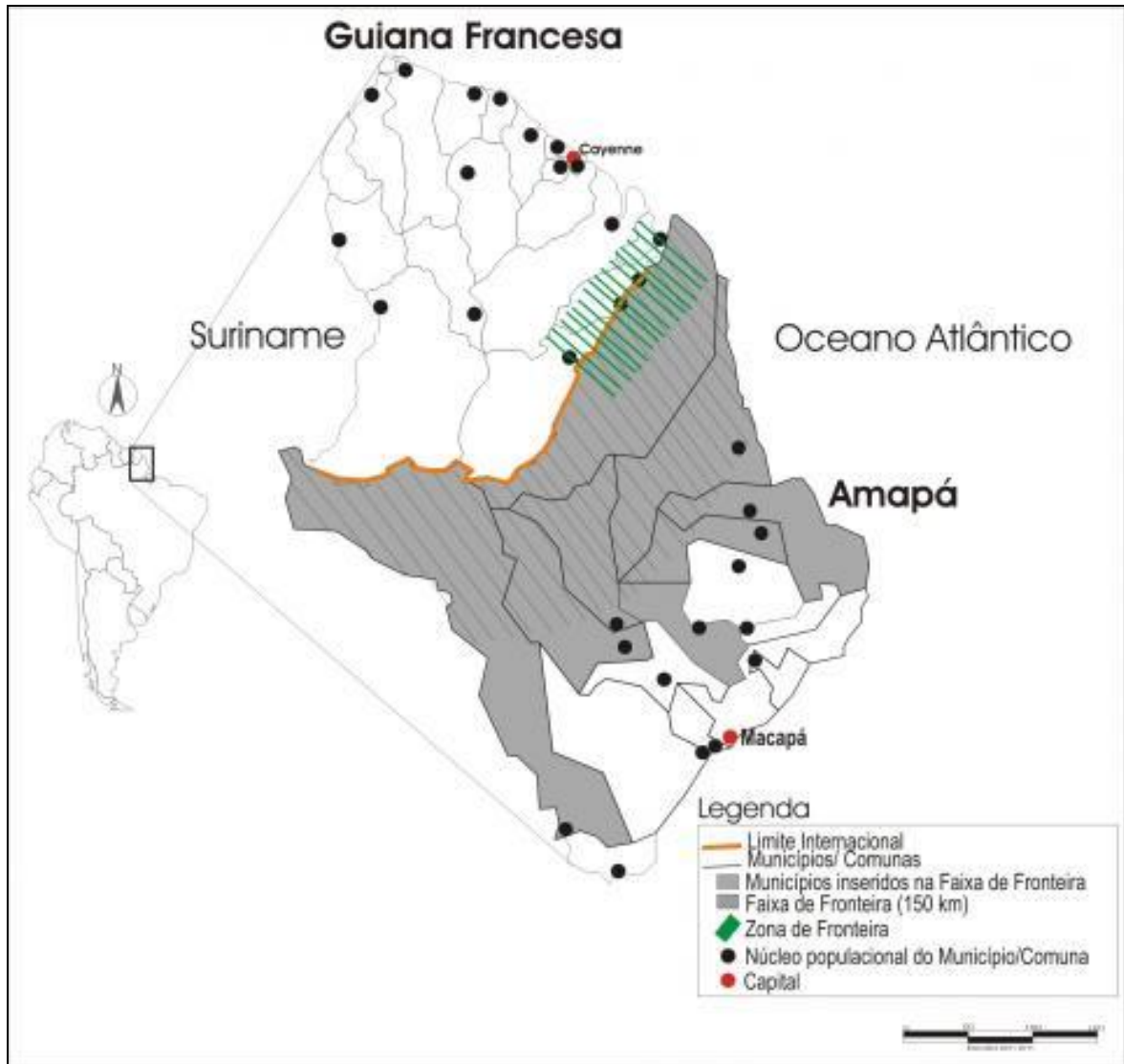


Fig. 08

Fonte: Org: SILVA, G.V.

A visita à cidade de Oiapoque revela uma diversidade de pessoas de diferentes origens, todas dedicadas às suas atividades profissionais. Guianenses e brasileiros cruzam a fronteira diariamente para trabalhar. É frequente ver estrangeiros dos países vizinhos em restaurantes, lojas e pontos turísticos, registrando seus momentos. A cidade é vibrante durante o dia e a noite, com casas de espetáculo, apresentações culturais e eventos locais. A presença marcante de estrangeiros, atraídos pelo custo de vida acessível e pela diversidade e hospitalidade do povo brasileiro, é evidente. Existe um entendimento crescente de que as diversidades sub-regionais e locais devem ser a base para o planejamento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico.

2.4 Turismo na zona de fronteira: Acordos e Pactos Internacionais entre Brasil e Guiana Francesa

A zona de fronteira em Oiapoque é tangenciada por nacionalidades e etnicidades de povos diferentes em termo de espaço geográfico, portanto, o acontecer histórico se processa no espaço-tempo, isto significa que, devido a suas peculiaridades e arranjos sociais, ocorrem interações socioculturais e econômicas, como nos tempos atuais, incrementadas pelo desenvolvimento do sistema da globalização, dos transportes, das telecomunicações e do comércio local.

O Decreto nº 2.200, de 8 de abril de 1997, promulga o primeiro Acordo-Quadro de Cooperação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996. Este encontro foi uma ocasião favorável para a criação de uma Comissão Geral franco-brasileira. Considerando os desejos de desenvolver suas relações de boa vizinhança na zona fronteira situada de um lado e de outro de sua fronteira comum, o decreto acorda os seguintes artigos:

Artigo 1º

As Partes Contratantes dispõem-se a conferir renovado impulso às relações bilaterais. Com esse objetivo, empenhar-se-ão em favorecer os contatos políticos em todos os níveis entre os dois Estados e em reforçar o desenvolvimento da cooperação econômica, cultural, científica e técnica, segundo as modalidades definidas no presente Acordo.

Artigo 2º

1-As Partes Contratantes decidem reunir bianualmente uma Comissão Geral franco-brasileira, que terá a missão de promover o diálogo político, de coordenar os diferentes aspectos das relações bilaterais e de estabelecer um programa de trabalho para o biênio seguinte.

2. A Comissão Geral franco-brasileira, que se reunirá alternadamente no Brasil e na França, estará integrada por representantes dos dois Governos, sob a presidência dos Ministros das Relações Exteriores. As Partes Contratantes determinarão, de comum acordo e por via diplomática, a data e a agenda das reuniões.

O trecho deste decreto²⁴ deixa evidente que Brasil e França podem manter boas relações políticas e econômicas internacionais, bem como sua contribuição ao diálogo das culturas, favorecendo o estabelecimento de uma ordem mundial mais aberta e mais equânime. Embora ambos os países pertencem a blocos econômicos distintos, este fato não invalida seus direitos de promover juntos políticas com propostas e estratégias para o desenvolvimento local, pois manter a parceria reforça suas tradicionais relações de amizade e suscita o fortalecimento nos campos econômico, cultural, científico e técnico em novos setores de interesse comum.

²⁴ Disponível em: [D2200 \(planalto.gov.br\)](https://planalto.gov.br) Acesso em: 23 ago. 2023

Historicamente, os acordos de boa vizinhança nas zonas fronteiriças remontam a longas tradições. Eles eram estabelecidos por meio de diálogos e contratos benéficos. Como o espaço de convivência ultrapassa os limites do Estado-nação, nenhum país poderia prosperar e se desenvolver sem a ajuda mútua, envolvendo a troca de produtos e serviços.

A Tabela 02 ilustra estes eventos sucessivos da agenda política, todos direcionados para o desenvolvimento e fortalecimento da zona de fronteira, como exemplificado pela Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça (CMT) entre Brasil e França.

TABELA 02-ENCONTROS E ACORDOS BILATERAIS ENTRE BRASIL E FRANÇA

ENCONTROS E ACORDOS BILATERAIS SOBRE AS FRONTEIRAS	
CIDADE/ PAIS	DATA
Brasília-Brasil	(17-18 setembro de 1997)
Caiena-Guiana Francesa	(18-19 de março de 1999)
Macapá-Brasil	(29-30 de janeiro de 2002)
Caiena-Brasil	(12-13 de junho de 2008)
Macapá -Brasil	(13-14 de agosto de 2009)
Caiena-Guiana Francesa	(31 de agosto a 1 de setembro de 2010)
Macapá-Brasil	(24 - 25 de novembro de 2011)
Caiena-Guiana Francesa	(12-13 de março de 2013)
Macapá-Brasil	(07-08 de outubro de 2015)
Macapá-Brasil	(03-04 de julho de 2019)
Caiena-Guiana Francesa	(03-04 de julho de 2023)

Fonte: elaborado pelo autor, baseado na Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça (CMT) Brasil e França.

A partir deste contexto de debates e acordos, pode-se entender que o espaço não é meramente físico, mas está relacionado ao processo humano de construção de fronteiras, não sendo indissociável do tempo, pois a temporalidade é um fazer-se histórico no espaço. O modo como os homens do passado conceberam e viveram o tempo é uma via privilegiada para compreender a sociedade à qual pertenceram (Torres, 2007).

Com a construção da Ponte Binacional que liga Brasil a Guiana Francesa, o turismo ganha novas proporções na cidade Oiapoque. Embora seja uma cidade estática por sua

espacialidade geográfica, também é dinâmica pelas contingências de pessoas que diariamente transitam sua territorialidade numa intersecção de interesses econômicos, culturais e sociais.

A territorialidade no contexto urbano consegue fornecer espaços sociais tanto coletivos, quanto privativos. A dinâmica de fronteira da cidade de Oiapoque, objeto de estudo no turismo, não foge à regra. Os limites entrelaçados da cidade são delineados por uma dinâmica vibrante que une pessoas de diferentes nacionalidades em uma convivência diária e organizada no âmbito político por meio de acordos de cooperação fronteiriça. A Figura 09 ilustra o movimento de entrada e saída de pessoas que transitam em busca de serviços, negócios ou lazer, percorrendo a rota entre a capital Macapá-AP e a Guiana Francesa.



Fig. 09 Fonte: Conservation Internacional-adaptado: Tostes e Sousa (2015)

Nesse contexto, a perspectiva se volta ao turismo massivamente por meio das atividades dos catraieiros pelo vale do rio Oiapoque, com mapeamentos de locais sobre os principais pontos atrativos para visitação. Em face dessa nova mudança, este grupo de trabalhadores tem se preocupado por não poder conseguir suprir seus sustentos quando a ponte binacional for regulamentada para o tráfego mútuo da fronteira.

É a partir do estudo desta fronteira que o objeto é pesquisado, enquanto dissertação se consolida, delinea e toma um campo mais abrangente, coeso e formulado nas políticas públicas do Programa Nacional²⁵ e confinante ao Plano Estadual de turismo, contextualizando a cidade em todas as suas dimensões de vivência e narrativas de fronteira contemporânea, que é marcada pela globalização do mercado e rede de comunicação tecnológica de interfaces digitais moderna.

A vida nesta zona de fronteira requer saber que os nativos menos se importam com a linha divisória internacional, e primam mais pelos serviços e interação socioculturais, fazendo corresponder uma vitalidade urbana de trânsito, redes de informação, câmbio e trocas de vivências territoriais, aliás, este contexto, a cada momento, ganha significado e ressignifica com os fluxos transnacionais. Vale ressaltar que o turismo é uma atividade que depende de uma multiplicidade de atores, ações que não se efetivam por si só ou por uma única pessoa, ou empresa isoladamente, há toda uma rede de serviços na incumbência de investimento estrutural, logísticos conectados para o bem-estar de visitantes.

Segundo Pimentel & Pimentel (2012, p. 14):

em geral, a atividade turística é composta por atores sociais individuais (turistas, moradores, guias, etc.), coletivos privados (empresas de transporte, as agências, os hotéis, os restaurantes, etc.) e públicos (instâncias de governança, prefeituras, agências locais de regulação, regionais, estaduais e federais, etc.) que atuam em campos sociais diferentes e que ao fazerem isso, num espaço social específico, formarão o campo turístico.

O Brasil, em relação aos outros países da América e Europa, tem vantagens favoráveis no desenvolvimento do turismo, pois dispõe de enorme espaço ecológico e sustentável, ocupando, segundo dados de 2017 do Relatório de Competitividade em Viagens e Turismo²⁶ apresentado no Fórum Econômico Mundial - FEM, o 1º lugar em recursos naturais, e o 8º lugar em recursos culturais no mundo. São recursos de valor inestimável que demandam, contudo, ações do Estado e da sociedade no sentido de assegurar a proteção e à riqueza de seus patrimônios com enfoque no conforto de quem vive e está no espaço. E é dentro deste novo paradigma que o turismo social e o ecoturismo entram como opção de atividade socioeconômica benéfica não só para o meio ambiente, mas também para as comunidades tradicionais da Amazônia.

²⁵ BRASIL, Ministério do Turismo-Programa de Regionalização do Turismo Diretrizes 2013.

²⁶ Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF-TTCR-2017-web-0401.pdf>. Acesso em: 30 março. 2024.

Analisando a propositura de se fazer turismo sustentável, segundo as Diretrizes²⁷ para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil (2020), embora já fora discutido em décadas passadas, o entendimento no nosso país deste conceito ainda é muito recente e precisa ser mais abordado com ênfase nas políticas e debates para que todos tenham acesso ao serviço com qualidade, pois o compromisso com a sustentabilidade para o progresso brasileiro deve incluir as questões inerentes à educação, uma vez que as condições relacionadas aos ecossistemas têm alcançado proporções iminentes de alarme socioambientais. Desse modo, fica evidente e é basilar a importância de se investir, preparar, capacitar e instrumentalizar agentes públicos, grupos civis organizados, cooperativas e associações para uma vida sustentável.

Segundo o Ministério de Integração Nacional, através do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDF)²⁸, o objetivo principal é promover o desenvolvimento da faixa de fronteira por meio de sua estruturação física, social e produtiva, com ênfase na ativação das potencialidades locais e na articulação com outros países da América do Sul. Com esse propósito, busca implementar iniciativas que respeitam a diversidade da região em consonância com as Diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Brasil, 2009, p. 12).

Brasil e Guiana Francesa sempre tratam do assunto em comum sobre suas zonas de fronteiras. Em 2015, o plenário brasileiro aprovou três acordos internacionais de Pactos de Cooperação: 1) na área de transporte rodoviário de passageiros e cargas (PDC 50/15); 2) sobre socorro de emergência na fronteira entre os dois países (PDC 51/15), e 3) regime especial de tributação para circulação de bens entre os dois países (PDC 52/15).

O pacto de cooperação (PDC 51/15) compromete os dois países a fim de prestar auxílio em emergências na fronteira entre os dois partidos, nas margens do Rio Oiapoque. A assistência será feita pelo envio de peritos, equipes, ou meios de socorro do corpo de bombeiros do Amapá e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) pelo lado brasileiro. Já pela França, a ajuda será feita pelas equipes pertencentes à Zona de Defesa e do Serviço Departamental de Incêndio e Socorro (SDIS), bem como pelo SAMU. O pedido de

²⁷As Diretrizes são um conjunto de orientações que objetivam nortear a atuação do setor de turismo para a criação e implementação de ações. Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social. Disponível em: [Loading... \(www.gov.br\)](#) Acesso em: 30 de março- 2024.

²⁸Os conceitos, as categorias e as tipologias, assim como a sub-regionalização da Faixa de Fronteira, foram incorporadas neste Programa tomando como base o trabalho Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (2005), desenvolvido pelo Grupo Retis/UFRJ (coordenação de Lia Machado e Rogério Haesbaert, da UFF), contratado pela SPR/MI para subsidiar as novas orientações adotadas. In: SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS. **Faixa de Fronteira**. Disponível em: [cartilha-faixa-de-fronteira.pdf \(mdr.gov.br\)](#) Acesso em: 30 jan. 2024.

assistência deverá ser feito pelo governador do Amapá, ou pelo prefeito da Zona de Defesa da Guiana Francesa. Cada país definirá se poderá ou não atender ao pedido.

O regime especial de tributação previsto no (PDC 52/15) vai permitir que produtos de subsistência transportados entre residentes dos dois países entre as cidades de Oiapoque (Brasil) e Saint Georges de l'Oyapock (França) sejam isentos de tributos de importação e exportação. A regra vale para itens como alimentos, calçados, periódicos jornalísticos e produtos alimentícios e de higiene destinados à utilização individual e familiar em quantidades compatíveis com o consumo cotidiano. Neste termo, vale ressaltar que os produtos destinados ao comércio continuam taxados segundo às regras tributárias de cada lado da fronteira.

A figura 10 é um registro do encontro sobre acordos aprovados pelo Plenário da Câmara, tratativas de transportes de carga e passageiros, socorro em situações de emergências e regime de tributação.



Fig.: 10

Fonte: Agência Câmara de Notícias

A importância que a ponte traz para o desenvolvimento local é sem medida e representa um projeto de cooperação que conecta diretamente as cidades de Oiapoque (Brasil) e Saint Georges (França). É nesta conjuntura política e social que se constitui o turismo como análise de propostas e estratégias na zona de fronteira na cidade de Oiapoque, em face aos setores privados e públicos que dinamizam o capital e o desenvolvimento regional.

Entre os dois países, a pauta da construção da ponte binacional foi sempre destaque desde 1997, todavia, somente com o programa de investimentos sul-americanos em

infraestrutura da iniciativa, o IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que foi então possível projetar esse sonho sobre o Rio Oiapoque que durou em 14 anos. Em 2017, teve sua abertura para o tráfego terrestre de forma parcial

Esta relação é positiva, uma vez que um país jamais conseguiria crescer e se desenvolver sem o auxílio de outras nações. É a partir dessa premissa que surge o importante papel das relações bilaterais, que são acordos e contratos que geram benefícios para os países, envolvendo troca de produtos ou serviços entre as nações. Os acordos bilaterais garantem direitos e ditam deveres que devem ser cumpridos e respeitados por ambas as partes.

Dessa forma, a diplomacia é fundamental nesses processos, pois, além de concretizar acordos, ela ajuda a prevenir atritos entre nações. Nesse sentido, os acordos bilaterais envolvem uma grande estrutura do governo federal, estadual e até mesmo regional quando necessário. Por meios do presidente da república, a embaixada brasileira, o ministro de relações exteriores e, até mesmo, alguns políticos eleitos, é feito algum tipo de cooperação com outros países em prol do bem comum dos cidadãos residentes nesta zona.

A própria construção da ponte é fruto do processo de cooperação diplomática, pois com “a abertura dela impulsiona toda a sociedade civil organizada a buscar, na criatividade, novas formas de desenvolver a geração de renda, a cultura, a educação, o social. E, também, a adaptação a uma nova realidade, além de fortalecer a cooperação internacional em diversas áreas do conhecimento”, como destacou o governador Waldez Góes (2017).

As Figuras 11 e 12 mostram a majestosa ponte binacional sobre o rio Oiapoque que conecta as duas fronteiras. É importante notar que ela não une diretamente as duas cidades pelas suas áreas centrais, já que está situada um pouco afastada das zonas urbanas de ambas.



Fig.: 11

Fonte: autor (2023)



Fig.:12

Fonte: autor (2023)

Sobre a ponte, o trânsito de veículos de transporte ocorre com base no princípio da reciprocidade, conforme as leis e regulamentos existentes em cada país e está sempre sujeito à autorização alfandegária de ambas as fronteiras. Empresas de transporte de um dos países ficam, pelo acordo, proibidas de fazer transporte rodoviário interno no outro país (CMT, 2019²⁹).

O acordo transfronteiriço é complexo, merecendo desdobramento e cautela em protocolo diplomático. Nesta relação amigável, o governo brasileiro propôs ao governo francês o aumento na quantidade de carteiras emitidas semanalmente e mudança na distância

²⁹ Disponível em: <https://www.amapa.gov.br/> Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça (CMT), 2019. Acesso 24 de janeiro de 2024 - Pesquisa Google

que os brasileiros podem circular dentro da Guiana Francesa. Conforme o acordo afirmado, são emitidas 15 carteiras por semana e com a circulação de 300 metros na faixa de fronteira por 72 horas. A emissão de carteira transfronteiriça garante uma permanência provisória, especificamente aos moradores nativos da cidade do Oiapoque, pois o acordo visa definir tempo de permanência dos brasileiros na Guiana Francesa a trabalho ou a negócio diário.

A figura 13 é um registro deste evento de cooperação fronteiriça, que nem sempre tem um bom consenso entre as autoridades e é pouco compreendido pelos moradores locais, que, às vezes, são impedidos de circular em território da cidade vizinha, Saint Georges, devido a alguns protocolos da Guiana Francesa.



Fig.: 13 Fonte: Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça – CMT.

Sobre este acordo, segundo o representante do governo francês, não correspondeu ao seu interesse, pois alega que há uma ausência de um diretor do Departamento Europeu do Ministério das Relações Exteriores que venha ativar uma comissão de administração local para fiscalizar a entrada, a permanência e a circulação de brasileiros. Somente a partir do Departamento Administrativo será possível efetivar o acordo no território francês. De causas a efeitos, a proposta deve compor um acordo que começou a ser construído na XI Comissão

Mista de Cooperação Transfronteiriça para a circulação de cargas, pessoas e bens de subsistência entre Brasil e França (CMT)³⁰, no ano de 1996.

Segundo Silva e Rückert (2009, p. 11):

Por cooperação transfronteiriça entende-se um conjunto de ações entre atores de dois ou mais estados nacionais, institucionalizadas ou não, a fim de elaborar/implementar propostas com impactos nos dois lados da fronteira. Estas ações, quando institucionalizadas, são irradiadas a vários quilômetros de cada lado e as subunidades administrativas centrais (capitais) estarão na gestão das políticas dessas relações internacionais numa escala local.

O encontro sobre cooperação estabelece regras concretas para a parceria em áreas específicas trafegadas para que transcorram na legalidade em âmbito regional, obedecendo aos acordos respaldados em leis de cada nação. No dia 15 de julho de 2005, Brasil e França assinaram vários acordos de cooperação militar, incluindo aviação e tecnologias militares avançadas. Em 2008, assinaram um Acordo de Estatuto de Forças³¹, porém, firmaram uma aliança estratégica formal.

A cooperação e os pactos transfronteiriços em face do interesse envolvem diversos atores em prol de um cenário de integração comum, neste ensejo, é fundamental a figura de autoridade administrativa competente e de instrumentos jurídicos baseados no direito internacional para que os governos dos dois países continuem o processo de integração das localidades de fronteira.

Sob esta perspectiva, a reunião da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça é um instrumento crucial de diálogo e progresso nas ações conjuntas entre Brasil/Amapá e França/Guiana Francesa. Sendo um evento de natureza internacional, ele é responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores, com o apoio do governo do estado do Amapá, por meio da Agência Amapá e outras instituições parceiras. É importante ressaltar que tais acordos devem beneficiar os moradores locais, que, por diversas razões, encontram-se desamparados pelo poder público para viverem com dignidade e exercerem o direito de transitar pelas fronteiras para trabalho ou visitas a familiares do outro lado.

Em um desses encontros, principalmente o de 2011, na VII Comissão Mista de Cooperação Franco-Brasileira, as partes definiram a importância de criação do Conselho do

³⁰ O Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa, assinado em Paris no dia 28 de maio de 1996. O Congresso Nacional aprovou esse acordo por meio do Decreto Legislativo nº 5, de 28 de janeiro de 1997, publicado no Diário Oficial da União nº 20, de 29 de janeiro de 1997.

³¹ Em inglês *Status of Forces Agreement*, o SOFA é um acordo entre um país para operar forças militares em uma nação estrangeira. Teoricamente, não constitui um acordo de segurança, que estabelece os direitos e privilégios do pessoal estrangeiro presente no país de acolhimento, em apoio do acordo de segurança maior.

rio Oiapoque. Porém, somente a partir de dezembro do ano 2012, em Paris (França), através da Declaração de Intenção, que foi estabelecido este conselho, propondo regulamentação, mapeamento e assuntos da fronteira fluvial, analisando as situações de melhoria aos moradores na margem do rio.

Outro ponto relevante desde decreto foi que as reuniões do conselho ocorressem de forma alternada em cada lado da fronteira, Oiapoque (Amapá/Brasil) e Saint Georges (Guiana Francesa/França). Os encontros sustentam a ideia de tornar a cooperação uma ação transfronteiriça a partir de uma estratégia que garanta os direitos dos povos da fronteira com vida mais digna, de forma que os frutos dessa iniciativa resultem em grandes benefícios para a conservação e o desenvolvimento da região.

Antes do período pandêmico, em 2018, houve encontro bilateral no Palácio do Setentrião, na cidade de Macapá, para ampliar o número de estudantes do Amapá em instituições francesas, estando presentes ministro conselheiro da embaixada da França, Giles Pecassou, e o diretor-adjunto do Instituto Francês do Brasil, Olivier Giron, além do governador Waldez Góes, acompanhado de assessores de assuntos internacionais. Esteve presente também o pró-reitor de Relações Interinstitucionais, prof. Paulo Gustavo Pellegrino, da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. A Figura 14 registrou o momento de diálogo e propostas com avanços nas deliberações de ações diplomáticas mais concretas e evidente em Macapá.



Fig.: 14

Fonte: Márcio Pinheiro

Conforme a fonte Portal do Amapá³², na fala dos representantes da embaixada da França, Gilles Pecassou³³ e Olivier Giron³⁴, é preciso o aumento de participação dos estudantes amapaenses em instituições francesas e ampliar a cooperação já existente entre o Amapá e o país europeu por meios de bolsas de estudos e pesquisa, financiamentos e parcerias com universidades da França, a Université de Guyane, na Guiana Francesa. Desse modo, uma das possibilidades levantadas pela embaixada da França foi de capacitar professores do curso de Letras/Francês da Universidade Estadual do Amapá (UEAP). E ainda destacaram que a intenção é aproximar a Université de Guyane das instituições de nível superior do Amapá para promover o intercâmbio entre alunos.

No âmbito educacional, o acordo já é uma realidade, com suporte em materiais didáticos e pedagógicos, além da capacitação de professores para a Escola Prof^a Marly Maria e Souza da Silva, situada no Conjunto Habitacional Macapaba, na zona norte da capital, reconhecida como a primeira instituição de ensino com classes bilíngues no Amapá. Paralelamente, intensificaram-se as ações do Programa Férias-Trabalho, cuja finalidade é possibilitar a estudantes franceses e brasileiros, entre 18 e 30 anos, a experiência de passar um ano no país alheio, explorando sua cultura e tendo a opção de trabalhar localmente.

A reunião, que estava agendada para ocorrer na Guiana Francesa em 2020, não se realizou devido à pandemia da covid-19. Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o surto do novo coronavírus constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), o nível mais alto de alerta segundo o Regulamento Sanitário Internacional. O objetivo dessa medida foi melhorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade internacional para deter a disseminação do vírus.

Os representantes dos chefes de governos nacionais que sugerem e decidem ações diplomáticas em meio às necessidades de executar as políticas na fronteira nem sempre apresentam resultados pacíficos, pois são travadas por leis diplomáticas e por não apresentar dados suficientes sobre a região e ações executadas na linha de fronteira (Silva e Nascimento, 2009).

Refletir sobre a fronteira franco-brasileira é essencial, pois é uma área sensível devido ao jogo de interesses que nem sempre é transparente. A maioria dos brasileiros que atravessa a fronteira o faz ilegalmente, buscando trabalho braçal como mão de obra não qualificada, atraídos pelo valor do euro, melhores condições de vida e pelos benefícios sociais que o

³² Informações disponíveis em: <https://www.portal.ap.gov.br> Acesso em: 30 dez. 2024.

³³ Encarregado de negócios da embaixada da França, Gilles Pecassou.

³⁴ o adjunto ao conselheiro cultural da embaixada da França, Olivier Giron.

governo francês oferece aos residentes na Guiana Francesa. Diante dessa situação, o governo francês limita o acesso à fronteira para controlar o fluxo migratório, estabelecendo intercâmbios, acordos e regras baseadas na cooperação transfronteiriça.

Nos encontros diplomáticos, a grande preocupação da Comissão dos Acordos Bilaterais franceses é com a imigração em seu território, que a cada ano vem aumentando vertiginosamente. Veja e analise a tabela 03, que mostra o aumento de brasileiros na Guiana Francesa.

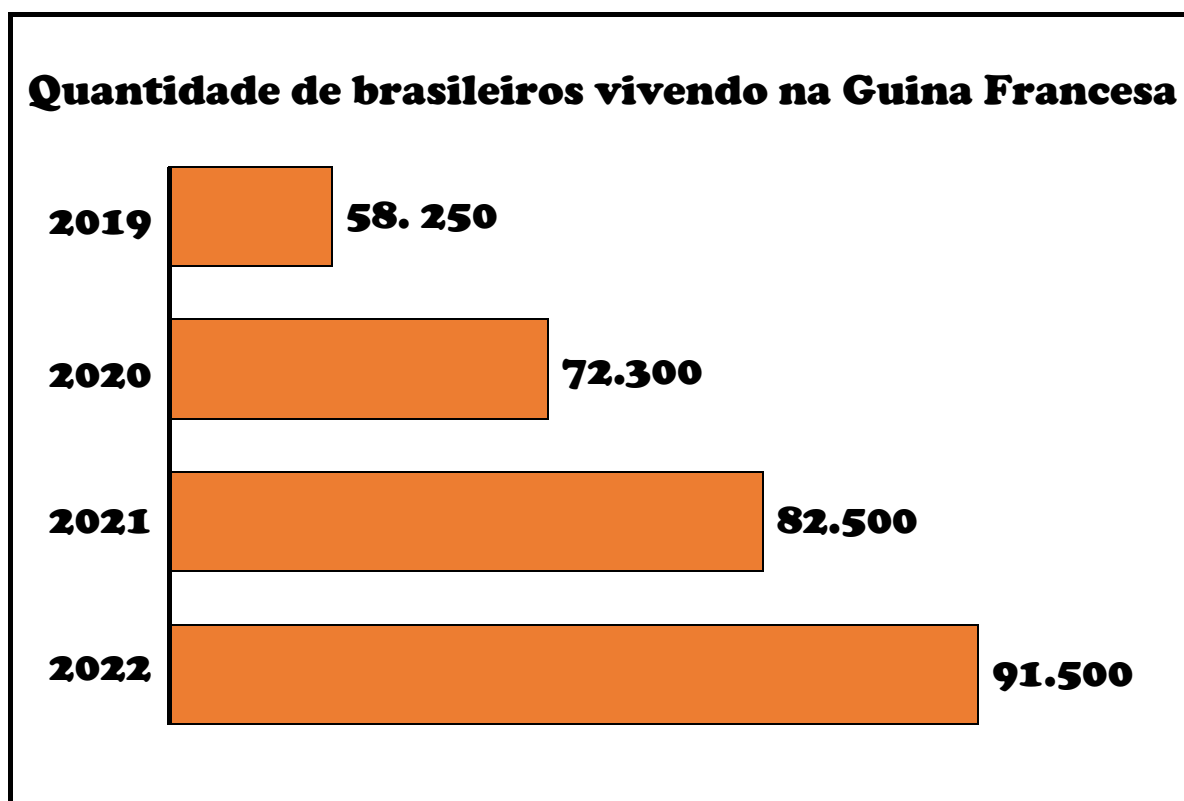


Tabela 03, fonte: estimativa do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2023).

Um levantamento do Ministério das Relações Exteriores mostra que a Guiana Francesa abrigava 91.500 brasileiros em 2022, de um total de 249.071 habitantes. Ou seja, cerca de 30% da população local entrou no país pela cidade de Oiapoque, no Amapá. A principal razão que faz com que os brasileiros imigrem para a Guiana Francesa é a possibilidade de receber em euros por seu trabalho. Em câmbio, o valor vale cinco vezes a mais que a cota em real (MRE, 2023).

No ano de 2023, foi realizada a XII reunião da Comissão Mista Transfronteiriça Brasil-França (CMT) em Caiena (Guiana Francesa), nos dias 3 e 4 de julho. A delegação brasileira foi chefiada pelo governador do estado do Amapá, Clécio Luís, e pelo diretor do

Departamento de Europa do Itamaraty, Flavio Goldman. A delegação francesa, por sua vez, foi coordenada pelo governador da Guiana Francesa, Thierry Queffelec e pela diretora do Departamento de Américas e Caribe da Chancelaria francesa, Michèle Ramis.

As delegações discutiram a cooperação bilateral na região fronteira, focando nas áreas de fluxo de pessoas e mercadorias, migração, segurança, cultura, educação, economia, saúde e meio ambiente. Durante o encontro, o governo francês optou por retomar a emissão de carteiras de circulação transfronteiriça para cidadãos brasileiros e anunciou o aumento tanto do número, quanto da validade dos vistos de circulação para empresários e agentes de cooperação. Este acordo deliberativo sobre as carteiras representa um progresso para a comunidade local ao proteger seus direitos e a dignidade de trabalhar sem restrições policiais ou temor de prisão e deportação.

O Brasil, por sua vez, decidiu aderir à Convenção de Transportes Internacionais Rodoviários (TIR), que trata do transporte de cargas e deverá facilitar o comércio entre o Amapá e a Guiana Francesa. Comunicou, igualmente, a previsão da pavimentação, até o final do ano de 2023, de 10km adicionais do trecho norte da BR-156, bem como a licitação da pavimentação de outros trechos da rodovia federal. O Brasil anunciou, além disso, aumento do efetivo no Centro de Cooperação Policial Bilateral (CCP).

Portanto, todos esses acordos bilaterais de fronteiras são sobre políticas públicas que versam direitos para os cidadãos, essencialmente às demandas em diversos eixos, como saúde, educação, meio ambiente, cultura, relações comerciais e diplomáticas. O encontro marcou a reaproximação entre os dois lados, tendo como um dos principais temas as propostas de mudanças nas regras de visto para brasileiros, preferencialmente para os amapaenses que circulam no território francês. Neste caso, há ainda grande preocupação por parte do governo francês, que ressalta um aumento bastante significativo de 73 mil brasileiros, representando um quarto dos habitantes do território francês, segundo dados do governo do Amapá, em 2023.

3 CONCEPÇÃO DO TURISMO SOCIAL: SUA IMPORTÂNCIA NO CENÁRIO EUROPEU E BRASILEIRO

A ação de viajar sempre foi comum entre as sociedades humanas. Desde os primórdios, o seu desenvolvimento e crescimento se deu devido à necessidade de deslocamento, tanto do ponto de vista da conquista (guerras, invasões etc.), como do lazer e da curiosidade de

algumas pessoas e grupos em conhecer e explorar as paisagens naturais. Com o decorrer do tempo, a ação de viajar foi sofrendo e ganhando transformações na vertente social e econômica até chegar à concepção do que conhecemos por turismo moderno, teoricamente.

Trata-se de uma prática originada no mundo antigo, na Grécia e Roma, atraindo grandes multidões para eventos públicos em praças, ruas e templos. Os romanos abastados viajavam por lazer através do vasto império. De fato, era uma viagem que transcendia as fronteiras das cidades, com fluxos de pessoas voltados intensamente para aspectos culturais, gastronômicos e econômicos, além da admiração por imponentes monumentos arquitetônicos. As tríades sociais historicamente ligadas aos eventos ainda hoje fundamentam o turismo de maneira geral. Conforme Machado (2010, p. 19):

Muitos estudiosos acreditam que a primeira fase da história do turismo se inicia com as viagens gregas, ora com as visitas a seus santuários, ora com a celebração de competições atléticas, ora com a comercialização, inclusive com os chineses, quando tiveram contato com a bússola e a pólvora, o que influenciou posteriormente as expansões marítimas europeias. Além dos lugares sagrados, os gregos também davam muita atenção, principalmente aos grandes festivais. No mais antigo e importante deles, aconteciam os jogos olímpicos em Olímpia, de quatro em quatro anos, em homenagem a Zeus.

Durante o Império Romano, as viagens ganharam ainda mais força devida à *pax romana*, que durou de 29 a.C. até 180 d.C., quando Augusto César declarou o fim das guerras de conquista, depois da morte de Marco Aurélio. Nessa época, foi desenvolvida uma infraestrutura de viagens que possibilitava viajar seguramente e por mais de 150 km num único dia por meio de pontes e estradas que interligavam as mais diversas regiões do Império.

No ano de 1282, começaram a surgir hospedarias mais sofisticadas (os hotéis) e estâncias especializadas, pois os grandes senhores e artistas viajavam com comitivas crescentes para as principais cidades italianas de Florença, Roma e Veneza, onde floresceu o Renascimento. Com o tempo, o caráter da própria excursão modificou-se e, do *grand tour* clássico, com base em observações e registro de galerias, museus e artefatos altamente culturais, passou-se para o *grand tour* romântico, que visava a valorização das paisagens (Machado, 2010).

Com a descobertas dos novos continentes nos séculos XV e XVI e com o início da Idade Moderna, as metrópoles em terras coloniais disseminaram seus ideais e, conseqüentemente, consolidaram o fator econômico, ressurgindo uma nova classe social de trabalhadores, o proletariado na Inglaterra, mediatizado pelo mercado. Destaca-se aqui o trabalho assalariado que se originou sobre a ideia de igualdade jurídica pregada pelos

burgueses durante a Revolução Francesa, em 1789, com base no princípio de que os homens são iguais por natureza e podem estabelecer contratos e acordos segundo suas vontades, e estes serão impostos e protegidos por uma lei.

Neste novo cenário, no contexto social europeu do século XVI, os ingleses começaram a mandar os jovens estudantes para outros países, acompanhados de professores ou tutores, para que obtivessem um maior conhecimento do mundo, pois era uma viagem educacional e cultural considerada um aprendizado indispensável. E, na outra parte ao sul da Europa, se destacavam duas cidades, Florença e Roma, que despontaram como destinos culturais no chamado *grand tour* devido à arquitetura, centros históricos, palácios, igrejas milenares e museus que faziam o viajante transportar para mundo clássico e para a Renascença.

Andrade (2000, p. 7) afirma que:

O Grand Tour, sob o imponente e respeitável rótulo de “viagem de estudo”, assumia o valor de um diploma que lhes conferia significativo status social, embora – na realidade – a programação se fundamentasse em grandes passeios de excelente qualidade e repletos de atrativos prazerosos (...), os ingleses, importantes e ricos, consideravam detentos de cultura apenas quem tivesse sua educação ou formação profissional coroada por um Grand Tour através da Europa.

No século XIX, com a Revolução Industrial europeia, o termo “proletariado” foi redefinido por Karl Marx para o conceito atual: o trabalhador assalariado que, após longas e árduas jornadas de trabalho, ansiava por momentos de lazer e entretenimento, originando as primeiras experiências de turismo social na Europa. O turismo moderno deve ser compreendido a partir dessas conquistas dos trabalhadores no século XX como resultado da reestruturação social decorrente da industrialização.

Na análise contemporânea, o turismo ampliou sua influência em todas as esferas sociais e econômicas. Socialmente, porque promove o bem-estar e uma vida mais saudável ao desfrutar de tempo livre com amigos e familiares. Economicamente, porque se tornou uma fonte de divisas, empregos e fluxo de capital para um Estado ou Nação, sendo também um dos produtos mais importantes do comércio global e essencial para a competitividade dos países no cenário internacional.

Segundo os artigos da Declaração de Montreal de 1996, uma das vantagens que o turismo social implica amenizar as desigualdades:

Art. 3- A ambição de acesso ao lazer turístico para todos - incluindo famílias, jovens e os idosos – compromissos necessariamente para o combate às desigualdades e contra a exclusão de todos aqueles que têm uma cultura diferente, eles têm poucos recursos econômicas, têm diferentes capacidades físicas ou morar em um país em

desenvolvimento. Essa ambição deve se traduzir na busca e implementação dos meios para alcançar este objetivo: definição de políticas sociais turismo, criação de infraestrutura, desenvolvimento de sistemas de ajuda para pessoas menos favorecidos, conscientização e treinamento da equipe, etc. Iniciativas modestas, integradas a um plano global, muitas vezes pode, além de projetos em grande escala, ser "forjadores da sociedade".

Art., 4- Férias e viagens são momentos e ocasiões privilegiadas de enriquecimento da pessoa, pela descoberta de outros ambientes, outras culturas e outras civilizações, exercitando de atividades físicas, artísticas, esportivas ou recreativas, através do encontro entre pessoas além qualquer diferença, por causa das responsabilidades livremente assumido pelos próprios turistas.

Os dois artigos enfatizam o conceito de turismo social como um segmento que proporciona oportunidades de integração socioeconômica, sem distinção de cor, raça ou etnia, assegurando o desenvolvimento das relações humanas como elemento de coesão social e inclusão. Nesta mesma linha de pensamento sobre vantagem e benefícios que o turismo oferece, Assis (2005, p. 13-14) diz que:

A prática do Turismo Social fomenta a economia. Além de participar do processo produtivo do turismo utilizando os serviços de transporte, alimentação, hospedagem e de entretenimento. Gera divisa e empregos diretos e indiretos e tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento social proporcionando a seus usuários oportunidade de lazer com baixo custo e promovendo uma maior interação interpessoal; induzindo novas formas e posturas em relação ao meio ambiente.

A relevância do turismo é fundamental para o progresso social, cultural e econômico de um país, considerando que a infraestrutura turística se desenvolve sob diferentes aspectos em cada região, uma vez que o crescimento turístico não se deu de maneira uniforme globalmente. Este fenômeno deve-se principalmente a diversos fatores, incluindo o estágio de crescimento e desenvolvimento econômico; a renda dos habitantes; a quantidade de tempo livre; as características demográficas; o cenário político; as tradições e crenças religiosas; o nível de educação da população, e o nível de inovação tecnológica (Secretaria Geral de Turismo, 1990).

Na Europa, um continente marcado por suas características naturais e históricas distintas entre diversos povos, a concepção de turismo é ampla. Quando se trata de atividades em zonas fronteiriças, ela se expande ainda mais ao envolver aspectos políticos, sociais e acordos bilaterais ou unilaterais. Na visão de Castelli (2001), o turismo pressupõe movimento e coloca o indivíduo em contato com outras civilizações, culturas, costumes, mentalidade e valores. Além desses fatores, pressupõe aos meios, como as infraestruturas, os recursos naturais, culturais, artísticos, históricos, meios de hospedagem e os serviços complementares.

Com uma área de 10 milhões de km² e abrangendo 50 países distintos, além de 60 línguas, entre idiomas oficiais e dialetos, a Europa reconhece formalmente a contribuição econômica do turismo. Este setor dinamiza as redes de transporte, hotelaria, gastronomia, lazer e cultura. Assim, o turismo no continente é extremamente diversificado, atraindo viajantes de todo o mundo e de variados estilos.

Por exemplo, a Europa Ocidental é o epicentro do desenvolvimento tecnológico, econômico e turístico do continente, sendo uma região altamente procurada por turistas devido à sua delimitação específica. As temperaturas agradáveis do verão e as belas praias tornam-na um destino turístico popular não apenas para brasileiros e europeus, mas também para chineses.

Na Europa Oriental, as experiências são enriquecidas pelas características culturais, econômicas e, em alguns lugares, pelo socialismo ou pela religião predominante. Estas particularidades permitem uma viagem distinta pela Europa, sendo alternativa aos tradicionais destinos de férias da Europa Ocidental preferidos pelos brasileiros. Comparativamente, a Europa Setentrional se destaca por sua rica cultura, história, belezas naturais e atrações turísticas. Esta região hospeda alguns dos países com os mais altos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo. Os visitantes encontram locais belos, bem estruturados e com excelente organização.

Apesar das subdivisões políticas, a região oferece uma variedade de roteiros pelo continente, especialmente através dos países signatários do Tratado de Schengen³⁵, cujas fronteiras turísticas abertas facilitam a movimentação dos turistas. Este nada mais é que um acordo firmado entre países europeus visando estabelecer a livre circulação não somente de pessoas, mas também livre comércio entre os participantes.

Sobre o turismo com enfoque social, na concepção de Massari, Carvalho e Barbosa (2006), a partir da Declaração de Montreal, em 1996, e do Bureau International du Tourisme Social (BITS), o documento define o Turismo Social como uma perspectiva de inclusão e valorização do indivíduo como agente social:

como uma grande ambição diante dos desafios de exclusão e da integração, de combate às desigualdades, como um fator de integração do homem e da sociedade,

³⁵ Os países do Tratado de Schengen fazem parte de uma área de abertura de fronteiras. Isso significa que não é necessário apresentar passaporte, usam o mesmo visto para cruzar a fronteira entre os países participantes: no total, 26 países europeus assinaram o tratado (confira a lista no site oficial do The Schengen Visa). São eles: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Islândia, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Polônia, Portugal, República Tcheca, Suécia, Suíça e Liechtenstein.

como agente de crescimento e de fundamental importância no desenvolvimento local (2006, p. 25).

Invocando a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, estabelecem-se padrões e garantias universais para todos, que são consequências do direito ao descanso, ao lazer, ao tempo livre, ao conhecimento, à cultura, à ética e ao respeito pela dignidade. O artigo 13 destaca que todo ser humano tem o direito à liberdade de movimento e residência nas fronteiras de cada estado. Como esse direito ainda não é uma realidade social global, a promoção do lazer e do turismo como serviços humanos deve continuar e intensificar-se seguindo o caminho do turismo social, cujo objetivo principal é assegurar o acesso ao lazer para todos, independentemente de onde residam.

3.1 Turismo Social na Europa

O turismo social é um conceito multifacetado, interligado a uma vasta gama de ciências e saberes relacionados à economia, geografia, política e, conseqüentemente, às práticas sociais inclusivas e à gestão coletiva. Ao se expandir para o campo social, abrange os que não têm o alto poder aquisitivo para viajar e conhecer lugares inusitados com grande referência sociocultural mundialmente.

Na Europa, por exemplo, o turismo social é frequentemente organizado por associações, sindicatos e cooperativas para servir para as necessidades das classes menos privilegiadas. Embora o conceito de turismo varie, ele mantém um foco consistente em qualquer contexto sociocultural e econômico. Claramente, “Turismo é definido pelas atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em locais distintos do seu ambiente usual, por um período contínuo de menos de um ano, com o propósito de lazer, negócios ou outros” (OMT, 1995b, p.1).

Em países vistos como neoliberais, como o Reino Unido e os Estados Unidos, o turismo social é menos conhecido e conta raramente com suporte governamental. Por outro lado, na França, Bélgica, Portugal e Espanha, o turismo social é financiado com recursos públicos e acontece principalmente durante feriados nacionais (Cheibub, 2014).

O turismo impulsiona a economia local e, no caso do turismo social, ele transcende a mera viagem. A atividade permite que o visitante experimente o novo, o exuberante e o exótico. Cada excursão oferece a oportunidade de conhecer lugares únicos, como paisagens, construções, histórias e culturas. As pessoas gostam de fazer turismo onde estão, desfrutando

de lazer, entretenimento e convivência familiar com amigos. A esse respeito, o Código Mundial de Ética sobre o Turismo (1999, p. 2), com base em documentos³⁶ resultantes de vários encontros, como de Convenções, de Declaração e Pactos, todos de nível mundial, deixa claro que a finalidade do turismo é “promover um turismo responsável e sustentável, acessível a todos no quadro do direito que qualquer pessoa tem de utilizar o seu tempo livre em lazer e viagens, e no respeito a escolha da sociedade de todos os povos”.

Em uma comunidade, as atividades turísticas sempre geram um retorno econômico, pois promovem benefícios financeiros. Este retorno pode ser ampliado com o compromisso social junto à comunidade local, manifestando-se de diversas formas, como na conservação do patrimônio cultural, redução do impacto ambiental e utilização da mão de obra local, conforme Rosa (2002).

À medida que o turismo impulsionou o crescimento econômico e a demanda populacional, os países se mobilizaram para implementar políticas públicas focadas em melhorar as estatísticas de capital, divisas e receitas, além da logística. Estas políticas são baseadas em diretrizes específicas para assegurar a segurança e inovar produtos e serviços, alinhando-os aos padrões universais de saúde e segurança. Outro aspecto que merece ser mencionado é o incentivo ao consumo de produtos turísticos aliado ao avanço da tecnologia, o que tem propiciado riqueza para o país que melhor investir, divulgar e vender seus produtos. Segundo Duarte e Rua (2014, p. 1) “na Idade Contemporânea, as necessidades da sociedade são moldadas por um mundo globalizado, onde as distâncias são mais curtas, assim como as culturas mais próximas, no entanto emerge uma valorização da sua própria cultura”.

Durante o século XX, diversos eventos contribuíram para o desenvolvimento do turismo em escala mundial. No entanto, o evento de 1963 destaca-se como um marco histórico, conforme Beni (2001) aponta, porque foi quando as Nações Unidas recomendaram a adoção de um conceito unificado de visitante e turista para estatísticas internacionais e visitantes foram definidos como pessoas que viajam para um país distinto do seu local de residência por qualquer razão, sem envolvimento em atividades remuneradas.

Baseando-se em Tandini e Melquiades (2010), diversos eventos indicaram acordos significativos nos serviços de renda e emprego, bem como na estruturação do turismo em níveis mundial, nacional e regional, fundamentados em convenções e negociações, particularmente com foco em temas de globalização.

³⁶ Direito Universal dos direitos dos homens, de 1966; Convenções sobre proteção do patrimônio cultural e natural e mundial, de 1972; Declaração de Manila sobre o Turismo Mundial, de 1972; Resolução da 6ª Assembleia Geral da OMT (Sofia), adaptando a Carta do Turismo e o Código do turista, de 1985, e outros.

A Tabela 4 ilustra a retrospectiva da sequência de conferências públicas sobre o turismo em uma escala global.

TABELA 04 – EVENTOS COM METAS GLOBAIS

METAS GLOBAIS	
Ano	Eventos
1937	Encontro das nações unidas com objetivo: turismo 24 horas.
1963	A ONU, com a União Internacional das Organizações Oficiais de Viagens, realizou em Roma o Congresso sobre Viagens Internacionais e Turismo.
1980	Declaração de Manila sobre o turismo mundial.
1983	A Organização Mundial do Turismo (OMT) inicia um processo de criação de diretrizes como forma de melhor unificar os conceitos e dados estatísticos relacionados com o turismo.
1985	A carta do Turismo, o Código do Turista.
1991	A Organização das Nações Unidas (ONU), juntamente com o Governo do Canadá, realiza a Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo em Ottawa.
1993	A Comissão de Estatísticas da ONU aprovou uma série de definições e classificações.
1995	As definições foram oficialmente publicadas pela OMT para unificar critérios e estabelecer um sistema coerente de estatísticas turísticas.
1997	A resolução 364 da Assembleia Geral.
1999	Código mundial de ética do turismo.

Fonte: elaborada pelo autor, adaptado das instâncias públicas de 1937 até 1999.

Assim, globalmente, o surto do turismo massivo trouxe grande prosperidade para destinos e atrações turísticas, seguindo padrões internacionais que incluem medidas de proteção ao meio ambiente, à cultura, ao patrimônio e, sobretudo, à segurança e à proteção da vida humana. É importante destacar que este período foi marcado por grandes transformações políticas, econômicas, sociais e culturais, após a Revolução Técnico-Científica Informacional³⁷, que iniciou o processo de globalização, fenômeno caracterizado pela intensificação das relações econômicas, comerciais e culturais entre os países.

³⁷A Revolução Técnico-científico-informacional, iniciada na segunda metade do século XX, inaugurou inúmeros avanços no setor de informática e telecomunicações.

Esta mudança no cenário global fortaleceu as relações internacionais entre instituições a fim de discutirem a promulgação do Código Mundial de Ética do Turismo, em 1999, elaborado pela OMT, como uma referência para o desenvolvimento sustentável e responsável da atividade turística no âmbito universal que até hoje em pleno século XXI. Seus Princípios norteadores refletem positivamente em debates e conferências mundiais, sobre mudança climática, consequências ambientais e, principalmente, qualidade de vida, direitos fundamentais, relações internacionais.

3.2 Turismo Social no Brasil

É amplamente reconhecido que o Brasil, com sua vasta extensão territorial e a mistura de povos nativos, europeus, africanos e asiáticos, possui uma cultura extremamente rica e variada. Isso se reflete nas diversas manifestações culturais, na arquitetura, nos costumes e na notável hospitalidade. Além disso, possui belezas naturais que se estendem por todo o território nacional e atraem tanto brasileiros, quanto visitantes estrangeiros.

Os últimos dez anos foram produtivos para a estruturação das atividades turísticas no Brasil por meio de mudanças realizadas a partir de debates estimulados, prioridades e medidas negociadas, ajustadas, desreguladas e normatizadas, progressos e revisões nas relações entre o governo e a sociedade, e técnicas de gestão e ética na administração das políticas públicas aprimoradas, tornando claras as intenções, prioridades e medidas e ferramentas que serão empregadas para a continuidade, crescimento e desenvolvimento dos programas e ações do Ministério do Turismo (PRT, 2013).

Se de fato considerarmos a estruturação geoeconômica do Brasil com 8.547.403 km² em sua totalidade, abrangendo 47,9% da América do Sul, com um clima em sua maior parte tropical, litoral de 7.400 km² de extensão, grandes diversidades de ecossistemas naturais e um rico patrimônio cultural material e imaterial, podemos dizer que apresenta um potencial indiscutível para atrair turistas do mundo inteiro.

Segundo Gomes (2007), o turismo no Brasil corresponde às várias realidades propícias para o desenvolvimento econômico. O autor enfatiza que:

No Brasil, o turismo começou a desenvolver-se nos anos 70 e consolidou-se com maior expressividade nesta década, como importante setor da economia nacional que vem apresentando altas taxas de crescimento, indicando que sua expansão continuará. Dentro da economia nacional ou regional, o sistema do turismo compreende um conjunto de atividades desenvolvidas por vários gêneros de estabelecimentos dos setores secundário e terciário (2007, p. 23).

No contexto brasileiro, analisar a estrutura e os eventos que moldaram a história da institucionalização do turismo é um desafio significativo que exige um esforço para correlacionar as várias ações que caracterizam a trajetória de 1930 a 2023. Aqui, o foco não é detalhar a sequência cronológica, mas, sim, as funcionalidades, como e com que propósitos as políticas públicas e iniciativas para o turismo foram criadas e implementadas.

Inicialmente, as entidades estabelecidas serviram como fundamentos para as políticas públicas direcionadas a esse setor, ao nível nacional, assim, possuíam responsabilidades de supervisionar, organizar e regular os serviços de turismo doméstico e internacional. Além disso, lidavam com a padronização da cooperação internacional, a regulamentação de empresas turísticas e de transporte, a entrada de estrangeiros no país, o fomento a eventos, o licenciamento, a operação de instalações recreativas, entre outras questões relevantes nos estados do Brasil (Carvalho, 2016).

A análise do processo de institucionalização das políticas públicas de turismo, implementadas pelos governos federais de 1934 a 2023, de forma geral, visa facilitar o entendimento de suas funções e do papel histórico no desenvolvimento do turismo em relação à sociedade e ao mercado. Ao examinar cada período, as políticas de governos e as demandas turísticas correspondentes, ressalta-se a importância da organização do turismo nacional, considerando o arranjo institucional, os proponentes e os investimentos.

De acordo com Maranhão (2017), utilizando o quadro descritivo de Fratucci (2008), é perceptível a evolução do turismo brasileiro no século XX. Porém, a realidade que o país atravessava (cenário internacional pós-II Guerra mundial, hegemonia do capitalismo e do socialismo, período de ditadura militar, redemocratização) fizeram com que o contexto fosse de instabilidades em todos os campos e com pouca política de incentivo e planejamento estratégico para setor turístico. Dessa forma, as atividades eram restritas apenas à elite, que dispunha de condições financeiras para viajar e desfrutar do turismo.

Atualmente, Lopesi e Netto (2021) destacam o cenário brasileiro em um novo patamar.

Na atualidade, o turismo tem feito parte das arenas de discussão das políticas públicas no Brasil, destacando-se pela sua suposta capacidade de diminuir desigualdades sociais, gerar empregos e renda, especialmente aos mais pobres, desenvolver de forma sustentável as localidades, promover incrementos na economia do país e gerar divisas (2021, p. 201).

A Tabela 05 ilustra as entidades públicas que regularam o turismo no Brasil em uma sequência crescente de acordo com as políticas governamentais e contextos históricos, sociais, e econômicos e culturais.

**TABELA 05 - INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DE TURISMO
(PERÍODO 1934 A 2002)**

INSTÂNCIAS PÚBLICAS QUE REGULARAM O TURISMO NO BRASIL DE 1934 A 2002	
Período	Instâncias/ Ações
1934	Decreto nº 24.163, que instituiu a Comissão Permanente de exposições e feiras e dá outras providências.
1938	Decreto-Lei nº 406, sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.
1940	Decreto nº 2.440, sobre a obrigatoriedade do registro para funcionamento de agências de viagens e turismo e a autorização para a realização de viagens coletivas e excursões.
1939 -1945	Divisão de Turismo e Departamento de Imprensa e Propaganda - Presidência da República.
1945-1946	Departamento Nacional de Informação - Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
1951-1958	Departamento Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
1958-1961	Decreto nº 44.863 que criou a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), atribuindo-lhe a função de planejamento do turismo ao nível nacional.
1961-1966	Divisão de Turismo e Certames do Departamento Nacional do Comércio, do Ministério da Indústria e do Comércio; define a política nacional do Turismo e cria o Conselho Nacional de Turismo-Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966.
1966-1990	Ministério da Indústria e do Comércio; EMBRATUR e CNTur.
1971	Decreto nº 1.191, que regulamentou o Fundo Geral de Turismo (FUNGETUR), gerido pela EMBRATUR.
1991	Política Nacional de Turismo (PNT).
1990-1992	Secretaria de Desenvolvimento Regional e EMBRATUR.
1992-1994	Plano Nacional de Turismo - PLANTUR.
1994	Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).
1992-1996	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e EMBRATUR.
1996-2002	Ministério de Esportes e do Turismo e EMBRATUR.

Fonte: elaborado pelo autor, baseado na Instâncias públicas que regularam o turismo no Brasil de 1934 até 2002; Fratucci (2008, p. 43) e Cerqueira et al. (2009, p. 7).

A predominância de ações do poder executivo na criação de políticas de turismo foi decisiva para o aumento progressivo dos investimentos diretos no setor no Brasil. Diante dos contextos econômicos, políticos e sociais dos períodos analisados, notou-se uma periodização marcante, com um começo de evolução lenta e um avanço mais acentuado nos anos mais recentes, se dando através de uma política mais descentralizada e inclusiva, com um esquema que integra o setor turístico às políticas econômicas, incorporando questões como a redução de impactos ambientais e a promoção do bem-estar das comunidades locais.

A Tabela 06 detalha as políticas públicas e as iniciativas das agendas implementadas nas duas primeiras décadas do século XXI, caracterizadas por uma gestão descentralizada, participativa e democrática, direcionada por uma visão estratégica definida por diretrizes, metas e programas para o envolvimento de entidades civis organizadas, associações, cooperativas e o setor empresarial.

**TABELA 06 - INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA DE TURISMO
(PERÍODO 2003 A 2023)**

INSTÂNCIAS PÚBLICAS QUE REGULARAM O TURISMO NO BRASIL DE 2003 A 2023	
Período	Instância/ Ações
2003	Ministério do Turismo e Conselho Nacional de Turismo.
2004	Decreto-Lei nº 4.898 que transfere competências da Embratur para o Ministério do Turismo e Decreto - Lei nº 5.203 que dispõe sobre a estrutura regimental do Ministério e Programa de Regionalização do Turismo – PRT.
2005	Decreto-Lei nº 5.406, que regulamentou o cadastro obrigatório para fins de fiscalização das empresas prestadoras de serviços turísticos no país.
2007	Apresentação do Segundo Plano Nacional de Turismo: uma viagem de inclusão 2007/2010 e criação do Programa de ação municipal para a regionalização do turismo.
2008	Lei nº 11.771, é a "Lei Geral de Turismo", que define as atribuições do governo federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor do turismo. Ficam revogadas as Leis nº 6.505/77 e o Decreto-Lei nº 2.294/86 e dispositivos da Lei nº 8.181/91.
2009	Decreto Lei nº 6.896, de 14 de julho de 2009, promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Panamá de Cooperação na Área do Turismo, firmado em Brasília, em 25 de maio de 2007.
2010	Decreto Lei nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, e dá outras providências.
2011	A Portaria nº 100, de julho de 2011, que institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meio de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação deste, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass).
2012	Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012. Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício.
2013	Plano Nacional de Turismo - 2013- 2016 - O PNT resulta do esforço integrado do governo federal, iniciativa privada e terceiro setor, por meio do Conselho Nacional de Turismo, sob a coordenação do Ministério do Turismo.
2014	Criação do Programa de Regionalização do Turismo: Diretrizes - apresenta-se como um eixo norteador nacional e tem como propósito a interação das ações com os demais programas e setores que conformam a gestão descentralizada do turismo.
2015	Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015, que estabelece a categorização dos Municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo para aprimorar os critérios para definir políticas públicas para o setor.

continuação

2016	Portaria nº 144, de 23 de março de 2016, que dispõe sobre a autorização ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social-BNDES, gestor do Fundo Nacional de Desestatização, a praticar os atos necessários à alienação das participações acionárias do FUNGETUR.
2017	Projeto de Lei N.º 7.987-A, de 2017- instituiu o Sistema Nacional de Turismo, composto: Ministério do Turismo; EMBRATUR; Instituto Brasileiro de Turismo; Conselho Nacional de Turismo.
2018	Apresentação do quarto Plano Nacional de Turismo: Mais emprego e renda para o Brasil 2018/2022. O Ministério do Turismo cria fundo especial por Lei, vinculado ao Ministério do Turismo.
2019	Incorporação ao Ministério do Turismo da Secretaria Especial da Cultura, criada após a extinção do Ministério da Cultura. Decreto nº 9.791, de 14 de maio de 2019, aprova o Plano Nacional de Turismo 2019-2022.
2020	Elaboração do plano de trabalho - considerando a importância dos trabalhos desenvolvidos pelas governanças que atuam em âmbito municipal, regional e estadual junto ao Programa de Regionalização do Turismo.
2021	Ministério do Turismo cria a Portaria nº 41, de 24 de novembro de 2021, que consolida e atualiza as normas sobre o Programa de Regionalização do Turismo, Categorização dos municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e o Mapa do Turismo Brasileiro, além de estabelecer os critérios, as orientações, os compromissos, os procedimentos e os prazos para a composição.
2022	Ministério do Turismo cria a Portaria nº 12, de 23 de fevereiro de 2022, que altera a Portaria nº 41, de 24 de novembro de 2021, estendendo atribuições de cadastros e aprovação de municípios como regiões turísticas e homologação de cadastros.
2023	Ministério do Turismo lança o novo painel de consulta no Mapa do Turismo Brasileiro.

Fonte: elaborada pelo autor, adaptado das Instâncias públicas que regularam o turismo no Brasil de 2003 a 2023, com base nos dados do Ministério do Turismo.

A análise deste quadro revela que a gestão do turismo no Brasil foi marcada por impactos e influências de diversos elementos e acontecimentos históricos. Destaca-se a implementação de um modelo de gestão descentralizada pelo Ministério do Turismo, apoiado pelas unidades federativas, regiões e municípios que possuem autonomia para buscar suas próprias vias de desenvolvimento de acordo com suas realidades sociais. Regionalizar vai além de simplesmente agrupar municípios por proximidade e semelhanças, trata-se de criar um ambiente democrático, harmonioso e participativo, envolvendo o poder público, a iniciativa privada, o terceiro setor e a comunidade. Busca-se, dessa maneira, promover a integração e a cooperação entre os diversos setores, visando uma atuação sinérgica e conjunta de todos os participantes na atividade turística local.

É de suma importância, portanto, buscar integrar a cadeia produtiva do turismo a partir de relações políticas e agendas pautadas na confiança mútua e compromisso ético, de maneira que promova a distribuição justa da riqueza gerada e estimule serviços turísticos sustentáveis e socialmente responsáveis para os turistas, comunidades receptoras, trabalhadores e empresas (Dalbone, 2023).

De acordo com Falcão (2009), o turismo social no Brasil não era promovido por iniciativas governamentais, diferentemente do que acontece na maioria dos países europeus e em vários da América Latina. As ações são ainda emergentes, limitadas e realizadas por instituições como o SESC, que presta serviços visando o bem-estar social de seus membros e da classe trabalhadora do comércio, varejistas e a comunidade local, com preço acessível para usufruir de suas atividades recreativas, artísticas e de saúde. Nesse sentido, o próprio SESC dispõe de profissionais capacitados para desenvolver suas ações.

Por exemplo, por meio das colônias de férias promovidas por esta organização, as pessoas estavam redescobrimdo espaços para socializar, expandir seus conhecimentos, entreter-se e relaxar, fortalecendo essa colaboração e fomentando a inclusão social, garantindo que os menos favorecidos possam desfrutar dos benefícios e atividades turísticas na região. Isso facilita a aventura do encontro com o outro e promove a transformação social por meio da interação, do direito e da dignidade de viver coletivamente.

Desde 1948, o turismo social conta com o robusto apoio do Serviço Social do Comércio (SESC), agora presente em todo o Brasil, destacando a qualidade e o significado das viagens, com foco na inclusão, apreciação cultural, solidariedade e valorização da diversidade. É importante destacar que foi por meio do SESC³⁸ que o Brasil participou pela primeira vez de um Congresso Internacional de Turismo Social, marcando uma presença notável.

A participação do Brasil nesse evento, com o tema “Encontro das Américas de Turismo Social”, visou alcançar um nível de compreensão sobre a inclusão sob uma perspectiva humanista e social do turismo nas Américas, além de refletir como o turismo poderia ser um meio de acessibilidade social, cultural e econômica fundamentado na solidariedade, na valorização das diversidades, na democracia e na sustentabilidade.

Neste novo contexto, o turismo social passou a ser benéfico para o setor turístico, direcionando suas atividades para os trabalhadores e suas famílias, que se dedicam diariamente em empregos formais ou informais. Sem dúvida, desempenha um papel fundamental neste processo de lazer e descanso, em colaboração com o Estado, ao construir espaços e unidades de lazer, bem como viagens a preços mais acessíveis, promovendo, por meio de um valor agregado, benefícios de inclusão sociais e educativos ao turista.

Com base na Diretrizes do Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil (2017), o turismo tornou-se uma atividade distributiva, democrática, sustentável e, principalmente,

³⁸ O SESC, Serviço Social do Comércio, surgiu do compromisso de empresários deste setor em colaborar com o cenário social, por meio de ações que proporcionassem melhores condições de vida a seus empregados e familiares e o desenvolvimento das comunidades onde vivem.

acessível a todos como políticas públicas sociais eficazes. Estas políticas devem facilitar a maior interação entre diferentes culturas e aumentar a capacidade humana de conviver e respeitar as diferenças, contribuindo, assim, para a promoção da paz e melhoria da qualidade de vida para todos. Além disso, reduz as desigualdades sociais e regionais, haja vista que este é uma das primícias do fundamento no turismo social.

Almeida (2001) define da melhor forma o turismo social, pois estabelece que os subsídios, ou seja, a questão econômica não é fator primordial ou elemento diferencial. Para o autor:

Turismo social é aquele que pode ser fomentado sociopoliticamente pelo Estado e organizado por entidades da sociedade civil (assistenciais, profissionais ou outras) com objetivos claramente definidos de recuperação psicofísica e de ascensão sociocultural dos indivíduos, de acordo com os preceitos da sustentabilidade, que devem estender-se às localidades visitadas (2001, p. 135).

Na visão de Diekmann, Maccabe e Ferreira (2018), o turismo social evoluiu de um conceito destinado a facilitar a participação de férias entre grupos de menor poder aquisitivo para um conceito muito mais amplo e holístico, focado em grupos desfavorecidos da sociedade para promover a inclusão, a mistura social e a cidadania, especialmente, mas não somente, por meio da participação em férias (Diretrizes do Turismo social no Brasil, 2017, p.19).

Em meados do século XX, enquanto se expandia o turismo na Europa, aqui no Brasil estava quase inerte, o segmento era mais ou menos desprezível para o desenvolvimento e crescimento socioeconômico. Sua inserção no cenário brasileiro, em termos de políticas públicas, ocorreu a partir do enfoque territorial com a institucionalização do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT)³⁹, em 1994.

No início do século XXI, especialmente em 2003, o turismo brasileiro alcançou todo o seu potencial com o apoio do poder público, quando o governo federal realizou um investimento significativo ao criar o Ministério de Turismo (MTur). A atuação deste órgão abrangeu o desenvolvimento de planos, a promoção e comercialização do setor, a estruturação de políticas públicas, além da qualificação e realização de estudos de marketing tanto no Brasil, quanto no cenário internacional.

Neste novo cenário brasileiro, para a eficácia na implementação de políticas públicas, foi essencial respeitar as características únicas de cada região e compreender o papel de cada

³⁹Adaptado de Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo/Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização – Brasília, 2007.

município no desenvolvimento regional do turismo. Este entendimento foi um passo crucial para a execução de programas através da reestruturação da gestão pública.

Com a atuação do Ministério do Turismo (MTur) e a implementação do Plano Nacional de Turismo (PNT), o Brasil segue um modelo de gestão pública descentralizada e participativa no setor turístico. Este modelo promove a integração entre as diversas instâncias governamentais de maneira intersetorial e com as representações da sociedade civil envolvidas no turismo, cobrindo os vários setores da cadeia produtiva. Além disso, está alinhado com as diretrizes do governo federal quanto aos direitos de cidadania e inclusão social, reforçando o Sistema Nacional de Turismo.

Com este enfoque de gestão de repartição de poder (descentralização), a reestruturação visa resgatar a representação do ator local (instituições públicas e privadas, associações, órgãos) como agente de desenvolvimento, reconhecendo-os como detentores das realidades e demandas locais. Isso fortalece e amplia a rede de mobilização, promovendo intercâmbio, criatividade e diversidade sociocultural.

Se recorrer ao Código Mundial de Ética do Turismo de 1999, é possível analisar a abordagem do turismo social neste novo contexto de gestão do turismo, destacando-se na ação de cooperação, essencialmente com obrigações do governo de fomentar o desenvolvimento do turismo local, pontuando que “o turismo Social, notadamente o turismo associativo, que permite o acesso do maior número aos tempos livres, às viagens e às férias, deve ser desenvolvido com apoio das autoridades públicas” (1999, p. 6).

Por meio de órgãos governamentais e entidades públicas, o turismo está expandindo suas parcerias e cooperações, iniciando uma série de ações fundamentais no setor. Isso resulta em efeitos duradouros na criação e implementação de políticas públicas colaborativas, visando a melhoria da infraestrutura para torná-la mais atrativa para o turismo. Um estudo recente destaca que a realidade é claramente benéfica, promovendo melhorias na qualidade de vida e na ascensão social, especialmente com investimentos em todos os setores sociais. De acordo com o Plano Nacional de Turismo de 2013 a 2016, os resultados têm sido vertiginosamente positivos, conforme observado:

O turismo também vem sendo impactado de forma significativa pelas melhorias sociais registradas nos últimos anos. Cerca de 60 milhões de brasileiros ascenderam de classe social entre os anos de 2005 e 2010, sendo que 45 milhões deixaram as classes D e E, 15 milhões migraram da classe C para as classes superiores. Com isso, nesse período, ocorreu um aumento acumulado de 62% na classe média (classe C), e a classe AB (grupo com renda domiciliar mais elevada, superior a R\$ 4.807,00) aumentou 60%, totalizando 42,2 milhões em 2010. A classe C passou a

ser dominante pelo percentual populacional, passando a constituir 53% da população (PNT, 2013-2016).

Para haver o fortalecimento da atividade turística, devemos entender por política de turismo o conjunto e fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo do país, determinando as prioridades da ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado. Em síntese, a formulação e o planejamento de políticas públicas devem visar resultados efetivos que beneficiem toda a sociedade e os setores que promovem o turismo no âmbito do poder público com integração e participação democrática.

No Brasil, um país de grande dimensão e complexidade, o turismo é uma atividade econômica com imenso potencial para impulsionar e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico equilibrado, mesmo sob diferentes condições territoriais. É importante pôr em evidência o que este potencial representa, tanto uma oportunidade, quanto um desafio para implementar ações que equilibrem a proteção ambiental com o uso econômico sustentável, respeitando os costumes locais e promovendo avanços na inclusão social.

Em uma interpretação mais abrangente, o turismo transcende as fronteiras locais e alcança outras realidades, onde trabalhadores organizados oferecem serviços turísticos. Nas áreas de fronteira geográfica, foco desta dissertação, o turismo social é impulsionado por meio de apelo do exótico e do inusitado, criando uma ruptura com o cotidiano e emergindo em novas formas de interação e troca de conhecimentos socioculturais, disseminando a identidade local. Esta é uma característica típica de quem visita à região de fronteira na Amazônia, como as cidades gêmeas de Oiapoque e Saint Georges, especialmente seus pontos e locais turísticos mais frequentados.

Na concepção de Wahab (1991), este contexto se sintoniza quando sobreleva que o turismo é uma atividade humana que serve como meio de comunicação, elo entre povos, envolvendo deslocamentos de pessoas para outras regiões, países ou continentes, objetivando satisfazer necessidades, que não o exercício de uma função remunerada.

3.3 Turismo no estado do Amapá

Ao chegar a Macapá, seja pelo ar, seja pelas águas, já que as estradas são escassas na região, o visitante é recebido por uma gama de sentimentos regionais e uma sensação de pertencimento à Amazônia. A natureza exuberante se faz presente nas águas do imponente

Rio Amazonas, que, mesmo distante de sua foz, flui ao longo da capital Macapá. Do lado do Rio, o horizonte se funde com o arquipélago do Marajó (PA), enquanto do outro, a urbanização se estende até tocar a floresta tropical, abrangendo todo o estado do Amapá até o Oiapoque, fronteira do Brasil com a Guiana Francesa, conforme Gurgel⁴⁰ (2017).

Macapá, a única capital brasileira cortada pela linha do Equador, situa-se no meio do planeta, e isso tem grande valor como ponto turístico. Banhada pelo Rio Amazonas, o segundo mais extenso do mundo com 6,4 mil quilômetros, a cidade oferece não só belezas naturais, mas também construções arquitetônicas marcantes historicamente como o Monumento Marco Zero; Praça Povos do Meio do Mundo com monumento que simboliza os povos ribeirinhos, caboclo, negro e indígenas; a Fortaleza de São José de Macapá; a Igreja de São José; a Catedral; o Trapiche Eliezer Levi, e a orla marítima, que realçam seu turismo. A cultura e história local são representadas por espaços significativos, como a casa do artesão, o Museu Sacaca, o Museu Joaquim Caetano, praças históricas, o Bioparque, as Áreas de Preservação Ambiental do Curiaú e do Distrito de Fazendinha, além da Praia da Fazendinha, às margens do Rio Amazonas.

O estado do Amapá é agraciado pela natureza, sobressaindo-se no cenário turístico devido às suas riquezas naturais, lendas, gastronomia e danças típicas. Estes elementos impulsionam a economia e o turismo, enriquecidos pela história, cultura e estrutura social da população. Estes atributos naturais promovem um interesse nos trades turísticos, comparável e altamente valorizado em relação a outras cidades turísticas do Brasil, proporcionando visibilidade aos seus produtos regionais.

Em 2019, o Ministério do Turismo catalogou 3.345 municípios no Mapa do Turismo⁴¹ brasileiro, distribuídos em cinco categorias, de A a E, utilizando uma metodologia baseada em quatro variáveis de desempenho econômico, que incluem: número de empregos, estabelecimentos formais no setor de hospedagem e estimativas de fluxo de turistas domésticos e internacionais.

No estado do Amapá, todos os 16 municípios foram classificados nessas categorias. A cidade de Macapá, assim como as demais capitais do Brasil, foi classificada na categoria A, indicando os municípios com o maior fluxo turístico e o maior número de empregos e

⁴⁰ Notícia publicada pela Agência de Notícia de Turismo, sexta, 03 de fevereiro de 2017, às 18h40, por Geraldo Gurgel.

⁴¹ O Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento que direciona a atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento de políticas públicas para o setor, definindo as áreas territoriais prioritárias, monitorando o desempenho econômico do turismo nos municípios e orientando as políticas do setor e a alocação de recursos federais.

serviços no setor de hospedagem. Oiapoque foi classificado na categoria C, enquanto as outras 14 cidades foram classificadas nas categorias D e E, simultaneamente.

A categorização atende à necessidade do MTur de melhorar os critérios para estabelecer políticas públicas direcionadas ao setor e criar um instrumento que subsidie objetivamente a tomada de decisões, baseando-se no tamanho da economia turística de cada localidade. Esta iniciativa permite estabelecer um critério técnico para a alocação de recursos, considerando as características únicas de cada município. O processo de categorização, como parte da estratégia do Programa de Regionalização do Turismo do MTur, teve sua metodologia avaliada e reconhecida pelas secretarias estaduais e municipais de turismo, além de diversas instâncias do poder público. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado reconheceu a importância desta estratégia para o desenvolvimento da política de estruturação dos destinos turísticos em todo o Brasil e promover o turismo na Amazônia, tanto nacional, quanto internacionalmente.

Nesta categorização, somente Macapá se enquadra na categoria 'A', e Oiapoque na 'C'. Os demais municípios: Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Mazagão, Porto Grande, Serra do Navio e Tartarugalzinho permanecem na 'D'. Os municípios classificados nas categorias A e C demandam um investimento significativo em comparação com os demais, o que implica que cada região receba fundos proporcionais à sua classificação e realidade. Estes recursos incentivam o turismo, dinamizam a economia local, criam empregos e expandem os estabelecimentos formais de hospedagem e serviços, além de aumentar o fluxo de turistas nacionais e internacionais. Esta é uma política descentralizada e democrática que fomenta o comércio regional e promove o desenvolvimento do turismo de maneira inclusiva, participativa e equilibrada entre as três esferas do governo, o setor privado e a sociedade civil organizada.

“A manutenção de Macapá no topo do turismo e a melhoria na classificação de 358 destinos pelo país mostram que nossos municípios têm trabalhado cada vez mais para fortalecer a atividade turística. No que diz respeito ao Ministério do Turismo estamos atentos às demandas do setor como melhoria de infraestrutura, legalização e qualificação dos serviços”, avaliou o ministro do Turismo, Marx Beltrão (MTur -2017).

O Amapá, um estado brasileiro sem conexão terrestre com outros estados, recebe turistas principalmente por via aérea e fluvial. O Aeroporto Internacional de Macapá, localizado na capital, ainda não oferece voos diretos para conexões internacionais com países vizinhos. Já o Porto de Santana, situado às margens do Rio Amazonas, no canal de Santana,

oposto à ilha de mesmo nome e a 18 km de Macapá, é um ponto estratégico⁴². Devido à sua localização geográfica favorável, é uma das principais rotas de navegação marítima nacional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento regional. De acordo com Machado (2005), este contexto de isolamento apresenta grandes entraves conjunturais para a região:

Grande parte das regiões de fronteira está isolada dos centros nacionais de seus respectivos Estados, quer pela ausência de redes de transporte e de comunicação, quer pelo peso político e econômico menor que possuem. Por outro lado, as regiões de fronteira estão também formalmente isoladas dos Estados vizinhos pelo papel disjuntor dos limites políticos. Sem instituições para instrumentá-la, a cooperação entre países vizinhos em regiões de fronteira tem sido feita informalmente, e através de acordos tácitos entre as autoridades locais dos países fronteiriços (2055, p. 11).

A realidade do estado é marcada pelo seu afastamento dos centros políticos, dificultando o desenvolvimento do turismo e de outras políticas públicas em âmbito nacional. Sua localização geográfica resulta em um isolamento fluvial em relação aos outros estados do Brasil, e, infelizmente, é considerada periférica nas discussões sobre desenvolvimento econômico. Em contrapartida, o Amapá é notável pela vasta presença de áreas de proteção ambiental, reservas e estações ecológicas dedicadas à conservação da biodiversidade local, com 90% de seu território sob proteção com seus ecossistemas naturais intactos, com a extensão de 143.537 km². A biodiversidade é estimada em média de 400,000 espécies, muitas das quais endêmicas. Entre as principais áreas protegidas estão as florestas estadual e nacional do Amapá e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Com 19 Unidades de Conservação, é o estado que mais preserva seu ambiente natural no país (UNIFAP, 2020).

3.4 Plano de estudo da Secretaria de Turismo-SETUR/AP e sua política de incentivo ao turismo.

A partir de diagnóstico, pautado pela Secretaria de Turismo do estado do Amapá (SETUR/AP, 2016), é possível perceber que o turismo regional apresenta suas peculiaridades:

O turismo no Estado do Amapá é uma realidade ao se pensar na diversidade de atrativos turísticos existentes e que dão formato aos diversos segmentos da atividade. Localizado na fronteira setentrional amazônica, o Estado tem estabelecido oportunidades, tolerâncias e flexibilidades de uso do seu território. A proximidade com o Platô das Guianas é um grande diferencial, pois insere o Estado na rota do turismo internacional, sendo o único do Brasil a fazer fronteira com a Europa. Com a construção da Ponte Binacional que liga o Amapá à Guiana Francesa, o turismo ganha novas proporções em todo o Estado. Para tanto, se faz necessário que o trade

⁴² Informação disponível em: www.docasdesantana.com.br Acesso em: 02 set. 2023.

turístico e as instituições fomentadoras possam organizar, mapear e estruturar os polos turísticos do Amapá, de forma consolidada, no intuito de qualificar o receptivo e o atendimento nos vários lugares onde se pode desenvolver, principalmente, o Ecoturismo, como carro chefe, o turismo de base comunitária, turismo cultural e o turismo rural, com ênfase ao fortalecimento da produção associada ao turismo (2016, p. 27).

É importante destacar que o turismo, como atividade de serviço, tem apresentado crescimento nos últimos anos devido ao aumento de empregos e renda em diversos setores, incluindo o social, econômico e cultural. Este crescimento é exponencial e se estende às outras áreas, como hotelaria, transportes e agências de viagens, impulsionando as economias locais e regionais, melhorando a qualidade e a disponibilidade de serviços e, conseqüentemente, reestruturando o ambiente urbano.

Conforme os dados do Plano Estadual de Turismo do Amapá, em 2015, observa-se um aumento de 25% no fluxo de turistas, totalizando 14.413 visitantes, tanto nacionais, quanto internacionais. Entre os visitantes nacionais, a maioria vem do próprio estado do Amapá, enquanto os turistas internacionais predominantes são da França.

Com base nesta estatística, em relação ao gasto médio dos turistas no Amapá, houve um aumento de 20%, o que indica que o gasto por pessoa foi de R\$ 500,00. Portanto, é essencial expandir e melhorar a oferta turística do estado e fornecer um sistema de informações eficaz e que assegure um acolhimento de alta qualidade aos turistas, aumentando, assim, os gastos e a rentabilidade de forma mais equitativa, beneficiando também os setores associados ao turismo. Outro aspecto notável é o crescimento de 30% nos empregos formais no setor turístico do Amapá. Este aumento está diretamente ligado ao número de turistas e à qualidade dos serviços turísticos oferecidos. Com a execução das ações estabelecidas nas estratégias de desenvolvimento turístico, espera-se um incremento ainda maior no número de empregos formais na área.

No estado do Amapá, a política pública de turismo visa estimular principalmente o setor econômico. As visitas turísticas se concentram em Macapá, a capital, que possui os principais atrativos e atributos, e em Oiapoque, situada na fronteira, servindo como porta de entrada e saída para a Europa via Caiena. Oiapoque também faz parte do platô das Guianas⁴³, que abrange cinco países: Brasil, Guiana Francesa (Departamento Ultramarino da França), Suriname, Guiana e Venezuela. Esta região é única em vários aspectos, incluindo sua regionalidade nas dinâmicas que envolvem elementos políticos, históricos, culturais e de segurança, conforme Correa (2014).

⁴³ CORREA, Paulo Gustavo Pellegrino. **Integração e segurança na Amazônia transnacional**. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

O novo plano estadual de turismo, de 2020 a 2024, visa corresponder às atualizações com base no Plano Nacional de Turismo como um instrumento norteador das ações necessárias a serem implantadas para o processo de desenvolvimento do turismo. A Secretaria de Turismo do Estado, por meio de apoio técnico, planeja apoiar todas as ações concernentes ao turismo nos municípios no que concerne à orientação, fomento, capacitação, qualificação profissional, promoção e comercialização dos atrativos e produtos turísticos. Conforme a SETUR/AP (2020), o produto turístico do estado tem suas preferências:

os produtos do Amapá são poucos conhecidos entre os agentes de viagem, todavia é um produto que desperta interesse de venda em grande parte do mercado, evidenciado na participação do Amapá em eventos turísticos nacionais e internacionais, como Feira Internacional de Turismo das Américas, a *World Travel Market America (WTM)* e o *Salon de Tourisme et Loisir* da Guiana Francesa (2020, p. 51).

A cidade de Oiapoque, com seus atrativos: Parque Nacional do Cabo Orange, Cachoeira Marripá, rios e florestas, oferece uma variedade de opções turísticas que podem incluir o turismo social comunitário. Com essa paisagem, os visitantes têm a oportunidade de explorar, apreciar e vivenciar atividades como ecoturismo, turismo de aventura, observação e pesca, interagindo com diversos ambientes naturais.

4 OIAPOQUE: ORIGEM HISTÓRICA E ATIVIDADE DE TURISMO ENQUANTO ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS SOCIOECONÔMICAS

No passado, a palavra Oiapoque tinha sua etimologia nos primeiros habitantes, antes da chegada dos colonizadores à Amazônia. Socialmente, é uma construção baseada nos estudos de fatos e documentos coletados pela etnografia na área da antropologia cultural e social, visando uma análise e a comparação das culturas dos povos antigos que habitavam a região. Os habitantes originais da área são ancestrais dos povos Waiãpi, que ocupavam o território ao longo do rio Oiapoque, e dos Galibi e Palikur, localizados no vale do rio Uaçá e seus afluentes.

A partir dessa concentração de povos indígenas nesse território distante, surgiram os grupos étnicos que hoje habitam o Amapá e o norte do Pará. Segundo os estudiosos Gallois e Grupioni (2003), a história destes povos indígenas emergiu:

os relatos escritos por viajantes a partir do século XVII, que descrevem esta região como uma área de intenso contato entre populações distintas. Os relatos evidenciam

que todos esses grupos estavam envolvidos, seja em processos migratórios, seja em processos de fusão, em guerras ou alianças, que, ao longo dos últimos séculos, fizeram com que as fronteiras entre os grupos da região estivessem em constante redefinição. E se atualmente essas fronteiras nos parecem mais fixas, isso se deve à instauração de políticas indigenistas promovidas pelos governos do Brasil, da Guiana Francesa e do Suriname a partir do início do século XX, desde quando se começou a atribuir denominações étnicas distintas aos diferentes conjuntos de grupos indígenas contatados na região (2003, p. 14).

Nesse contexto, Laval e Vidal (2018) enfatizam que a origem remonta a uma diversidade de povos que, há séculos, habitavam as terras da fronteira: os povos indígenas do extremo norte do Amapá, residentes da bacia do rio Uaçá e da parte inferior do rio Oiapoque–Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kali'na. Assim, a palavra Oiapoque deriva etimologicamente do tupi guarani, sendo uma adaptação do termo *oiap-oca*, que se traduz por 'casa dos Waiãpi'.

De acordo com Romani (2005), o município de Oiapoque originou-se do assentamento de um mestiço, cuja data exata é incerta, chamado Emile Martinic, sendo ele o primeiro morador não indígena da região. É conhecido que o local passou a ser chamado de 'Martinica' e, até os dias atuais, essa nomenclatura ainda é utilizada, especialmente pelos moradores mais velhos.

Sobre sua territorialidade, no tempo moderno⁴⁴, época do Brasil Colônia, a história da limitação da cidade Oiapoque foi marcada pelo primeiro tratado de posse territorial⁴⁵ entre as grandes metrópoles europeias: Portugal e Espanha. E, no século posterior, quando o Brasil se tornava independente 1822, seu território passou a ser de disputa entre Brasil e França, período da construção do Estado-nação que correspondia à fase nacionalista, com seu limite fronteiriço delimitado, uma das principais fontes de força unificante e mobilizadora. Línguas em comum, religiosidade e traços identitários foram usados como pontos de ajuntamento de povos, que passaram a se ver representados por sua nacionalidade.

Nesta realidade, o Rio Oiapoque representava a fronteira para o Brasil, enquanto para a França, era o rio Araguari. A falta de consenso sobre esses limites fluviais gerou conflitos por séculos entre as partes envolvidas. Segundo Sarney e Costa (1999, p. 20), acerca deste

⁴⁴ Na Idade Moderna, iniciou-se a colonização da América, continente em que, os europeus desembarcaram em 1492, durante expedição espanhola sob o comando de Cristóvão Colombo. Logo, além dos espanhóis, portugueses, ingleses, franceses e holandeses estabeleceram colônias no continente americano.

⁴⁵ O Tratado de Tordesilhas definiu as áreas de domínio do mundo extra-europeu. Demarcando os dois hemisférios, de polo a polo, deu a Portugal o direito de posse sobre a faixa de terra onde se encontrava o Brasil: ficou Portugal com as terras localizadas a leste da linha de 370 léguas traçadas a partir de Açores e Cabo Verde, e a Espanha com as terras que ficassem do lado ocidental desta linha. Disponível em <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/tratado-de-tordesilhas.html>. Acesso em 23 de janeiro de 2024

episódio, “O Brasil acaba de admitir uma situação de contestado do território entre o Oiapoque e o Araguari e a acordar com a França uma neutralidade em que nenhum dos dois países deve intervir, a não ser como polícia e justiça de seus respectivos cidadãos”.

Com o cenário em contenda, o suporte jurídico com um laudo suíço concluiu definitivamente a disputa, datada em 1º de dezembro de 1900, através do Tratado de Utrecht (1713). Um estudo que atravessou séculos foi finalizado pela atuação do diplomata brasileiro Barão do Rio Branco, que conduziu uma complexa guerra diplomática. Após décadas, o Brasil conseguiu integrar a região entre o Oiapoque e o Jari, atual estado do Amapá, com suas fronteiras com a Guiana Francesa, tornando-se um estado rico em paisagens naturais e destacado por sua área de fronteira internacional (Sarney e Costa, 1999).

Segundo Granger (2011, p. 24), sobre a história da cidade:

De 1841 a 1900 o território da província do Pará entre os rios Oiapoque e Araguari, chamado “Contestado franco-brasileiro”, neutralizado, portanto, não pertencendo oficialmente a nenhum dos dois pretendentes, passou a ser administrado por alguns funcionários, mas acima de tudo por chefes autoproclamados vindos dos dois países na espera de uma solução definitiva. Mas a situação ficou em um status quo depois da recusa do imperador dos franceses, Napoleão III, de aceitar uma solução intermediária proposta pelo Brasil em 1855: a divisão do Contestado entre os dois pretendentes à altura do rio Calçoene, isto é, a fronteira do tratado de Paris em 1797. Os franceses não queriam alargar a Guiana Francesa com um pantanal insalubre, só importava o acesso ao Amazonas permitido pelo Araguari, o que obviamente queriam evitar aos brasileiros.

O Oiapoque está localizado no extremo norte do Amapá, a 590 quilômetros de Macapá, acessível pela BR-156, pelo rio Oiapoque, que deságua no Oceano Atlântico, e por uma ponte binacional que conecta com os países vizinhos. Segundo o IBGE (2022), Oiapoque abrange uma área de 23.034,392 km², tem uma população estimada em 27.422 habitantes e uma densidade demográfica de 1,19 hab./km². Entre os 16 municípios do Amapá, Oiapoque é o único cuja sede faz fronteira diretamente com outra cidade, sendo por isso considerada uma cidade gêmea, limitando-se com Saint Georges na Guiana Francesa (Silva, 2014, p. 56).

As características culturais e históricas dessa cidade de fronteira são moldadas pela dinâmica do uso do euro, pela mineração de ouro e pelo encontro de pessoas de diversas nações. Estes elementos dinamizam a economia local, fortalecem as interações fronteiriças, criam empregos e aumentam a renda em vários setores, destacando-se o crescimento do turismo. No dia a dia, essa mistura é evidente quando se observa estrangeiros em locais públicos e privados, participando ativamente do comércio e do turismo.

No ano de 1907, o governo federal estabeleceu o primeiro Destacamento Militar do município, inicialmente como refúgio para presos políticos. Anos mais tarde, esse destacamento foi transferido para Santo Antônio, hoje distrito de Clevelândia do Norte, sob o nome de Colônia Militar. Para afirmar a soberania nacional nas áreas de fronteira, em resposta ao contencioso franco-brasileiro, foi erguido um monumento nacional, marcando o ponto inicial do território brasileiro.

Em relação à sua estrutura administrativa⁴⁶, o Decreto-Lei Estadual nº 2.972, de 31 de março de 1938, extinguiu o distrito de Oiapoque, incorporando seu território ao distrito-sede do município de Veiga Cabral (anteriormente Amapá). O Decreto-Lei Estadual nº 3.131, de 31 de outubro de 1938, renomeou o município de Veiga Cabral para Amapá. Posteriormente, o Decreto-lei Federal nº 7.578, de 23 de maio de 1945, elevou Oiapoque à categoria de município, desmembrando sua área do município de Amapá, com sede no distrito de Oiapoque, que foi constituído pelos distritos de Oiapoque e Ponta dos Índios. A Lei Federal nº 1.503, de 15 de dezembro de 1951, criou os distritos de Clevelândia do Norte e Vila Velha, anexando-os ao município de Oiapoque e extinguindo o distrito de Ponta dos Índios. Na divisão territorial de 1960, o município passou a ser formado por três distritos: Oiapoque, Clevelândia do Norte e Vila Velha.

Os aspectos econômicos da cidade podem ser divididos em grandes áreas ou segmentos, que se classificam em três categorias: a primeira engloba as empresas; a segunda, os negócios, e a terceira, os postos de trabalho. Souza (1995) explica claramente esses setores econômicos: o primário, focado principalmente na pecuária bovina, bubalina e suína e no cultivo de mandioca, laranja, milho, cana-de-açúcar, entre outros. O setor secundário é marcado pela mineração de ouro, artesanato e produção de joias de ouro luxuosas, além de cassiterita, marcassita e gemas preciosas. O município também exporta cacau processado para a França por meio da Associação Agroextrativista do Cassiporé. No setor terciário, destaca-se o pequeno comércio, como mercearias, que se beneficia do intercâmbio com Saint Georges e com a Vila de Clevelândia, localizada a 5 km da cidade.

Segundo o diagnóstico de Gestão Ambiental do Município de Oiapoque⁴⁷, em 2017, a maior parte do território era composta por unidades de conservação e terras indígenas. A “economia verde” local tem um grande potencial turístico, destacando-se pela diversidade de

⁴⁶ Disponível em: <http://www.cnm.org.br>. Acesso em: 22 maio. 2023.

⁴⁷ Diagnóstico da gestão ambiental do município de Oiapoque- AP 2017 Disponível em https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEMA4e5f3bd3e59d3fbec739575629ed77da.pdf. Acesso em 22 de jan. de 2024.

atrações. Notáveis são: sua localização geográfica, no extremo norte litorâneo do Brasil, conhecida por quase todos os brasileiros; o rio Oiapoque; os Parques Nacionais das Montanhas do Tumucumaque e do Cabo Orange; os vários balneários, como o da Vila Vitória, que ainda requerem várias intervenções para melhor aproveitamento dos recursos hídricos e gestão de resíduos, e as aldeias indígenas, que preservam ricos aspectos culturais, principalmente porque o próprio espaço é parte de suas ancestralidades.

No município, existem empreendimentos turísticos de alto padrão e privados, atraindo visitantes da Guiana Francesa e de outras nacionalidades próximas. As principais atrações turísticas são os rios paradisíacos de Oiapoque, Uaçá e Cassiporé, os lagos Muruani, a Serra de Tumucumaque e as aldeias indígenas. Além das atrações naturais, há manifestações culturais étnicas. É fascinante assistir ao *turé*, uma dança indígena celebrada pelos povos das regiões de Uaçá e Curipi, que evoca o mundo mágico e entidades sobrenaturais, realizada durante os trabalhos agrícolas entre setembro e novembro, visando unir os povos indígenas para o trabalho coletivo.

Os eventos culturais assemelham-se às celebrações de cidades vizinhas, sendo habitual durante períodos festivos homenagear os blocos de carnaval de rua, as festas juninas e os aniversários municipais, frequentemente com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Amapá (SECULT), que fomenta o turismo cultural. Os eventos religiosos são mais frequentes em agosto (15/08), com ênfase na festa de Nossa Senhora das Graças, a padroeira da cidade, que inclui missa, procissão e festividades. Em outubro, há a celebração de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira de Clevelândia do Norte, marcada pela venda de iguarias típicas, o que reflete a ligação da culinária com a identidade cultural da região, moldada pelos hábitos e comportamentos dos habitantes, segundo Garcia (1999).

É importante ressaltar que, no contexto atual, um dos aspectos mais frequentes associados à prática do turismo em Oiapoque é que esta atividade, e os serviços relacionados promovem a integração de diversas culturas e a troca de conhecimentos através da interação social e cultural na zona de fronteira. Segundo Almeida et al. (2017, p. 687):

Discorrer sobre turismo e território é, sobretudo, mencionar a importância de ambos para o estudo do melhor aproveitamento das possibilidades das fronteiras. São, pelo menos, dois territórios nacionais de cada lado, marcados por diferentes potencialidades, leis, costumes e identidades. Logo, abordar o turismo sob a ótica das fronteiras é considerar novas territorialidades, dos lugares, em especial no cotidiano fronteiriço, que tem o comércio como uma das atividades principais (feiras livres, lojas, mercados e restaurantes), sendo altamente influenciado pelas oscilações cambiais.

Explorar as fronteiras não só proporciona um conhecimento aprofundado do próprio local de zona de fronteira, mas também permite vivenciar diretamente a cultura e os costumes dos países vizinhos. Além disso, as cidades fronteiriças oferecem ótimas oportunidades de compras e negócios, com atrativos que vão desde uma rica história e cultura com economia diversificada para o comércio promissor. A aquisição de produtos em regiões fronteiriças e a visita a locais históricos e naturais representam um forte estímulo para o turismo.

4.1 Turismo com enfoque nas atividades dos catraieiros

Os catraieiros são encarregados do transporte de pessoas e mercadorias entre o Brasil (Oiapoque) e a Guiana Francesa (Saint Georges), conforme Correa (2014). Utilizando pequenas embarcações, eles realizam o transporte ao longo das margens do rio Oiapoque. Frequentemente, atuam como agentes turísticos indiretos, fornecendo informações sobre os destinos dos visitantes e, ocasionalmente, possuem conhecimento profundo sobre as realidades das cidades fronteiriças. Este ofício tem sido uma fonte de renda por décadas. A Figura 15 ilustra os fluxos das catraias (barcos motorizados) sobre o rio, transportando passageiros para o outro lado da fronteira até a cidade de Saint Georges e, no segundo plano, bem nítida, visualiza-se a ponte binacional.



Fig. 15

Fonte: autor (2019)

As dinâmicas nas travessias são realizadas em embarcações chamadas catraias⁴⁸, que servem como transporte alternativo para turistas e frequentemente para trabalhadores que exercem suas atividades laborais do outro lado da fronteira, na Guiana. É crucial notar que o rio da cidade é a principal conexão hidrográfica com outras nações do continente sul-americano, principalmente com a Guiana Francesa, que é um departamento ultramarino francês.

Sob essa ótica de fronteira, torna-se essencial compreender as novas relações nacionais e internacionais. Em destaque, a travessia em pequenas embarcações é uma realidade que só acontece nesta fronteira com a fiscalização da marinha brasileira⁴⁹, que registra e delibera para as atividades de turismo e outros serviços afins. Acerca da fronteira franco-brasileira, Martins (2011, p. 2) observa que:

A fronteira do Amapá com a Guiana Francesa apresenta singularidades que merecem ser mencionadas: do lado brasileiro localiza-se a cidade de Oiapoque e do lado francês a cidade de Saint Georges, são coletividades separadas por critérios relacionados à soberania; nacionalidade e etnicidade; organização política, administrativa, institucional. Mas também são muito próximas em termos físicos e em função do grau de interação entre seus habitantes por conta do intenso deslocamento de pessoas de um lado a outro da fronteira.

As interações sociais entre as diversas nacionalidades que circulam por este espaço são repletas de dinâmicas que transcendem o cotidiano comum. É reconhecido que a produção do ambiente urbano nas áreas de fronteira possui implicações únicas, distintas daquelas de espaços urbanos fora das zonas de fronteira. Nas fronteiras, podem ocorrer processos de integração espontânea com mínima intervenção estatal. No entanto, ao fomentar e incentivar tais dinâmicas fronteiriças, por meio de investimentos em infraestrutura e políticas públicas, potencializa-se o papel das fronteiras como áreas de interação. Assim, elas deixam de ser meramente periféricas em relação aos grandes centros que estabelecem acordos nacionais.

Segundo Almeida e Raube (2017, p. 475), do ponto de vista da cidade:

Para compreender a formação e a organização socioespacial e econômica do Município de Oiapoque, faz-se necessário considerar a construção histórica e geográfica local, articulada com os contextos regional e global de desenvolvimento. Procuramos, num primeiro momento, tecer considerações histórico-geográficas sobre particularidades do processo de constituição regional do Município de

⁴⁸ Barco pequeno tripulado por só um homem, normalmente empregado para a pesca com espinhel, sendo uma construção de pequena importância. Disponível em: <https://www.estraviz.org/catraia>. Acesso em: 24 nov. 2023.

⁴⁹ 0211 - Despacho de embarcações que realizam navegação de travessia ou turismo náutico na mesma área portuária. O despacho de embarcações que realizam navegação de travessia ou turismo náutico na mesma área portuária estará a critério de cada OD, em função das peculiaridades locais, e constará as respectivas NPCP/NPCF.

Oiapoque e, por conseguinte, sobre a organização socioeconômica, que consiste na discussão central deste artigo. Os desafios geopolíticos para o desenvolvimento de Oiapoque encontram na situação de fronteira suas origens. Contudo, a consolidação desse desenvolvimento pressupõe compreender as sinuosidades das relações de fronteira emergentes da interculturalidade, das dinâmicas da migração e crescimento demográfico, da extração de recursos naturais e da infraestrutura, que caracterizam essa região como uma fronteira há séculos em construção.

Desde a conclusão da ponte binacional em 2015, que custou R\$ 15,8 milhões, a fronteira de Oiapoque tornou-se mais ativa e o fluxo de turistas aumentou. Neste contexto, promover a economia através do turismo é uma estratégia organizacional que deve ser considerada, debatida e implementada em conjunto com as associações e cooperativas de trabalhadores locais. Com o surgimento de novas demandas turísticas nas fronteiras, é essencial identificar claramente o conceito e o público-alvo para as políticas, e discutir e implementar um sistema de gestão de mercados turísticos para a cidade.

Após a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), que é o órgão público responsável por gerir e executar as vias navegáveis, ferrovias e rodovias federais, deu início às obras das instalações de prédios na fronteira, que abrigam a Receita Federal, Polícia Federal e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

A implantação da ponte binacional abre novas rotas econômicas e impulsiona o turismo na fronteira, além de beneficiar setores associados, como hotelaria, pousadas, táxis, culinária, bares e restaurantes. Uma obra de tal magnitude transformou o contexto da cidade e do Brasil, ressaltando especialmente a conexão direta com o mercado internacional, a política externa e os acordos transnacionais de trânsito de veículos, entre outros aspectos.

Segundo Porto e Caldas (2015, p. 22):

Com a pavimentação da BR-156 e a inauguração da ponte sobre o rio Oiapoque, novas dinâmicas territoriais e novos tempos econômicos (acompanhando o raciocínio miltoniano de tempos lentos, rápidos, curtos e longos) tornar-se-ão mais evidentes pelo recente sistema rodoviário transfronteiriço.

Em 2019, a inauguração da ponte com horários estabelecidos, conforme relatado por Joselito Abrantes, diretor de desenvolvimento setorial e regional da Agência Amapá, trouxe impactos positivos para a economia, em especial nas cidades fronteiriças de Saint Georges, na França, e Oiapoque, no Brasil. Um acordo entre os dois países definiu uma nova programação para o funcionamento da ponte, das 8h às 18h, todos os dias, incluindo fins de semana e feriados. Essa mudança foi proposta pelo governo francês durante a reunião da Comissão Mista Transfronteiriça em julho de 2019, em Macapá.

Contudo, como ocorre com qualquer projeto desenvolvimentista⁵⁰, embora haja benefícios, existem também desvantagens. No caso da ponte binacional, Luiz Antônio Lobato, presidente da Cooperativa de Oiapoque, manifestou preocupações sobre o impacto negativo nas suas atividades, afetando os serviços e a renda proveniente do transporte de mercadorias e pessoas, especialmente com a permissão de trânsito livre para ambos os lados. Frente a essa mudança, a Administração Pública de Oiapoque tem a capacidade de desenvolver estratégias e propostas de incentivo para os catraieiros, com o objetivo de garantir seus direitos de viver com dignidade e valorizar suas atividades de travessia no âmbito do turismo local.

Conforme o que diz Senhoras (2021), a cidade é a sede de cada município, considerada zona urbana onde as questões econômicas, sociais e políticas ficam mais evidentes, especialmente aquelas de médio e grande portes que dispõem de várias funções e atrativos e, conseqüentemente, podem sofrer com algumas das dificuldades mencionadas anteriormente, ou dispor de planejamento urbano industrial-rural adequados.

Desse modo, é fundamental que se desenvolva uma política pública voltada para gestão com enfoque do turismo social, pois é impossível se pensar em turismo sem essa envergadura relacional entre o social e o econômico. A partir do momento que se efetiva a agenda pública, todos os atores são beneficiados pelas tais políticas, afinal, quando se pensa em política pública, logo se remete a ideias das demais esferas política-administrativas e as suas explicações nas inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (Souza, 2006, p. 25).

Para assegurar a segurança neste setor, é crucial enfatizar que o serviço oferecido pelos catraieiros aos turistas deve aderir às orientações essenciais das Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil⁵¹, integrando a prestação de seus serviços aos padrões e princípios gerais do Código Mundial de Ética do Turismo como uma forma de empreendedorismo comunitário. Assim, a geração de empregos e oportunidades de trabalho no setor turístico será respeitável, visando reforçar a cadeia produtiva do turismo regional, cumprindo com padrões nacionais e internacionais.

⁵⁰ “entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista” (Fonseca, 2014, p. 40).

⁵¹ “contribuirá de modo a respeitar as premissas do Turismo Social, como: Educação para e pelo turismo; Proteção ao meio ambiente(...)participação comunitária; Reconhecimento dos valores socioculturais das comunidades locais; Proteção aos direitos das crianças e adolescentes no turismo, entre outras” (Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil, 2017, p. 8).

Diante dessa realidade das paisagens naturais, as Unidades de Conservação da região necessitam de inovação e diversificação nas suas práticas de gestão, que deve, por sua vez, levar em conta a realidade social local, considerando também a participação comunitária e a interação da Unidade de Conservação com a região para efetivar e estimular o turismo local. De acordo com análise do Plano Estadual de Turismo do Amapá (2016, p. 18):

os municípios que mais recebem turistas são Macapá e Oiapoque. Observou-se também a necessidade de investimentos em infraestrutura nestas áreas e em outras Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), que emergem como áreas de alto potencial para desenvolvimento do Ecoturismo e o Turismo de Base Comunitária.

4.2 Estratégias e propostas turísticas como meios de rendas e serviços para os agentes coletivos: catraieiros

O turismo é capaz de trazer grandes benefícios sociais para regiões de um município, estado e até mesmo para o país, desde que desenvolva mecanismos de planejamento e sua gestão seja articulada com outras esferas da administração pública e integrada com setores com fins econômicos. Desse modo, o turismo passa a ser uma prática social que desencadeia seus efeitos no campo das relações humanas, isto porque, “as práticas sociais interagem com o espaço, apropriando-se dele, transformando-o, portanto, constitui-se de fator importante no processo de produção do espaço geográfico” (Castro et al., 2012 e Castilho, 2006).

No contexto geográfico de Oiapoque, existem amplas oportunidades para o desenvolvimento do turismo social. Entre estas, destaca-se a formação de parcerias específicas com as cooperativas dos catraieiros, que possuem conhecimento dos locais paisagísticos ao longo da fronteira. Operando ao longo do rio, desde sua nascente até a foz e seus afluentes, eles contribuem significativamente para a estruturação e promoção do turismo, visando uma perspectiva de desenvolvimento socioeconômico. Nesta perspectiva fronteiriça, Santos e Santos (2016, p. 3-10) ressaltam a função das embarcações:

As catraias, pequenas embarcações, são responsáveis desde 1970 pela circulação de cargas e pessoas (...) a cidade exerce a centralidade dos fluxos originados em Saint-Georges e Vila Vitória, bairro de Oiapoque, com duas vias de acesso ao centro do município por via terrestre e fluvial. As motivações desses fluxos são em sua maioria por interesses comerciais, cambiais, trabalho, turismo e lazer.

Entre as cooperativas de catraieiros que operam no Rio Oiapoque, destacam-se: a Cooperativa de Transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque – COMFCOI; a Associação dos Pilotos Fluviais de Vila Vitória – APFVV; a Cooperativa de Transportes e Turismo de

Oiapoque – COOPTUR, e a Associação Valle de Saint-Georges L'Oyapock. Com estas cooperativas como base, a dinâmica do turismo continua crescendo e se fortalecendo. Portanto, é essencial integrá-las em programas de capacitação, orientação e incentivo ao serviço turístico, evitando que se tornem mão de obra obsoleta com a inauguração da ponte binacional.

Mediante a Lei n.º 8.623/93, de 28 de janeiro de 1993⁵², estes agentes coletivos puderam profissionalizar-se, tornando-se guias turísticos por meio do cadastro oficial de seus empreendimentos e equipamentos no Sistema de Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas (CADASTUR)⁵³. A carreira de guia turístico assegura um serviço de qualidade, com segurança e suporte aos visitantes, direcionando-os aos pontos turísticos, já que o guia é um orientador-chave na cadeia produtiva do turismo e responsável por enriquecer a experiência da viagem, atuando como um anfitrião essencial para o êxito das interações que o turista estabelece com as pessoas e o local visitado.

É importante destacar que o turismo na região de fronteira possui um grande potencial para impulsionar o desenvolvimento socioeconômico, elevando a qualidade de vida da população local, pois a geração de emprego e de renda ativa as capacidades econômicas existentes, fomenta a inclusão social e contribui para a melhoria do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Este avanço positivo é sob a condição de que exista um planejamento bem-organizado e comprometido, envolvendo todos os atores do segmento do turismo e outros correlacionados.

Sobre o potencial turístico da fronteira, Silva (2014) destaca que os fatores naturais, como os rios Cassiporé, Cunani, Oiapoque, montanhas, reservas ambientais, Grande Crique e Uaçã, são importantíssimos tanto quanto os potenciais culturais, como o carnaval, as igrejas, a cultura indígena, o artesanato, os monumentos/marcos históricos, a ponte binacional e o Museu Kuahí. Todos estes potenciais podem ser compreendidos como atrações turísticas, segundo Müller e Silva (2011, p. 12) explicam:

Os atrativos turísticos são divididos, basicamente, em: naturais e culturais. Os atrativos naturais existem por si só, sendo formados por elementos da própria natureza, como: praias, montanhas, cachoeiras, rios, elementos da fauna e da flora, clima, etc. Por sua vez, os atrativos culturais são aqueles que existem em função de

⁵² “Art. 1º O exercício da profissão de Guia de Turismo, no território nacional, é regulado pela presente Lei”. In: BRASIL. LEI Nº 8.623, DE 28 DE JANEIRO DE 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Disponível em: Lei 8623 (planalto.gov.br) Acesso em: 3 jan. 2024.

⁵³ CADASTUR é o sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo. O alvo é Agências de Turismo, Meios de Hospedagem, Guias de Turismo, Transportadoras Turísticas, Organizadoras de Eventos, Parques Temáticos e Acampamentos Turísticos. Disponível em: Cadastrar prestador de serviços turísticos (www.gov.br) Acesso em: 3 jan. 2024.

uma ação ou interferência humana, como: igrejas, museus, pontes, eventos, festas, parques temáticos, manifestações da cultura tradicional (danças, gastronomia, religiosidade), entre outras.

O turismo, neste contexto, como um conjunto complexo de bens e serviços, pode englobar uma diversidade de fatores paisagísticos, históricos e ambientais, como também envolver todos os setores da administração pública afins e classes sociais, abrangendo as relações entre a população local, turistas, rede privada e políticas públicas (Andrade, 2000). Daí a importância do Estado, mas não apenas ele nesse processo, uma vez que não é o único mentor pela formulação e operacionalização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo (Rubino, 2004).

Sobre este aspecto, para que os objetivos econômicos e sociais da atividade turística sejam alcançados, é necessário fazer um planejamento nas áreas receptoras de maneira integrada com setores privados e público das três esferas: federal, estadual e municipal, compreendendo a dinâmica do local e sua relação dos fatores internos e externos, incluindo, nesse bojo, a valorização da estrutura de gestão descentralizada do turismo, com foco no social, incluindo todos sem distinção.

A integração evidencia a ampla influência no âmbito social, destacando-se pela promoção da inclusão dos indivíduos menos favorecidos, pela valorização dos serviços das comunidades anfitriãs e pela adoção de práticas sustentáveis. Isso se alinha aos princípios que norteiam o turismo social, como a responsabilidade e a justiça social, a educação através do turismo, a proteção ambiental, a democratização do acesso ao turismo, a participação comunitária e o reconhecimento dos valores socioculturais das comunidades locais. De fato, esta forma de turismo se diferencia do turismo comercial por ser mais acessível em termos de preço, mantendo serviços de alta qualidade.

Segundo as Diretrizes⁵⁴ para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil (2018, p. 22), conclui-se que: “turismo social é a forma que promove a inclusão social de todos, proporcionando qualidade de vida e o exercício da cidadania pela utilização de meios e bens do arranjo produtivo do turismo, com aproveitamento sustentável dos recursos naturais e culturais”.

⁵⁴Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Social no Brasil, conclui-se que o conceito de turismo social foi formulado pelo Grupo Técnico Temático de Turismo Social do Ministério do Turismo (2005) e adotado pelo Grupo de Trabalho de Turismo Social (2018). Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/ministerio-do-turismo/diretrizes-para-o-desenvolvimento-do-turismo-social/per__diretrizes_turismo_social.pdf. Acesso em 22 de janeiro de 2024.

4.3 Políticas públicas: estratégias e propostas de desenvolvimento para o turismo na zona de fronteira

A partir das potencialidades dos recursos naturais e das ricas histórias e tradições, pode-se pensar na questão de desenvolvimento e política pública como foco de política em turismo na cidade de Oiapoque. Na visão de Cepêda (2012, p. 79), “De maneira geral, pode-se definir o desenvolvimentismo como um projeto de transformação social profunda, operada politicamente de maneira racional e orientada pelo Estado, vinculando economia e avanço social”.

Para Souza (2006, p. 36), a política pública e suas definições no Brasil são exemplos profícuos nos diversos conselhos comunitários, pois, das diversas definições e modelos, estes afirmam que a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras, sendo uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados e, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo, envolvendo, por fim, processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação.

Discutir políticas públicas é mais complexo do que apenas expor conceitos e iniciativas governamentais para o bem-estar social, incluindo também o debate sobre o desenvolvimento das iniciativas, seus propósitos e implementação, além da análise de estratégias para a formulação das políticas. Com isso, todos os participantes ganham, em especial a comunidade local, que se beneficia da infraestrutura necessária com atendimento das demandas e compensação pela falta de serviços e renda. Políticas que surgem dos anseios da comunidade, manifestadas pelo debate, têm um impacto positivo ao atender às expectativas por uma vida de qualidade superior e maior satisfação.

As políticas públicas são instrumentos que, se bem elaborados, implementados, monitorados e avaliados corretamente, são capazes de promover o desenvolvimento social e econômico não somente das populações, mas também dos setores da economia aos quais se destinam. Neste caso, segundo Souza (2006, p. 37), “A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação”.

Complementando essa ideia, é fundamental estabelecer uma conexão entre os fatores socioeconômicos e culturais, pois o turismo na fronteira depende inicialmente de um processo de integração entre territórios e sociedades. Além disso, o turismo é uma parte significativa

dessa integração fronteiriça. A implementação das políticas públicas de turismo ao nível nacional e estadual acontece nos municípios que são os locais dos atrativos turísticos e para onde os turistas se deslocam. Portanto, o papel dos gestores municipais de turismo é extremamente importante para o desenvolvimento do setor e o fortalecimento da região.

A formulação de políticas implica o aperfeiçoamento de estruturas, instituições e normas que permitem aos cidadãos expressarem suas preferências, ou que habilitem os formuladores de políticas a tomar decisões legítimas que refletem estas preferências. É importante destacar que, assim como a política pública interage com diversos setores da sociedade, o turismo também se integra às esferas econômicas, culturais e ambientais. Portanto, é essencial um planejamento cuidadoso e uma coordenação efetiva para assegurar que nada saia errado no desenvolvimento e crescimento de uma região.

O turismo, nesse contexto, é visto como um agente transformador significativo de economias e sociedades, promovendo a inclusão social e criando oportunidades de emprego e renda. Assim, para alcançar o desenvolvimento desejado, as atividades turísticas são estratégias que enfatizam a descentralização e a valorização de políticas integradas e compartilhadas, bem como o uso de planejamento participativo, visando uma maior integração da sociedade para impulsionar a economia local. Segundo Görtz (2010, p. 12), “O turismo é considerado atualmente uma importante ferramenta de geração de renda e emprego para o destino. Tal reconhecimento vem trazendo para essa atividade fortes investimentos, tanto por parte do poder público quanto da iniciativa privada”.

Os avanços no desenvolvimento do turismo têm sido metas prioritárias do Estado, que constantemente implementa políticas públicas fundamentadas em leis⁵⁵, decretos⁵⁶ e normas correlatas⁵⁷ para estimular o setor amplamente. Acredita-se que o turismo é uma ferramenta

⁵⁵ Lei do Turismo, Lei nº 11.771/2008, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo. Disponível em: Legislação Federal - Senado Federal Acesso em: 10 dez. 2023.

⁵⁶ Decreto nº 7.381/2010, disponível em: Decreto nº 7381 (planalto.gov.br). Acesso em 4 set. 2024. Decreto nº 6.761/2009, disponível em: Decreto nº 6761 (planalto.gov.br). Acesso em: 3 dez. 2024. Decreto nº 6.705/2008, disponível em: Decreto nº 6705 (planalto.gov.br). Acesso em 3 dez. 2024. Decreto nº 6.170/2007, disponível em: Decreto nº 6170 (planalto.gov.br). Acesso em: 3 dez. 2024.

⁵⁷ Lei nº 12.974/2014: Dispõe sobre as atividades das Agências de Turismo, disponível em: L12974 (planalto.gov.br). Acesso em: 3 dez. 2024. Lei nº 12.625/2012: Institui o dia 8 de maio como o Dia Nacional do Turismo, disponível em: L12625 (planalto.gov.br). Acesso em: 3 janeiro 2024. Lei nº 12.591/2012: Reconhece a profissão de Turismólogo e disciplina o seu exercício; disponível em: L12591 (planalto.gov.br). Acesso em: 3 março 2024. Lei nº 11.637/2007: Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo; disponível em: Lei nº 11.637 (planalto.gov.br). Acesso em: 3 jan. 2024. Lei nº 10.683/2003: Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências; disponível em: L10683 (planalto.gov.br). Acesso em: 3 jan. 2024.

eficaz para impulsionar a economia e o aspecto social, assegurando, assim, uma qualidade de vida superior para todos os envolvidos.

A Lei de Política Nacional de Turismo nº 11.771/2008 estabelece definições e diretrizes para o planejamento, desenvolvimento e incentivo ao turismo, reconhecendo que o turismo consiste nas atividades que as pessoas realizam durante viagens e permanências em locais distintos do seu ambiente usual, seja por lazer, seja por negócios, seja por outros motivos. Dessa forma, as viagens promovem a movimentação econômica, geram empregos e renda e aumentam as receitas públicas, tornando-se um meio de desenvolvimento econômico e social, de promoção da diversidade cultural e de preservação da biodiversidade, conforme os princípios do Código de Ética Mundial para o Turismo.

É indiscutível que a política pública que abrange tanto a perspectiva econômica quanto a social é amplamente representada pelo turismo, dada a sua capacidade de estabelecer uma relação significativa entre esses dois aspectos. Quando implementadas, tais políticas beneficiam todos os envolvidos, inclusive promove destinos, produtos e serviços regionais com vistas ao mercado. Afinal, quando se pensa em política pública, logo se remete a ideias das demais esferas político-administrativas e as suas explicações nas inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (Souza, 2006, p. 25).

A Lei do Turismo, em síntese, é um avanço na política pública, democratizando as estruturas administrativas para promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando atores sociais e agentes públicos ligados ao órgão do estado e municípios a promoverem e incentivarem o turismo de forma segura, eficiente e sustentável. De fato, descentralizando a gestão pública com essas medidas, o turismo ganha mais abrangência, isto significa que o envolvimento e a participação das comunidades receptoras dos benefícios advindos da atividade econômica só tendem a fortalecer harmoniosamente o setor, abrangendo a todos organizacionalmente: comerciantes, cooperativas, associações, empresas e setor público administrativos.

De maneira ampla e facilitada, o Ministério do Turismo oferece, por meio do programa de fomento com linhas de crédito oficiais e do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR⁵⁸, a oportunidade para que entidades estaduais e municipais captem recursos via projetos específicos, beneficiando, assim, a cidade, fortalecendo seu setor econômico e turístico

⁵⁸ Art. 18. O Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, criado pelo Decreto-Lei nº1.191, de 27 de outubro de 1971, ratificado pela Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, terá seu funcionamento e condições operacionais regulados em ato do Ministro de Estado do Turismo. Disponível em: L8181 (planalto.gov.br) Acesso em: 29 set. 2023.

cultural. Através deste fundo de crédito, entidades físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, lucrativas ou não, envolvidas em programas e projetos turísticos, podem obter suporte financeiro do governo, baseado em dois critérios:

I - Cadastro efetuado no Ministério do Turismo, no caso de pessoas de direito privado;

II- Participação no Sistema Nacional de Turismo, no caso de pessoas de direito público.

Para obter crédito por meio do FUNGETUR, catraieiros, comerciantes, carregadores e moradores de Oiapoque, Ilha Bela e Vila Brasil devem estar organizados em associações e sindicatos⁵⁹, pois o fato de serem organizações civis organizadas facilita a instrumentalização técnica de suas atividades e representa uma oportunidade de maior inserção no mercado. Suas atividades, que incluem deslocamentos em áreas naturais afastadas do centro urbano, na fronteira da cidade de Oiapoque, podem, assim, ser melhor desenvolvidas.

E sobre a qualificação desse profissional, nesta perspectiva, existe a Lei nº 11.771, de 2008⁶⁰, que possibilita a valorização e resgates da mão de obra a ser incluída no âmbito do turismo, pois se qualificar é um adicional na renda, visto que a hospitalidade é uma chave de acolhida para quem chega no lugar. Vale reforçar que o Artigo 19º do Fundo Geral de Turismo-FUNGETUR visa financiar, apoiar ou participar em planos, projetos e ações, incluindo a formação e capacitação de profissionais do turismo e empreendimento reconhecidos pelo Ministério do Turismo como de interesse turístico, que devem estar alinhados com os objetivos da Política Nacional de Turismo e as metas estabelecidas no Plano Nacional de Turismo (PNT, 2010).

Nesse sentido, a atividade turística é caracterizada, entre outros aspectos, pelo deslocamento geográfico das pessoas, destacando-se como um fenômeno sociocultural. Nas várias definições existentes, identificam-se semelhanças nos conceitos: viagem ou deslocamento; a estadia fora do domicílio; a temporalidade; o sujeito e o objeto do turismo.

Beni (2001), desse modo, descreve que: a) viagem ou deslocamento: é um elemento implícito na noção de turismo, ligado ao próprio sentido etimológico do termo “*tour*”, que significa “viagem em circuito”, “deslocamento de ida e volta”; b) permanência fora do domicílio: a permanência fora da própria residência habitual é parte integrante do turismo. A

⁵⁹ O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Oiapoque–AP, foi fundado em 2004. A empresa COOPTUR, que tem a razão social Cooperativa de Transportes e Turismo do Oiapoque, foi fundada em 12/07/2010 e tem como atividade principal: transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares, intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia e como atividades secundárias: transporte aquaviário para passeios turísticos; transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e outras.

⁶⁰ Altera a Lei nº 11.771, de 2008, “que dispõe a formação e a capacitação de profissionais do turismo como uma das atividades passíveis de financiamento e apoio com recursos do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR. Disponível em: L11771 (planalto.gov.br). Acesso em: 3 março 2024.

duração da permanência é uma das variáveis principais na caracterização e classificação do fluxo turístico; c) temporalidade: a viagem e a permanência do viajante no destino têm que ser temporais, ou seja, não podem ter caráter definitivo. Aqueles que viajam no intuito de fixar residência não são considerados turistas, mas, sim, imigrantes; d) sujeito do turismo: o homem se situa no centro de todos os processos envolvidos no turismo. Com seus desejos e necessidades, dando origem às diversas atividades estimuladas pelo turismo. O turista é também fonte de uma série de elementos não materiais que surgem da sua permanência na localidade turística e que se completam em uma série de relações humanas e materiais, e e) objeto do turismo: o elemento concreto do turismo traduz-se nos equipamentos receptivos e no fornecimento dos serviços para a satisfação das necessidades dos turistas. Estes elementos são responsáveis pela produção, preparação e distribuição dos bens e serviços turísticos.

Dentre as estratégias que orientam a gestão da atividade turística no Brasil, há o Programa de Regionalização do Turismo⁶¹, que propõe o desenvolvimento da atividade turística de forma organizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, integrando diferentes atores públicos, privados e da sociedade civil organizada. Neste aspecto, os catraieiros se enquadram em perspectiva estruturante e organizada.

Todas as ferramentas fornecidas pelo governo federal para incentivar o turismo visam capacitar agentes públicos, gestores e secretários de turismo a promover o desenvolvimento turístico local. Em Oiapoque, por exemplo, a gestão municipal pode captar recursos disponíveis, elaborar estratégias e identificar pontos turísticos, com o objetivo de expandir e aprimorar o turismo na região de fronteira. Como afirma Vieira (2011, p. 20) “cabe ao Estado primar pelo planejamento e por todos os outros fatores essenciais ao desenvolvimento do turismo, em cooperação com a iniciativa privada, para alcançar um bom desenvolvimento da atividade turística”.

Para a UNESCO (2017), uma estratégia ideal para o desenvolvimento turístico deveria combinar satisfação da população local com os turistas, de modo que o serviço seja canalizado a fim de permitir que os visitantes se divirtam e aprendam com a riqueza e a diversidade do patrimônio cultural, das expressões culturais e das práticas culturais imateriais contidas expressamente na cidade ou no lugar visitado.

Diante desta estratégia local, o turismo, como uma ação de desenvolvimento econômico e capital, depende de infraestrutura básica para florescer. Isso inclui estradas de alta qualidade, redes de eletricidade e comunicação eficientes, e sistemas de coleta de lixo e

⁶¹ Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br>. Acesso em: 5 set. 2023.

esgoto adequados, que ajudam a aumentar o número de visitantes em pontos de interesse. Este aspecto é particularmente verdadeiro para as iniciativas voltadas à sustentabilidade, uma preocupação cada vez mais importante na construção e gestão de infraestruturas turísticas. É vital garantir que os investimentos em infraestrutura não causem impactos negativos ao meio ambiente e às comunidades locais. Segundo Silva e Miranda (2013, p. 100):

O desenvolvimento do turismo sem o planejamento integrado a outros setores pode acarretar modificações negativas no território, tanto para a população local quanto para os turistas que o visitam. No caso do espaço urbano, o uso e ocupação do solo para fins turísticos sem controle público podem sobrecarregar a infraestrutura básica, deteriorar o espaço público e, inevitavelmente, esse local perde sua atratividade pela descaracterização e mau uso dos recursos urbanos (infraestrutura e equipamentos).

Para um planejamento turístico eficaz, é essencial a existência de políticas públicas em áreas, como saneamento, saúde, transporte e meio ambiente. Ademais, infraestruturas turísticas, incluindo bares, restaurantes, serviços de entretenimento, hotéis, pousadas e transporte intrarregional, são fundamentais para fomentar o desenvolvimento de destinos turísticos. Com esta característica de articulação com outros segmentos, torna-se necessário um planejamento turístico integrado com diferentes setores privados e da administração pública, nacional, estadual ou municipal (Barreto, Burgos e Frenkel, 2003).

Conforme sintetiza Souza (2006, p. 36), esse conjunto complexo muitas vezes é inerte devido à gama de discussões e decisões, pois se percebe que:

A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes(...) é abrangente e não se limita a leis e regras(...) é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados.

Daí a importância do Estado, mas não apenas ele nesse processo, uma vez que não é o único responsável pela formulação e operacionalização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do turismo. Pois, segundo o Ministério do Turismo e o Plano Nacional de Turismo, o turismo está adotando um modelo de gestão pública descentralizada e participativa. Este modelo promove a integração entre diferentes níveis de governo e a sociedade civil envolvida no turismo, incluindo os vários setores da cadeia produtiva, fomentando um debate democrático com foco na equidade social.

A efetivação dessa política, sob a perspectiva do turismo, será realizada quando todos os direitos e deveres forem incorporados em um programa de governo focado no setor público, assegurando conforto e segurança nos serviços prestados. Nesse contexto, é essencial que os

órgãos municipais, estaduais, o Ministério do Turismo e entidades relacionadas alinhem seus interesses públicos nas decisões, garantindo que as atividades turísticas se desenvolvam nas zonas de fronteira com segurança, visto que este é um dos atributos para o desenvolvimento do setor do turismo e para que os turistas possam ter uma melhor experiência de viagem com tranquilidade.

Segundo Ministério do Turismo (MTur, 2013), através do mapa do turismo, este conceito de segurança se destaca em estruturar destinos e itinerários com proteção aos turistas, fornecedores de serviços, empregados e as comunidades locais. Neste aspecto, as áreas abrangidas para a segurança incluem medidas de saúde pública, prevenção à exploração infantil, segurança pública, relações de consumo no setor turístico, proteção civil, transporte de turistas e comunicação eficaz.

Compreender e elaborar estratégias para o desenvolvimento do turismo em áreas de fronteira é fundamental, já que cada unidade político-administrativa (local ou regional) possui sua própria geografia, população, funções, potencialidades, necessidades e desafios específicos (Senhora, 2021). Assim, além de promover o turismo, é essencial que o Estado incentive, assegure e implemente políticas públicas para este setor econômico, considerando o contexto estrutural, social e político do município.

4.4 As potencialidades turísticas da cidade de Oiapoque

Percebe-se que, em locais de fronteira internacional, como em Oiapoque e Saint Georges, desenvolve-se uma sociabilidade única em espaços construídos, baseada em múltiplas relações de trânsito e pertencimento. Estes espaços urbanos são territórios de poder, experiências sociais e circulações marcadas por curtas distâncias entre países e limites jurídicos entre soberanias territoriais. Não são apenas lugares isolados ou comunidades fronteiriças insulares, mas, sim, espaços de vivências e memórias que se conectam com várias escalas de interação em redes urbanas transfronteiriças, como transportes, serviços e tecnologias, que, ao longo do tempo, precisam de um arranjo na configuração espacial.

Para compreender a potencialidade da zona de fronteira, é necessário considerar seus diversos fatores sociais e econômicos que definem o dia a dia dos povos, suas tradições e costumes, sua história e os significados culturais que os elementos simbólicos agregam como atrativos turísticos do local. Destaca-se que estes fatores sociais englobam uma série de aspectos da vida de um indivíduo, incluindo os familiares, profissionais e regionais, por

exemplo, que incorporam toda a historicidade do lugar como parte de sua identidade cultural, seja herdada de seus antepassados, seja vivenciada por eles.

Segundo Moura (2020, p. 149):

Consideramos que a compreensão da dimensão de fronteira é ampla, tendo-a, sobretudo, como um espaço de interação social, territórios de trocas diversas e com elementos específicos que imprimem, na espacialidade urbana, marcas do dinamismo dos fluxos e das articulações de redes urbanas transfronteiriças.

Mediante o fato da fronteira ser ampla e se destacar por sua potencialidade regional, neste cenário, com interações sociais entre diversas pessoas com fluxo de trabalhos em trocas e vendas de serviços, toda esta circulação converge cada vez mais para a promoção da solidez nas relações comerciais, culminando com a fortificação do mercado local

Oiapoque possui potenciais turísticos geológicos e geomorfológicos, rios, cachoeiras, afloramentos rochosos e vegetação densa, propícios para o desenvolvimento do turismo natural na área. A implementação e valorização de atividades turísticas adicionais no município de Oiapoque podem contribuir significativamente para o desenvolvimento da economia local, melhorando a qualidade de vida dos residentes e atraindo mais turistas para a cidade, revitalizando o espaço geográfico (Guerra e Palhares, 2016).

Embora a cidade não possua um plano de turismo elaborado, a administração trabalha com recursos e ferramentas acessíveis para promover o turismo local. De alguma forma, tem participado na criação e realização de eventos culturais, na capacitação de agentes (visitas a espaços turísticos, mapeamentos, palestras para mototaxistas) e no incentivo às atividades de artesanato local e similares.

Estes fatores estão atrelados à agenda do Estado e à administração local, sendo cruciais para o desenvolvimento do potencial turístico e econômico, pois envolvem alterações estruturais, culturais e institucionais destinadas a cumprir um objetivo político essencial das sociedades contemporâneas (Pereira, 2008).

Na interpretação de Machado (2006, p. 58) “A fronteira entre Estados nacionais e as regiões de fronteira são únicas, requerem estudos localizados que deem conta da enorme variedade de seus usos e significados simbólicos e da diversidade de características e relações geográficas”.

A Figura 16 descreve os pontos de convergência para a circulação de bens e serviços na área de fronteira, destacando a interação entre as cidades de Oiapoque e Saint Georges. Estas cidades formam um vínculo transfronteiriço claro que se intensifica a cada dia, apesar de as ações diplomáticas para a integração socioeconômica e cultural ainda ser incipiente.

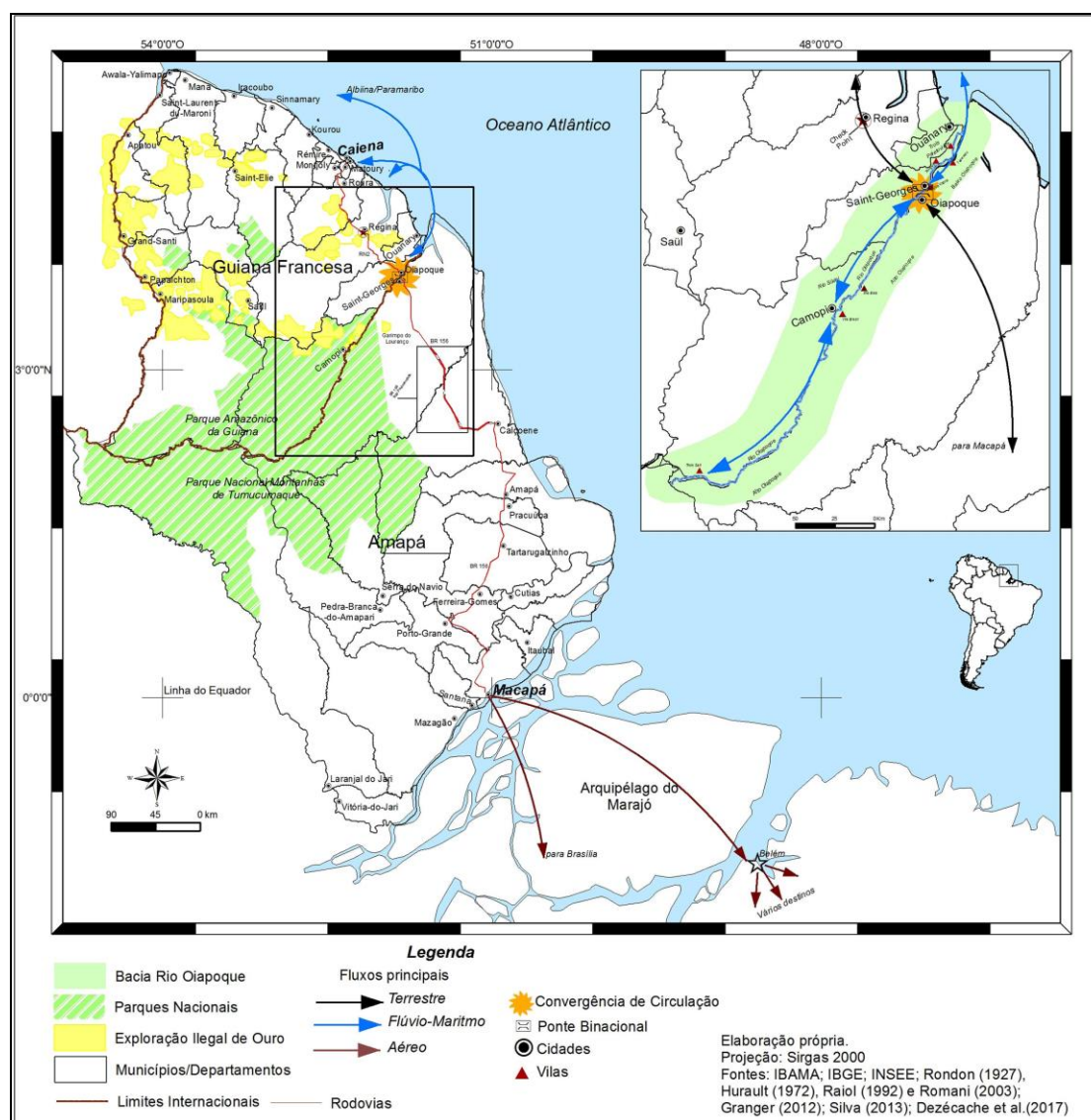


Fig.16 A geografia da circulação na bacia do Rio Oiapoque (atual). Fonte Granger et al. (2019).

Os fatores sociais que atualmente exercem influência direta nas relações fronteiriças são consequentemente aqueles que mais afetam a dinâmica econômica e a produção do espaço urbano. Eles se combinam para formar arranjos de serviços que se consolidam através dos laços de convivência, redefinindo identidades e enriquecendo a paisagem urbana local.

Para Yázigi (1998), o turismo no espaço envolvendo paisagem ganha significado para cada turista, pois cada um a interpreta e se conecta de forma diferente devido às suas singularidades e concepções. Em outros termos, para o autor, o “turismo depende da visão”. Com a mesma percepção, Elicher (2012, p. 16) menciona que “A natureza é essencial para o desenvolvimento da atividade turística e, sem dúvida, desperta fascínio nas pessoas, que buscam, no contato com ela, recuperar suas energias e aliviar as tensões do dia a dia”.

Moura (2018, p. 59) retrata que:

Na espacialidade fronteiriça, no contexto franco-amapaense, é notório na paisagem urbana a presença de interações que são estabelecidas pela sociedade, onde diferentes práticas econômicas, sociais, políticas e culturais dos diferentes territórios e territorialidades, representados por diferentes protagonistas sociais, como os povos das florestas, indígenas, garimpeiros, ribeirinhos, franco-guianenses, franceses, relacionam-se diretamente e têm no cotidiano urbano, a experiência do viver a/na fronteira, ou seja, a prática das interações sociais das relações internacionais no meio urbano amazônico.

Para Silva (2009, p. 2):

Em zonas de fronteira, o turismo tem a peculiaridade de considerar duas ou mais realidades nacionais que podem ser valorizadas para lhe dar mais dinamicidade. O rio Oiapoque, por exemplo, além de dividir juridicamente duas nações em plena Amazônia, ainda carrega o símbolo de ser a única fronteira compartilhada entre um país europeu, a França, e um sul-americano, o Brasil.

É pertinente mencionar os pensamentos anteriormente expressos, pois a geografia da cidade de Oiapoque é um presente que revela a riqueza da Amazônia, com uma biodiversidade cativante que realça a beleza da área. Além disso, é um dos elementos geográficos mais significativos para impulsionar o turismo, que, com a devida orientação e planejamento, pode se tornar um cenário vibrante de atividade turística, servindo como um excelente cartão de visitas.

O estado do Amapá, em parceria com o Ministério do Turismo, está desenvolvendo estratégias para promover o turismo regional, tirando partido de suas características naturais únicas. Três estratégias são cruciais: primeiramente, o fomento ao turismo sustentável em Oiapoque; em segundo lugar, a organização de um encontro transfronteiriço de turismo em Oiapoque e, por último, a implementação do Programa Estadual de Turismo de Base Comunitária. Vale ressaltar que Oiapoque conta com uma secretaria de turismo especializada, cujos programas estão em consonância com o Plano Estadual do Amapá (SETUR – AP, 2020).

Com todos os potenciais e recursos naturais que a cidade dispõe, o turismo no município de Oiapoque ainda é pouco desenvolvido, mesmo sendo mais perceptível no mercado local no que concerne ao turismo em compras de mercadorias. De acordo com Guerra e Palhares (2016, p. 2), “o turismo compõe um conjunto de atividades que contribuem muito para o desenvolvimento econômico local de uma região”.

Embora haja obstáculos anteriormente citados, as iniciativas governamentais para revitalizar o setor turístico econômico persistem. Neste contexto, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Amapá (SEBRAE) e o Governo do Estado do Amapá (GEA)

sobressaem na procura incessante por parcerias. A cooperação resultou no lançamento do Programa Cidade Empreendedora em Oiapoque, cujo objetivo é fomentar melhorias no cenário de negócios e incentivar o empreendedorismo, disponibilizando recursos para técnicos, empresários e a sociedade civil organizada.

As parcerias entre os setores públicos (GEA) e privados (SEBRAE) são fundamentais para apoiar os agentes locais e impulsionar o turismo em diversas atividades econômicas do município, pois representam um mecanismo de política pública que permite que a cidade crie estratégias e propostas inovadoras para o turismo e estímulo ao associativismo, além do incentivo à educação empreendedora na educação formal, feiras e rodas de negócios

Ao reforçar a colaboração, a sociedade de Oiapoque tem o potencial de prosperar significativamente. Vale destacar que o SEBRAE, uma entidade privada sem fins lucrativos, por sua habilidade de capacitar e promover o desenvolvimento. Ele apoia os pequenos negócios em todo o país e, em particular, está engajado no fomento, capacitação e orientação de agentes locais para impulsionar e dar visibilidade a este segmento para além dos limites da cidade.

Os acordos firmados na região fronteira do Oiapoque, que envolvem parcerias entre instituições privadas e públicas, são um marco significativo para o turismo, ademais, promovem um efeito benéfico na empregabilidade e na criação de renda, além de auxiliar no desenvolvimento socioeconômico. Contudo, sua implementação ainda é um desafio, requerendo o comprometimento dos governos nacionais, a motivação das diversas esferas governamentais e a criação de uma agenda pública eficiente. Torna-se essencial, portanto, estabelecer vias legítimas de participação coletiva que respondam às necessidades urgentes das comunidades transfronteiriças que desejam mudanças frente ao crescimento da informalidade, provocado pela falta ou demora nas ações governamentais.

4.4.1 Lugares turísticos na cidade de Oiapoque

O conceito de lugar turístico refere-se à concretização do turismo no espaço geográfico, abrangendo seus diversos significados construídos social e historicamente pelo e para o povo. Uma atração turística é um ponto de interesse que atrai visitantes frequentemente por seu valor cultural, relevância histórica, beleza natural ou criada pelo homem, sua singularidade, ou como um local para lazer e diversão.

Cada país, estado ou município possui uma área geográfica com características urbanas ou naturais que atraem turistas ou visitantes. Em Oiapoque, município situado na faixa de fronteira da Amazônia, são notáveis as reservas ambientais, rios, montanhas e florestas, que são grandes biomas com uma beleza estonteante e significativa. Neste contexto, outra atração é a própria ponte, um cartão-postal para os visitantes que encanta com suas belezas exóticas, em especial pela vista panorâmica do rio e das cidades na fronteira, considerada um lugar onde os novos visitantes experimentam a emoção de cruzar ou estar na fronteira, mesmo que brevemente, já que explorar e descobrir novidades é essencial para quem busca destinos impressionantes.

Segundo Boullòn (2002), esta paisagem natural está associada aos elementos básicos: crosta terrestre (terra, montanhas, desertos), por água (oceanos, rios, mares, lagos) e pelo clima (temperatura, vento, chuva e umidade), se tornando motivo de orgulho para seus habitantes, que aproveitam as oportunidades de descanso, lazer e opções de trabalho, uma vez que, se planejado de forma adequada, será possível promover um contato entre o homem e natureza, além de proporcionar qualidade de vida e experiências para os turistas.

Entre Brasil e Guiana francesa, no âmbito das zonas de suas cidades, há paisagens com vegetações e, também, objetos urbanos enquanto aspectos estruturais que permitem integrar melhor seus ambientes geográficos no turismo local, logicamente considerando todas as dinâmicas das atividades humanas, que condicionam a construção e a transformação constante desse espaço. Segundo Coriolano (1998, p. 21):

O turismo é uma atividade que se desenvolve por meio dos elementos dos espaços geográficos. Assim sendo, ao utilizar a natureza como atrativo turístico, os equipamentos urbanos como infraestrutura do turismo, os territórios de origens de turistas, as comunidades receptoras com sua população residente e as práticas sociais decorrentes deste encontro, o turismo passa a ser objeto do saber geográfico.

É notório que o turismo está associado ao espaço geográfico, uma vez que é através do espaço natural que se faz o turismo, ou seja, existe uma interdependência um do outro. Nesta perspectiva, a análise do espaço geográfico da cidade de Oiapoque é produto, condição e meio para todas as atividades humanas e palco do espaço turístico simultaneamente, ou seja, a cidade apresenta uma fisiografia muito particular em relação às demais unidades amazônicas e possui um conjunto de atributos naturais que reflete a influência imposta pela conjugação dos domínios guianense e amazônico. A sua cobertura vegetal corresponde fisionomicamente a dois padrões de vegetação distintos: o domínio das formações florestadas e o domínio das formações campestres (SEMTUR – Oiapoque, 2010).

Dentro destes cenários da cidade, as possibilidades são inúmeras para desenvolver atividades turísticas, logo, pode-se mencionar que estes elementos geográficos tornam-se motivos de exaltação para seus habitantes e privilégio de se fazerem parte do meio ambiente. De fato, os pontos turísticos são motivo de orgulho para os moradores locais, que aproveitam as oportunidades de descanso, lazer e trabalho perto de casa. Além disso, a gastronomia, os edifícios históricos, as igrejas e as manifestações culturais são elementos que caracterizam a identidade dos habitantes. Segundo Tulik (1990, p. 68) o turismo no meio ambiente traz vantagens:

O turismo se revela benéfico ao meio ambiente porque, através de sua presença econômica, pode contribuir para a conservação e preservação de monumentos históricos, áreas naturais, sítios arqueológicos. Além disso, o turismo tem interesse em manter a qualidade do meio ambiente e deve promover a sua conservação, não apenas está ligado a ele, mas também porque sua existência depende da natureza.

A cidade, em sua magnitude, oferece aos visitantes uma perspectiva única do Rio Oiapoque, evocando a sensação de estar no limite da fronteira internacional, no extremo norte do país, onde culturas distintas dos demais estados amazônicos se encontram. Esta singularidade cultural, especialmente a indígena, com a hospitalidade dos povos oiapoqueenses, seus produtos regionais e culinária típica, tornou-se um grande chamariz para turistas interessados em experienciar a cultura do norte.

Para quem lida com o dia a dia agitado das grandes cidades e seus intensos desafios urbanos, o turismo em ambientes naturais vem ganhando destaque como uma alternativa para recarregar as energias e promover a paz de espírito e, principalmente, o bem-estar por meio de uma conexão profunda com a natureza. Este equilíbrio tem sido essencial para manter uma saúde estável há muito tempo.

Na tabela 07, verifica-se a associação do espaço geográfico com elementos turísticos da cidade mais visitados e apreciados pelos visitantes.

TABELA 07- PONTOS TURÍSTICOS E CARACTERÍSTICAS

PONTOS TURÍSTICOS	CARACTERÍSTICAS
PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE	Possui ecossistemas ricos tanto terrestres quanto marinhos e seu nome deriva do acidente geográfico que marca o extremo norte do litoral brasileiro.

continuação

MONTANHA BRIÈ	Um local ideal para turistas pela sua atividade de trilha e turismo de observação, onde é possível a visualização dos pássaros presentes na região, como a garça-branca, a garça-morena e o guará, além da rica biodiversidade vegetal.
ILHA DO PAPAGAIO	Além de a região ser chamada de ilha do papagaio, pela grande presença de papagaios e periquitos, a sua formação geográfica assemelha-se a um bico de papagaio. Às 6h da manhã, eles alçam voo em bando. É possível ouvir a abundância de pássaros que habitam a ilha.
TAPARABU	Distrito de Oiapoque, que serve de apoio aos pescadores na região. Observação: No local, a estrutura é precária, não oferecendo diversão ao turista, mas que poderia ser um local de apoio aos turistas.
IGARAPÉ CRIQUE MINETTE	Pequeno Igarapé, onde é possível fazer trilha e conta com a existência de uma pequena cachoeira em seu interior, onde os turistas podem utilizar para banhos e registros fotográficos.
PORTO DO MARIPÁ	Local de acesso ao café sucré, onde é possível fazer uma trilha, que antigamente era utilizada para o transporte de mercadorias entre uma ponta e outra do rio, principalmente pelo garimpo. Essa trilha tem duração de no máximo uma hora, onde seria possível fazer, além de turismo ecológico, o turismo de observação e registros fotográficos.
CACHOEIRA GRAND ROCHER	Utilizado pelos catraieiros para transporte de mercadorias, pode ser utilizado durante o verão pelos turistas para banhos de rio e turismo de observação. O registro fotográfico também é uma opção, tendo em vista que o local é atrativo e muito bonito de se visitar. Nas proximidades, há uma pequena prainha que pode possibilitar aos turistas banhos no rio.

Fonte: Trabalho de campo - roteiro turístico-SILVA (2019).
Readaptação/ autor (2023) - pesquisa bibliográfica.

O município, ainda pouco explorado turisticamente, tem a oportunidade de utilizar seus recursos naturais para impulsionar e destacar o melhor de seus pontos turísticos, da culinária local, dos artesanatos e grafismos indígenas, além das festas religiosas tradicionais. Esses elementos, já reconhecidos como atrações históricas, culturais e sociais, oferecem oportunidades de negócios para atrair mais visitantes à região.

É importante ressaltar que esses espaços o turismo pode contribuir para a sua preservação por meio de ações educativas harmoniosas, visando desafios para promover o ecoturismo e gerar incentivos econômicos para os moradores.

As imagens a seguir apresentam os locais mais importantes para o turismo na cidade e suas peculiaridades, com grandes potenciais naturais. Os rios, lagos, morros, serras, mar e cachoeiras podem ser explorados de forma organizada e guiada como oferta turística.

Figura 17: Letreiro da cidade: Eu amo Oiapoque.



Fig.: 17

Fonte: autor (2023)

No Brasil, é habitual encontrar letreiros nas entradas de algumas cidades, aludindo aos seus nomes. Em Oiapoque, a situação é semelhante, com o letreiro visível na orla para quem passa. As ilustrações visuais tornaram-se tão significativas quanto os monumentos urbanos, fortalecendo a identidade entre os moradores, turistas e o local. O objetivo é promover a aproximação e documentar a visita de turistas, amigos e familiares ao ponto turístico.

Este novo cartão-postal, um projeto da Secretaria Municipal de Turismo, confere maior visibilidade à cidade além de suas fronteiras. Inaugurado em 18 de junho de 2021, o letreiro tem 2 metros de altura por 5,3 metros de comprimento. Neste cenário, ao compreender que a cultura local é a essência de um povo e que pode ser expressa através deste elemento, tanto cidadãos, quanto visitantes podem se identificar com ela em uma metáfora rica e representativa de pertencimento, assim como os símbolos regionais da cidade com seus padrões e formas que podem ser representados adequadamente em público.

Figura 18: Monumento Pátria: Aqui começa o Brasil.



Fig.: 18

Fonte: autor (2023)

Este monumento foi erguido em 1943 para representar o limite transfronteiriço entre o Brasil e a Guiana Francesa, com trechos do hino nacional brasileiro, gravado em suas partes para reforçar a nacionalidade do país, sendo considerado um dos principais pontos turísticos históricos de pertencimento da região do Brasil. Está localizado em frente à cidade de Oiapoque (orla da cidade), na avenida Barão do Rio Branco.

É algo monumental que faz lembrar fatos históricos importantes da cidade, fazendo-o perceber como se fosse presente, a fim de manter e preservar a identidade oiapoquense como memória viva de uma natureza afetiva essencial, com finalidade de causar uma emoção, e não apenas ser informativo. É um dos pontos turísticos mais visitados dentro da cidade.

Figura 19: Museu Kuahí



Fig.:19

Fonte: autor (2023)

O museu foi inaugurado, em junho de 2007, na gestão do governador Waldez Góes, e oferece aos visitantes exposições de peças artesanais, desenhos e pinturas indígenas, inclusive os artefatos que compõem a dança tradicional dos povos indígenas de Oiapoque, o *turé*. Além das exposições, o museu possui uma biblioteca, sala de leitura, sala de reunião e loja que contém peças produzidas pelos indígenas para comercialização: brincos, colares, anéis, cuias decoradas, vasos e animais de cerâmica. Está localizado na Av. Barão do Rio Branco, Centro.

Os acervos estão carregados de identidades e história étnica dos mais variados povos indígenas, para estudos e pesquisas afins. Vale destacar que o artesanato de Oiapoque é rico e diversificado, resultado da utilização de materiais regionais: argila, sementes, fibras, cestarias de cipó, redes artesanais, colares, arcos, flechas e cerâmicas, com destaque para vasos em relevo, com expressões de animais e paisagens da região. Além das visitas guiadas às exposições, o museu tem a missão de preservar, pesquisar e comunicar seu acervo, incluindo arte, para apreciação, entretenimento e educação.

Figura 20: Monumento Laudo Suíço



Fig.: 20

Fonte: SEMTUR- Oiapoque- Anderson Brarymi

O Laudo Suíço foi assinado em 1º de dezembro de 1900 e, no ano de 2000, para comemorar seu centenário, foi erguido o monumento para celebrar este acontecimento histórico que marcou definitivamente a divisão fronteira entre Brasil e Guiana Francesa. E, em homenagem ao diplomata brasileiro Barão do Rio Branco, a quem foi o grande responsável por este feito, colocaram uma gravura dele na parte superior do monumento. Hoje é considerado um monumento histórico. Está localizado na Av. Barão do Rio Branco, no centro da cidade.

A transformação de espaços públicos em pontos de referência permite que moradores e visitantes revivam ou, por vezes, retornem ao passado histórico da cidade por meio de narrativas conceituais sobre seus ancestrais. Assim, é comum que o visitante procure imagens, percepções, conhecimentos e emoções que ajudem a interpretar a história e a revelar a cultura local. Ele busca não apenas recordações do passado, mas o significado que a história representa para o local e as memórias que podem ser perpetuadas de maneira útil.

Figura 21: Igreja Nossa Senhora das Graças



Fig.: 21

Fonte: autor (2023)

A igreja matriz foi inaugurada em 13 de fevereiro de 1955, com celebração da primeira missa presidida pelo padre Carlos Bassanini. Além da Igreja Matriz, existem outras comunidades religiosas distribuídas na redondeza da cidade, nos distritos de Clevelândia do Norte, Vila Vitória, Vila Brasil, nas localidades de Taparabú, Vila Velha e nas aldeias indígenas da região. Atualmente, a Igreja Matriz é considerada um dos cartões-postais do município por representar fortes símbolos sagrados para os católicos, fiéis e romeiros.

É uma referência arquitetônica com iconografias marcantes à religiosidade local e à fé do povo. Nela são realizadas várias festividades religiosas, e a mais conhecida é a Festa da Padroeira, que acontece no dia 15 de agosto, onde atrai romeiros e devotos de outras localidades. Como parte de sua estrutura sacramental, em 2004, foi construída a Gruta da Nossa Senhora das Graças, por meio das ações do padre Patrício Brennan.

A igreja está localizada na avenida principal da cidade, na Barão do Rio Branco, número 19, no centro da cidade. Visitantes que buscam experiências de turismo religioso encontrarão maravilhosas atrações cheias de simbolismo, que respeitam a motivação, espontaneidade, sinceridade e legitimidade espiritual dos visitantes.

Figura 22, 23, 24: Ponte binacional com detalhes e ângulos diferentes.



Fig.: 22

Fonte: autor (2023) ângulo a partir do lado francês



Fig.: 23

Fonte: autor (2023) ângulo a partir do lado brasileiro



Fig.:24

Fonte: autor (2023) Ângulo sob a ponte

A construção da Ponte Binacional é resultado de um acordo realizado entre os governos do Brasil e da França, cuja finalidade é estreitar os laços entre as nações. Com esta ponte, o turismo local ganha mais um espaço atrativo para o turismo de fronteira através de sua paisagem natural, proporcionando aventuras, lazer, passeio e registro fotográfico.

A Ponte Binacional está localizada sobre o Rio Oiapoque, distante, aproximadamente, 590 km da capital Macapá. A ponte possui 378 metros de extensão, ligando Macapá a Caiena, dando continuidade às rodovias BR-156 no Brasil e à RN2 na Guiana Francesa (SEMTUR - Oiapoque, 2020).

Figuras 25, 26, 27: Grande Rocha e detalhes



Fig.: 25

Fonte: autor (2023)



Fig.: 26

Fonte: autor (2023)



Fig.: 27

Fonte: autor (2023)

As tres fotos retratam momentos consecutivos. Na foto 25, captura-se a chegada à Grande Rocha, local onde numerosos turistas e viajantes ancoram suas embarcações para

fazer a travessia para o outro lado do rio, carregando suas bagagens e equipamentos à mão ou nos ombros, já que, em primeiro plano, a rocha obstrui a passagem das catraias.

A Figura 26 descreve o segundo momento em que os catraieiros carregam mantimentos para atravessar ao outro lado da rocha por um caminho estreito de aproximadamente 100m. Na Figura 27, o terceiro momento, no outro lado da grande rocha, turistas e viajantes prosseguem viagem até a Vila Brasil, Camopi, ou área de garimpo, porém, em outra canoa (catraia) até o destino. Com essa paisagem, muitos turistas aproveitam para usufruir a beleza, a calma da natureza e as corredeiras d'água, registrando a paisagem, ou os detalhes do ambiente paradisíaco.

A Grande Rocha é o acidente geográfico de maior expressão que limita o médio do baixo curso do rio Oiapoque, é um dos principais atrativos turísticos naturais da região. As rochas nesta área são de grandes espessuras, bastante antigas, datadas do período pré-cambriano, compostas por rochas cristalinas, gnaisses e graníticas, entre outras. A beleza do afloramento rochoso da Grande Rocha e suas corredeiras pode ser notada por meio das belas cachoeiras ou corredeiras presentes entre o Alto e Médio Rio Oiapoque.

Figura 28: Pontão no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque

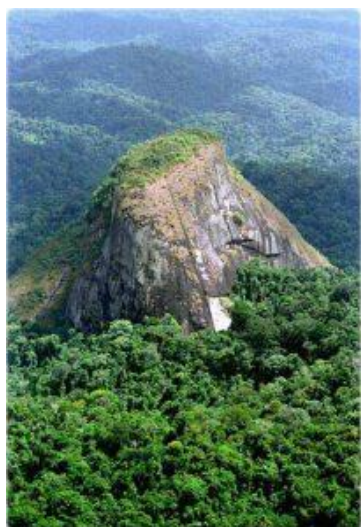


Fig.:28



Fonte: IcmBio.

Em toda a região Norte, as reservas naturais costumam ser grandes e recentes. As cinco foram criadas a partir da década de 1980 e têm em conjunto a incrível área de oito milhões de hectares, mas Tumucumaque é a maior de todas, com 3,8 milhões/ha (algo como um quadrado de 200 km de lado), sendo, na realidade, a maior unidade protegida de floresta tropical no mundo. Seu nome tem uma palavra tão sonora e tem um significado bem comum: pedra da

montanha, na língua indígena. A serra avança ao longo da fronteira com o Suriname e a Guiana Francesa, limitada, a leste, pela bacia do Rio Orenoco, que corre para o mar, e, a Oeste, pela Serra de Acaraí, na borda do Pará, porém, fica praticamente toda no Amapá.

Os pontões que tanto chamam atenção para o parque são dispersos e distantes, não sendo praticável a sua visita, ao menos que se faça uma expedição por semanas na selva. Assim, toda a exuberância do Tumucumaque é meramente contemplativa e a diversidade biológica proporciona pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, recreação e turismo.

Para chegar ao parque, utilizam-se voadeiras (barcos de alumínio) ou batelões (barcos de madeira) para subir o Rio Amapari ao longo de 82 km. A duração do deslocamento vai depender do período do ano, que interfere no volume de águas do rio e da potência do motor da embarcação. Em outra rota, mas utilizada no verão, desloca-se por mais 65 km pela BR-201 (sem pavimentação) e se chega à localidade de 7 Ilhas, no Projeto de Assentamento Perimetral Norte. A partir daí, são 20 km pelo rio até a base do parque.

Figura 29: Pedra Grande.



Fig.: 29

Fonte: SEMTUR- Oiapoque- Anderson Brarymi

É uma formação geológica localizada a 12 quilômetros da sede do município Oiapoque, e seu principal acesso é, por meio do ramal, pelo Assentamento da Agricultura Familiar Igarapé Grande. A Pedra Grande, denominada localmente por este nome, é um afloramento rochoso de morro, testemunho que data do pré-cambriano pertencente ao Planalto das Guianas, sendo formado por rochas magmáticas intrusivas (granito). O bloco rochoso possui comprimento de 1.200 metros na disposição Leste-Oeste, e 700 metros no sentido Norte-Sul. Segundo Guerra e Palhares (2016, p. 63): “O local possui uso potencial de excelência para visitas educativas no intuito de compreender sua formação, sistema de drenagem e geomorfologia, além de atividades esportivas”.

No centro da formação, encontra-se o ponto mais elevado, que alcança 48 metros de altitude. O local apresenta conteúdo geológico e geomorfológico com valores turísticos, cênicos, educativos, além de científico geológico. As pessoas também utilizam o local para retiro religioso, pois o lugar transmite sensação de paz e tranquilidade (SEMTUR - Oiapoque, 2020).

Figuras 30 e 31: Clevelândia do Norte.



Fig.: 30

Fonte- autor (2023)



Fig.:31

Fonte: autor (2023)

As Figuras 30 e 31 registram detalhes a partir de campos de visão diferentes. A primeira registra a frente da área militar Clevelândia, e a segunda é o inverso, o olhar se dirige aos letreiros, à capela e ao rio Oiapoque com sua margem do outro lado da fronteira. Antigamente, era chamada de Colônia Militar do Oiapoque. O deslocamento da colônia para Oiapoque é feito por meio de pequenas embarcações através do Rio Oiapoque, num trajeto que dura 15 a 20 minutos, a cerca de 20 quilômetros da cidade de Oiapoque.

Porém, somente com autorização que se tem o acesso a estudos, excursões escolares e acadêmicas, pois é uma área restrita do exército brasileiro, cuja missão designa-se proteger, controlar e manter a soberania nacional e a segurança da fronteira brasileira por se caracterizar como uma região de grandes vazios demográficos, com dificuldades logísticas e propícias ao tráfico e ação ilícita de contrabandos diversos.

Ao visitar, depara-se imediatamente com a ampla visão do outro lado da fronteira, despertando uma sensação de limite e o desejo de atravessá-la, já que explorar o desconhecido é sempre encorajado, especialmente quando não é necessário percorrer longas

distâncias. Nessas fronteiras, encontram-se áreas repletas de atrações, maravilhas naturais, turismo esportivo e oportunidades para comprar produtos locais.

Figuras 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39: Paisagens às margens do Rio Oiapoque



Fig.: 32 Fonte: Autor (2023) balneário e área de banho a 10 minutos da cidade



Fig.: 33 Fonte: Autor (2023) frente da cidade Oiapoque



Fig.: 34

Fonte: Autor (2023) território indígena demarcado.



Fig.: 35

Fonte: Autor (2023) balneário e restaurante à margem do rio - Clevelândia do Norte.



Fig.: 36

Fonte: Autor (2023) passeio turístico 01, na proximidade da comunidade de Taparabu.



Fig.: 37

Fonte: Autor (2023) passeio turístico 02, no rio Oiapoque.



Fig.: 38 Fonte: Autor (2023) passeio turístico 03, à margem do rio Oiapoque.



Fig.: 39 Fonte: Autor (2023) A cidade de Saint Georges à margem do rio Oiapoque.

As Figuras acima correspondem a espaços muito extensos e ricos para explorar o turismo em todas as modalidades: ecológica, o sustentável, de aventuras, de pesca e fotográfico. Estes lugares são perímetros que os catraieiros conhecem para guiar os turistas com segurança e aproveitamento.

Figura 40: Catraias ancoradas na rampa do *Cais* de Oiapoque



Fig.: 40

Fonte- autor (2023)

Neste registro, mostra as catraias na rampa de embarque e desembarque de passageiros no porto de Oiapoque. Atualmente, conforme os dados do presidente dos catraieiros, senhor Antônio Lima da Silva, são, em média, 211 cadastrados nas cooperativas exclusivamente do lado brasileiro. Os espaços paisagísticos, pela margem do rio, possibilitam aos turistas extrair contemplações exóticas da beleza amazônica, encantos e conhecimentos. É uma região que está carregada de simbologia devido à história de seus moradores, antepassados e comunidades atuais que se organizam à margem do rio. A dinâmica nesse rio é de se fazer essa conexão entre as duas cidades através da relação social, cultural e econômica que, cotidianamente, é construída conforme a dialética da fronteira.

Figura 41: Excursões de pesquisadores brasileiros, estudo de fronteira (UNIFAP).



Fig.: 41

Fonte: Autor (2023)

Para os viajantes, turistas, excursionistas, pesquisadores das fronteiras, este espaço é rico para estudos exploratórios em campo e lazer pela exuberância geográfica e pelas interações das mais variadas vivências: étnicas, históricas e econômicas, em detrimento das conexões com países vizinhos.

4.4.2 Os *trades* turísticos em Oiapoque

Os equipamentos de turismo da cidade se caracterizam como programação turística, em geral, associados às hospedagens, às atividades recreativas e aos serviços, e já fazem parte da agenda local, tanto do governo, quanto de agentes e empresários do ramo. Além das programações tipicamente culturais, existem outras diversificadas, construídas segundo as características geográficas, como canoagem, pescaria, competições nas corredeiras do rio e expedições, com a valorização regional e demandas de aspectos histórico e culturais, pressupondo sua valorização, promoção e manutenção da memória. Valorizar e promover envolve disseminar o conhecimento sobre estes bens culturais e tornar seu acesso e aproveitamento mais fáceis. Também significa compreender a relevância da cultura na interação entre turistas e a comunidade local, assegurando que essa interação aconteça de maneira harmoniosa.

Segundo Torres (2017, p. 3937):

Não é difícil encontrar no centro comercial uma multiplicidade étnica, cultural e social, são: metropolitanos, crioulos, haitianos, senegaleses, venezuelanos, índios, chineses e brasileiros que vão de um lado a outro da fronteira para o almoço de domingo, visitar a cidade, parentes e comprar.

A realidade social, cultural e histórica dos habitantes de Oiapoque, situados nesta área de fronteira, é caracterizada pela presença de indivíduos de diversas nacionalidades, que vêm e vão, entrelaçando negócios comerciais e atividades turísticas. A mobilidade transfronteiriça é inevitável e essencial. O fluxo dinâmico aquece e fortalece o comércio local, oferecendo aos turistas uma variedade de opções de entretenimento, conhecimento, gastronomia, hotéis e restaurantes. Conforme informações da Secretaria de Turismo do Município (2022), a cidade conta com uma infraestrutura turística organizada em categorias específicas: rede hoteleira; setor de alimentos e bebidas; setor de eventos: centros de convenções e empresas organizadoras de eventos; serviços financeiros – casas de câmbio; lugares públicos de caráter turístico: museus, praças, igreja; monumento e construções históricas, e lugares naturais: balneários, cachoeiras, trilhas, rios e montanhas.

O turismo compõe o conjunto de serviços e lugares que contribuem para o desenvolvimento econômico da região, com incremento de atividades e ações atrativas. Este conjunto de equipamentos da superestrutura constituinte do produto turístico faz com que haja deslocamento das pessoas em busca de culturas, de lazer, recreação, de descanso. Estas necessidades, que são um fenômeno do aspecto social do turismo, se anexam às demandas dos serviços de transporte, hospedagem e comércio local.

O município de Oiapoque é constituído por elementos culturais e naturais, tais como: danças indígenas, artesanatos, culinárias, vegetação, rios, cachoeiras e balneários etc. Estas paisagens são parte visual do espaço urbano, pois são aspectos importantes que atraem turistas de várias localidades para vislumbrar as paisagens. Estas potencialidades do turismo demonstram não somente uma atividade econômica, mas também um fator considerável no processo de produção do espaço geográfico (SEMTUR – Oiapoque, 2019).

Evidentemente, a percepção de interdependência entre as culturas e as naturezas é um meio indissociável para a promoção do turismo enquanto políticas públicas setoriais. Ainda conforme a SEMTUR (2022), o levantamento dos equipamentos e serviços turísticos da cidade de Oiapoque estão organizados em setores, conforme as Tabelas 08, 09 e 10.

TABELA 08 - SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO – RESTAURANTE

Nº	NOME FANTASIA	SERVIÇOS E ESPECIALIZAÇÃO
01	Churrascaria gaúcha	Comida a quilo-churrasco rodízio.
02	Restaurante pizzeria predileta	Pratos à La Carte-pizzaria
03	Considerai artesanal	Sanduiche caseiro-pizzaria
04	Marmitaria Rima	Comida caseira
05	Restaurante rodeio	Pratos à La Carte - churrascaria
06	Peixaria da Nice	Comida a quilo
07	Restaurante La Cabana-pub	Pratos à La Carte - comida caseira e personalizada.
08	Restaurante e bar Spit bk	Churrascaria à La Carte
09	Churrascaria medalhão de ouro	Comida a quilo

Fonte: compilação do autor - estudo de caso-SEMTUR- Oiapoque (2023)

TABELA 09 - BARES, CAFÉS E LANCHONETES

Nº	NOME FANTASIA	SERVIÇOS	ENDEREÇO
01	Parada obrigatória	Churrascaria comida a quilo- Capacidade: 100 pessoas.	BR 156
02	Bar e restaurante Copacabana	Pratos À La Carte- Capacidade: 100 pessoas.	AV. Coaracy Nunes,201
03	Club strike boliche	Pizzaria à La carte- hambúrguer Capacidade: 120 pessoas.	BR 156

Fonte: compilação do autor- estudo de caso-SEMTUR- Oiapoque (2023)

TABELA 10 - MEIOS DE HOSPEDAGEM

Nº	NOMES	SERVIÇOS
01	Hotel Amazônia	Café da manhã, TV a cabo e Wi-Fi
02	Hotel filho de Deus	Café da manhã, TV a cabo
03	Chalé paradis	Café da manhã, TV a cabo e Wi-Fi

04	Chácara do Rona	Café da manhã, Wi-Fi
05	Shopping hotel esperança	Café da manhã, TV a cabo e Wi-Fi
06	Paris hotel	Café da manhã, TV a cabo
07	Hotel Floresta	Café da manhã, TV a cabo e Wi-Fi
08	Hotel Tropical	Café da manhã, estacionamento, TV a cabo e Wi-Fi
09	Pousada Central	Café da manhã, estacionamento, TV a cabo e Wi-Fi
10	Hotel Oyapock	Café da manhã, TV a cabo e Wi-Fi
11	Hotel Chama	Café da manhã, TV frigobar e Wi-Fi
12	Hotel Colibri	Café da manhã, TV frigobar e Wi-Fi
13	Hotel Creole	Café da manhã, TV frigobar e Wi-Fi
14	Hotel Kayama	Wi-Fi, TV com parabólica e frigobar
15	Hotel Mazagão	Estacionamento e Wi-Fi
16	Hotel Nefertite	Café da manhã e estacionamento
17	Hotel Super natcho	TV, Wi-Fi e café da manhã
18	Pousada Fortaleza	Café da manhã
19	Chácara Paixão do Rouxinol	Café da manhã
20	Hotel e Restaurante La Villa Morena	Café da manhã, piscina, parque infantil e american bar

Fonte: compilação do autor - estudo de caso – SEMTUR – Oiapoque (2023)

5 ESTRATÉGIAS E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO: CARTILHA GUIA PARA OS TURISTAS

As cartilhas são recursos informativos e educacionais sobre uma ampla gama de tópicos. Portanto, é crucial considerar sua estrutura: adequação ao público-alvo, linguagem clara e direta, *design* atraente e informações confiáveis, já que seu uso reflete a diversidade dos públicos de diferentes regiões culturais.

Atualmente, as pessoas viajam mais frequentemente devido à facilidade de acesso aos transportes e aos avanços na comunicação de massa. O costume de explorar novos lugares está se tornando cada vez mais comum, favorecendo a troca de experiências dentro do seu círculo social durante as viagens.

Em qualquer cidade visitada por turistas, o cartão-postal geralmente representa um dos pontos turísticos mais visitados, permitindo que eles apreciem a beleza e o simbolismo local. Visando mostrar e oferecer as melhores atrações turísticas e sua organização, criou-se esta

cartilha. À medida que as pessoas utilizam este guia ilustrativo, elas se encantam com a natureza e os locais paradisíacos, enriquecendo sua experiência e conhecimento sobre a cidade, além de proporcionar informações que facilitam um diálogo positivo entre aqueles que desejam explorar.

A cartilha tem como objetivos: primeiro, despertar o interesse do turista em conhecer os locais antes de sua chegada ao destino e, segundo, fornecer aos recém-chegados que desconhecem a área orientações sobre o setor turístico da cidade. O propósito é reduzir o impacto negativo dos turistas e enaltecer o local em todas as suas facetas: histórica, social, econômica e cultural.

Adicionalmente, ao prover informações sobre turismo, a cartilha serve como guia para os agentes locais, em especial para os trabalhadores do transporte fluvial, promovendo o turismo em áreas como ecologia, observação, pesca, aventura, sustentabilidade, ecoturismo e cultura.

5.1 Roteiro turístico para zona de fronteira em Oiapoque

A cidade de Oiapoque destaca-se por suas ricas histórias culturais e étnicas, atraindo o interesse pelo turismo, especialmente em relação aos povos da Amazônia e suas lendas, misticismos e crenças. Assim, é crucial desenvolver um roteiro turístico para esta área de fronteira que atenda aos desejos, necessidades e expectativas dos visitantes. Segundo Silva (2019, p. 3):

O rio Oiapoque é um dos mais importantes da Amazônia por carregar símbolos históricos que marcaram o Brasil setentrional. Corre em plena floresta amazônica ao longo de 690 km, de três saltos até a sua foz no encontro com o Oceano Atlântico. É possível dividi-lo em duas extensões ao menos: o Alto Oiapoque, que vai de três saltos até a cachoeira Grande Rocha; e o Baixo Oiapoque, seguindo desta cachoeira até a foz do rio.

Nesse sentido, para Alencar e Knupp (2016, p. 114), “a criação de roteiros tem como importância o direcionamento do turista, assim como ser um instrumento facilitador do marketing de lugares e da transmissão da informação correta e complementar ao conhecimento do produto”.

Promover um destino, além da infraestrutura local, valorizando características sociais, culturais e geográficas, é mais do que simplesmente proporcionar uma experiência única pelas belezas naturais. Isso significa oferecer aos visitantes a possibilidade de escolher entre as

opções disponíveis para conhecer e interagir com o ambiente repleto de símbolos, significados e impressões culturais. Assim, “o roteiro pode estabelecer as diretrizes para desencadear a posterior circulação turística, seguindo determinados trajetos, criando fluxos e possibilitando um aproveitamento racional dos atrativos a visitar” (Bahl, 2004, p. 32).

Com base no modelo de gestão descentralizada do turismo, adotado no Brasil pelo Ministério do Turismo, há a permissão para que cada estado, região e município desenvolva suas próprias estratégias de acordo com suas realidades específicas. Esta abordagem abre caminhos para a criação de roteiros turísticos que servem como políticas operacionais para direcionar o desenvolvimento do turismo, com ênfase na regionalização, conforme o MTur (2007).

A ideia de aumentar a valorização dos serviços turísticos, utilizando a cartilha como um mecanismo prático, pode auxiliar as pessoas a explorarem o local por meio de um roteiro turístico, considerando tanto os espaços físicos, quanto os produtos turísticos. Nesse contexto, a criação de roteiros turísticos é essencial por propor a organização de elementos que definem suas identidades, sendo estes cruciais para o planejamento, gestão, promoção e comercialização do turismo na região.

Estas diretrizes proporcionarão integração e organização de atrações, equipamentos, serviços turísticos e infraestrutura de apoio ao turismo. A colaboração entre os diferentes grupos, poder público, empresários e sociedade civil, é essencial para o desenvolvimento de roteiros turísticos regionais descentralizados e democráticos. Para o poder público, a participação ativa de representantes de entidades governamentais municipais, estaduais e federais é imprescindível para o progresso eficaz do processo.

Neste contexto, em relação aos empresários, trata-se dos profissionais envolvidos na cadeia produtiva do turismo, isto é, são prestadores de serviços que atuam direta ou indiretamente nesse setor. Para uma melhor compreensão deste grupo, este refere-se aos segmentos sociais, como associações comunitárias, instituições de ensino, organizações não governamentais (ONGs) e comércio. Dentre estes grupos, as cooperativas dos catraieiros apresentam perfis mais adequados nesta integração da roteirização, principalmente por serem conhecedores dos locais mais distantes: ilhas, comunidades, cachoeiras e montanhas. Para Tavares (2002, p. 9), “os roteiros turísticos são uma das principais maneiras de contextualizar os atrativos ativos de uma localidade”.

É essencial enfatizar que a análise desta região não é recente. Desde o século XX, havia um levantamento dos locais para exploração e demarcação territorial. A Figura 42 mostra

estes pontos, realçando os dois lados da fronteira com a enumeração das ilhas e zonas exploradas.

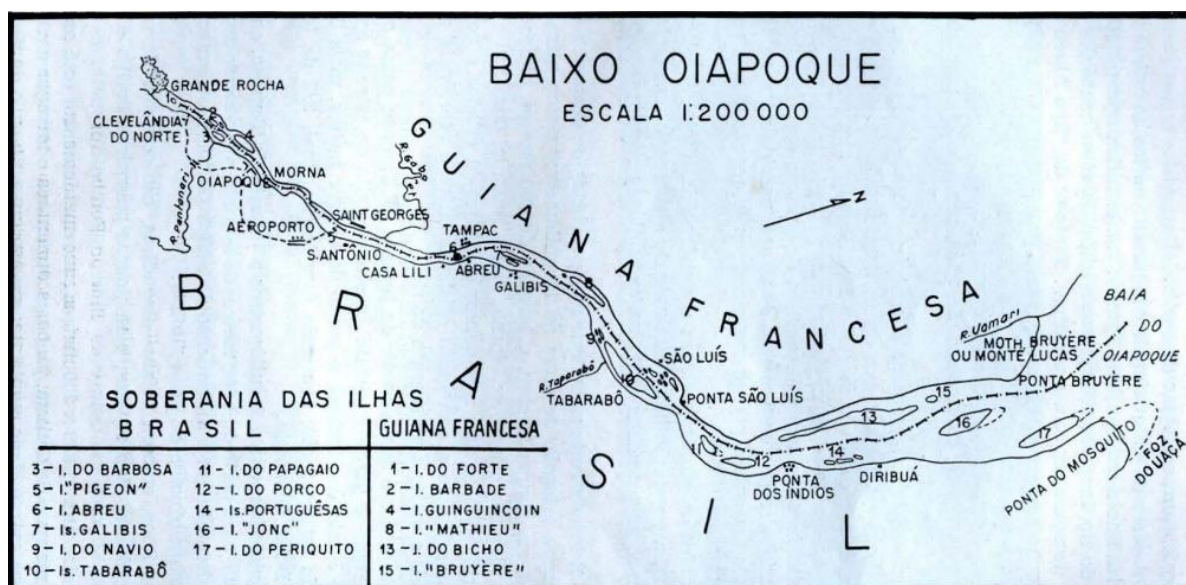


Fig.: 42

Fonte: Revista brasileira de geografia (1964)

A cartilha destaca, com base neste contexto, a relevância do que é bom e belo nos espaços turísticos como elementos naturais. É habitual encontrar uma variedade de locais ao longo do rio, incluindo hospedagem, serviços e entretenimento, preferidos pelos visitantes para uma experiência confortável e ambientalmente agradável. Nesta área de fronteira, beneficiada pela extensão do rio Oiapoque, que se divide em três grandes trechos: Alto, Médio e Baixo Oiapoque, é viável desenvolver um planejamento de roteiros e logística para exploração sustentável. São regiões riquíssimas de uma das partes do território amazônico, cobijado por viajantes e turistas estrangeiros, que precisa ser mostrado, pois os pontos turísticos não são conhecidos pela maioria dos turistas que visitam a cidade de Oiapoque (Silva, 2019).

De acordo com Moraes (1964), estes três trechos constituem aspectos geográficos distintos que o setor turístico deve explorar em colaboração com as cooperativas e associações de catraieiros, buscando um conhecimento aprofundado de suas características naturais. Neste contexto de fronteira, pode-se detalhar estas dimensões em locais para fotografia, trilhas e áreas de banho de forma específica e discriminada em o Alto Oiapoque, que, refere-se ao segmento do rio com aproximadamente 186 quilômetros, estendendo-se da confluência mencionada até a foz do Camopi, seu principal afluente; Médio Oiapoque, a seção do rio entre a confluência do Camopi e a Grande Rocha, cobrindo uma extensão de 102 quilômetros, conforme a linha do talvegue, e o Baixo Oiapoque que corresponde à parte mais habitada do

rio, dotada de diversos recursos da civilização moderna e navegada por embarcações de várias toneladas provenientes de Belém e Caiena.

A Figura 43 destaca os resultados de um estudo recente de forma segura e eficiente. Com base no roteiro, os turistas podem ser guiados e direcionados para diversas opções de turismo, incluindo experiências em áreas naturais, pesca esportiva, observação da fauna e flora, e paisagens paradisíacas durante suas estadias. Este mapa descreve que, no Baixo Oiapoque, existem lugares que ainda não são realmente conhecidos por turistas contemporâneos e encontram-se os grandes núcleos habitacionais com possibilidades de exploração em uma rota combinada (Silva, 2019).

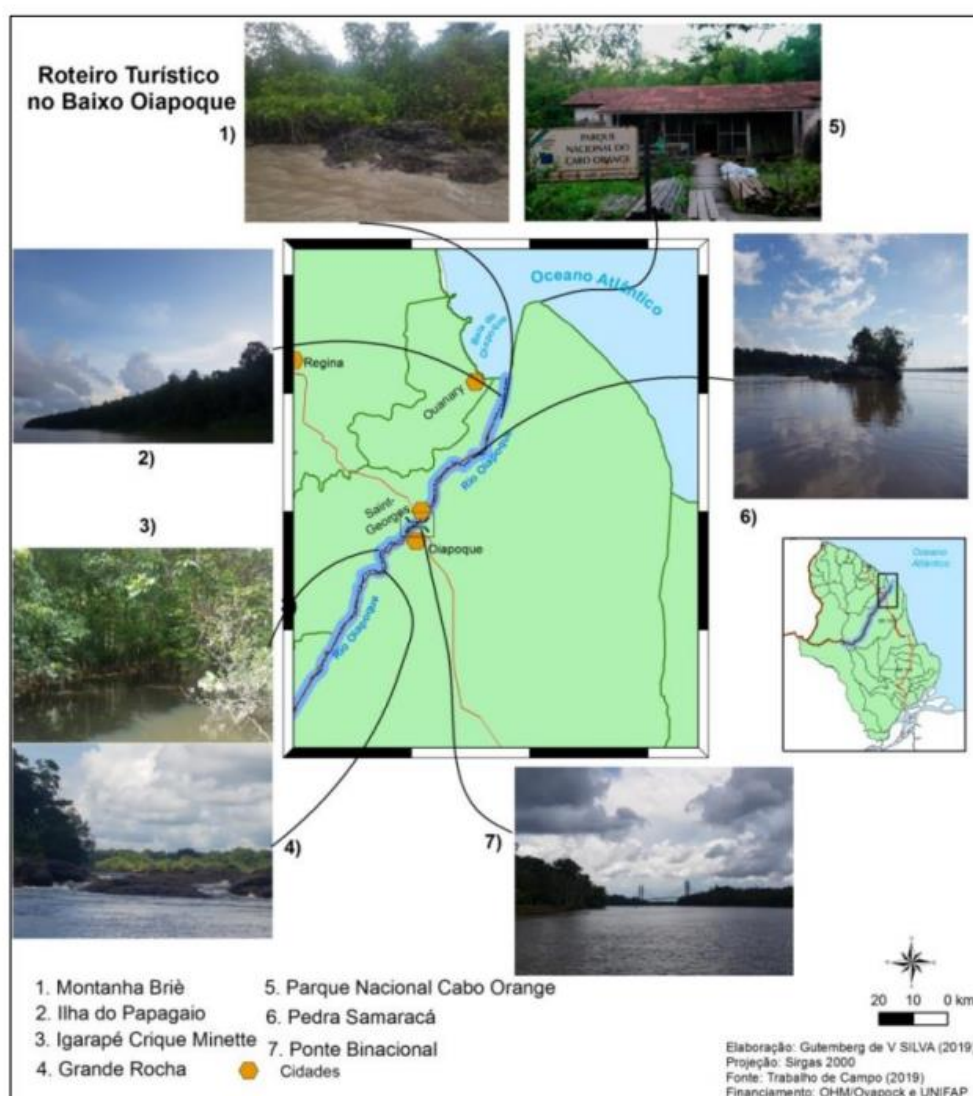


Fig.: 43

Fonte: trabalho de campo-UNIFAP. Silva (2019)

Neste roteiro turístico ao longo do rio, destacam-se diversas comunidades como Vila Brasil, Ilha Bela e aldeias indígenas dos Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kalina,

situadas às margens do Baixo Oiapoque. Explorando esta rota, é possível admirar a Montanha do Biré, ideal para trilhas e observação; o Parque Nacional do Cabo Orange, notável por sua biodiversidade e foco em ecoturismo; a Ilha do Papagaio e a Pedra Samaracá, com suas vistas panorâmicas deslumbrantes, além do Salto Maripá, o Igarapé Crique Minette e a Cachoeira Grande Rocha, locais de serenidade e beleza natural propícios para trilhas.

Para Guerra e Palhares (2016, p. 57):

A cidade de Oiapoque atualmente recebe um fluxo bastante significativo de pessoas em busca do turismo de negócios, aquele relacionado com compras variadas de mercadorias. São atraídos sobretudo por produtos alimentícios e por preços acessíveis, com base no câmbio das moedas vigentes na fronteira. Essa prática de turismo tem provocado um aquecimento no comércio local, diante desse movimento de pessoas.

Os atrativos citados pelos autores são fatores que atraem visitantes estrangeiros à cidade graças à conveniência e ao câmbio favorável do euro no Brasil. Para a maioria dos visitantes estrangeiros desta região fronteiriça, o custo de vida é mais baixo e vantajoso, levando muitos a realizarem suas compras de alimentos e itens de consumo diário no lado brasileiro. As Figuras 44 e 45 exemplificam esta situação, exibindo veículos com placas da Guiana Francesa na Avenida Barão do Rio Branco.



Fig.: 44

Fonte: autor (2023)



Fig.: 45

Fonte: autor 2023

Nas ruas da cidade, assim como nos comércios, restaurantes e feiras, é frequente encontrar estrangeiros, e um indicativo disso são os carros que diariamente cruzam a ponte. Em contrapartida, os brasileiros enfrentam limitações para o mesmo trajeto devido à necessidade de documentação e às políticas de licenciamento e seguro de veículos, que são extremamente caras e burocráticas.

Referenciando a esse contexto, em 2023, considerando as relações transfronteiriças, o governo do Amapá implementou um sistema de registro para veículos internacionais que transitam em Oiapoque. Prevista para iniciar em 2024, a medida visa auxiliar os agentes de trânsito locais na fiscalização de veículos da Guiana Francesa e Suriname. A decisão se baseia nos Artigos 118 e 130 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), alinhando-se à política do Tratado de Viena⁶², assinado por Brasil e França, que mantêm uma relação de reciprocidade.

Em janeiro de 2024, destacando a progressão do acordo, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e as autoridades do Brasil e da Guiana efetivaram os acordos internacionais estabelecidos no ano anterior. Assim, avançaram na área de transporte de passageiros e cargas. A Fotografia 46 registrou a reunião com diversas autoridades, que

⁶² As principais regras sobre a circulação internacional de veículos, em complemento ao Artigo 118, encontram-se na Convenção de Trânsito Viário de Viena, ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto nº 86.714/81.

definiram corredores de negociação para favorecer o comércio e o turismo entre os dois países.



Fig. 46

Foto: Divulgação / AESCOM ANTT

É importante destacar o interesse do Brasil em desenvolver o transporte terrestre de passageiros e cargas com a Guiana Francesa, território ultramarino francês que compartilha uma fronteira de 700 quilômetros com o Brasil pelo estado do Amapá. Este encontro representou uma fase crucial para a concretização amigável de políticas internacionais.

Um acordo importante foi a preocupação de compartilhar mais informações técnicas, incluindo aquelas relacionadas à qualidade do combustível dos veículos de transporte, considerando que o Brasil é um dos principais produtores mundiais de veículos comerciais. “Realizaremos um estudo com as entidades representativas das montadoras sobre a situação atual das normas Euro VI (Proconve P8) para veículos a diesel no Brasil, pois acreditamos que a situação da frota na Guiana Francesa seja similar à do Brasil, e queremos prevenir a inadmissibilidade dos veículos brasileiros na Guiana Francesa devido aos padrões europeus de sustentabilidade ambiental”, ressaltou Daniel de Castro, chefe da Assessoria Internacional (ASINT) (ANTT, 2024).

Em relação à infraestrutura, discutiu-se o progresso das obras de 110 quilômetros em dois segmentos não pavimentados, conectando a capital Macapá a Oiapoque – AP. Os investimentos federais estimados são de aproximadamente R\$ 270 milhões. Está previsto que o início das obras ocorra em 30 dias para um segmento, e mais 30 dias para a licitação do

segundo lote, uma vez que o projeto de concessão está em sua etapa final. Espera-se que toda a extensão rodoviária seja concluída em até três anos.

No debate, Marcos Marinho, chefe da Divisão de Europa Setentrional do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, enfatizou os benefícios diplomáticos obtidos na discussão de soluções para aprimorar o transporte terrestre de pessoas e riquezas entre Brasil e França. “A reunião faz parte dos preparativos para a futura visita ao Brasil do presidente francês Emmanuel Macron, agendada para março deste ano, visando celebrar vários acordos econômicos entre os países”.

Neste novo cenário, é fundamental estabelecer e manter relações com outras nações para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região. Isso assegura um intercâmbio internacional harmonioso, baseado em regras claras, para que as relações de cooperação beneficiem aqueles que mais precisam. Encontros diplomáticos são importantes para facilitar a importação e exportação de bens e serviços, tornando o comércio mais eficiente e acessível em áreas que necessitam de atenção governamental.

5.2 Estruturação da cartilha turística.

Com uma abordagem didática, tanto escrita, quanto visual, a cartilha é composta por 22 páginas, ilustradas a seguir, que proporcionam uma leitura fácil sobre os atrativos turísticos da cidade. Cada aspecto é fundamentado nos princípios de sustentabilidade e interação sociocultural, ressaltando os benefícios que os itinerários turísticos apresentam ao visitante, ou à pessoa interessada em turismo.

As diretrizes apresentadas permitem atingir os objetivos estabelecidos pelo estudo, focado no turismo social, incluindo: integração e cooperação, além de expandir e qualificar a força de trabalho dos cooperados (catraieiros). É importante ressaltar que a regionalização promove uma distribuição de renda mais equitativa, incentiva a inclusão social e facilita a participação no planejamento regional da cidade.

Considerando os conceitos de turismo, assim como a base teórica e metodológica para a realização dessas atividades, procurou-se destacar o saber local como ferramenta de informação a fim de apoiar e direcionar as práticas de autocuidado. Este material é entendido como um manual de orientações para a prática de hábitos saudáveis, ajudando na decisão em caso de dúvidas ou problemas.

A linguagem escrita complementa as mensagens veiculadas pelas ilustrações de espaços e objetos turísticos, sendo concisa, direta, compreensível e dialógica entre os profissionais do turismo, visitantes e agentes públicos para não limitar. É importante destacar que as figuras ilustrativas são elementos cruciais em materiais educativos e informativos, por facilitarem o entendimento e incentivarem o público a explorar os espaços, histórias e percursos locais. O *design* e a estruturação gráfica, assim como o uso das cores verde e azul, que se sobressaem, estão vinculados ao contexto geográfico, onde a cidade está situada, principalmente a floresta amazônica e o rio que percorre a cidade e sua dimensão urbana.

O guia de turismo, como profissional, deve ter sempre em mente que informar um conteúdo a alguém não significa apenas transmitir conhecimento, mas, sim, criar condições que permitam a sua geração a conhecer saberes, fatos e histórias característicos daquele lugar. Durante este processo, ele reforça as informações orais previamente fornecidas e gera significado para os usuários, contribuindo para a segurança do local simbólico.

Outro aspecto motivador é o tamanho das fontes, 16, 20 e 24 em Times New Roman e Colibri, que facilitam a leitura sem exigir grande esforço. Escolheram-se ilustrações que auxiliam na identificação dos espaços locais, especialmente no turismo de Oiapoque. Na versão em francês, a linguagem escrita é adaptada ao contexto em que o material será distribuído e, por estar em uma área de fronteira, frequentada por estrangeiros dos países vizinhos, isso é essencial para promover a diversidade linguística e a compreensão entre pessoas de diferentes culturas na região fronteira.

5.3 Análise descritiva da cartilha e composição formal

As ilustrações são elementos cruciais em materiais informativos e educacionais, por facilitarem a compreensão dos conteúdos em diversas categorias específicas através do contato com o local visitado ou com a paisagem turística. Neste contexto, ao interagir com o ambiente do local por meio de roteiros, os turistas podem experimentar três tipologias: a primeira é a ambiental, em contato com rios e montanhas; a segunda é a cultural e histórica, em museus indígenas da região e monumentos históricos, e a terceira é a étnica e religiosa, conforme Vignati (2013).

Destas tipologias, a mais relevante para a demanda descrita é a terceira, considerando que os costumes indígenas que formam a sociedade de Oiapoque, é estimado de 8.845 indígenas divididos em 08 etnias, segundo os dados da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI, 2023).

Tratando-se da fronteira franco-brasileira, frequentada majoritariamente por estrangeiros guianenses, o verso de cada página apresenta uma tradução em francês para facilitar o acesso às informações do local turístico. Isso se deve ao fato de que o território possui uma política pública bilíngue para promover o intercâmbio linguístico-cultural entre as duas nações.

De acordo com Almeida et al. (2017, p. 682):

Discorrer sobre turismo e território é, sobretudo, mencionar a importância de ambos para o estudo do melhor aproveitamento das possibilidades das fronteiras. (...) Logo, abordar o turismo sob a ótica das fronteiras é considerar novas territorialidades, dos lugares, em especial no cotidiano fronteiriço, que tem o comércio como uma das atividades principais (feiras livres, lojas, mercados e restaurantes), sendo altamente influenciado pelas oscilações cambiais.

Este cenário possui um valor cultural significativo construído diariamente entre as cidades irmãs. As riquezas turísticas de Oiapoque, abrangendo seus aspectos urbanos e os recursos naturais da região, permitem concretizar uma série de bens culturais. É importante ressaltar que a arte kusiwa, pintura corporal e arte gráfica dos indígenas Wajãpi, no Amapá, foi o primeiro patrimônio imaterial da região a ser reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil.

Considerando todos os aspectos da zona de fronteira mencionados na cartilha, o objetivo é informar aos profissionais do turismo que podem utilizar esta ferramenta para promover seus produtos e destacar os atrativos turísticos comuns por meio de diferentes contatos. A região tem uma vocação para o turismo histórico, ecológico, cultural, religioso, de pesca esportiva e de fronteira, atraindo um fluxo de visitantes interessados em conhecer e interagir com a história e cultura locais. A área já exibe e reflete influências sociais significativas de diversas culturas que interagem e coexistem diariamente.

De fato, as fronteiras são construções sociais habitadas por diversos povos, incluindo guianenses, brasileiros e franceses. Isso justifica a tradução de materiais informativos para o francês, permitindo que os produtos turísticos sejam entendidos e utilizados. No cotidiano, é habitual ver brasileiros em Oiapoque falando francês, bem como escolas e universidades preparando a comunidade local e falantes de francês aprendendo português, tornando o contato linguístico uma realidade incontornável.

O anseio da comunidade local por um curso de francês foi atendido após muitos anos de expectativa, tornando-se uma realidade com o projeto de extensão da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), atendendo a uma ampla gama de participantes, incluindo técnicos,

funcionários terceirizados, estudantes indígenas e não indígenas de diversos cursos, além de professores de todas as disciplinas. Já o público externo é formado por donas de casa, comerciantes, atendentes, policiais federais, médicos, dentistas, vigilantes, capoeiristas, tatuadores, agentes de saúde, professores de escolas municipais e estaduais, bem como docentes, técnicos e alunos do IFAP, entre outros profissionais.

Concebendo esta realidade, onde a fronteira é o local de contato e intercâmbio, decidiu-se criar a cartilha com descrições básicas de composição e, também, versões em francês, conforme o Anexo II, preservando a estrutura visual e textual, as cores e o *design*, mas trazendo perspectivas inovadoras. Assim, a cartilha se estabelece como um instrumento complementar indispensável ao planejamento turístico da cidade e, para o turista, um meio de orientação, informação e fomento ao conhecimento do produto turístico, atendendo às expectativas.

É interessante observar que o conteúdo integra diversos locais que se transformaram em produtos turísticos. Para melhor compreensão, está organizado segundo dois eixos descritivos: os elementos visuais sobre os locais e as estratégias de *marketing* turístico, utilizadas como ferramentas específicas para a promoção de um destino. Estes componentes contribuem para uma interação positiva entre o turista e a cidade a ser visitada.



FICHA TÉCNICA

Universidade Federal do Amapá-UNIFAP
 Programa de Pós Graduação do Estudo de fronteira-PPGEF
Cartilha de turismo sobre a Cidade Oiapoque-AP



TEXTO: Rondiney dos Santos Silva
Estrutura: Rondiney dos Santos Silva
Projeto gráfico: Rondiney dos Santos Silva-Cartilha
Metodologia desenvolvida pelo estudo de caso-PPGEF
Fotos: Rondiney, excursão- 2023
Parceria: UNIFAP, SETUR/Oiapoque/ Associação e Cooperativa dos catraieiros

SUMÁRIO	APRESENTAÇÃO	04	
	PRECAUÇÕES	05	
	CONHECENDO A CIDADE	06	
	CARACTERÍSTICAS NATURAIS DE OIAPOQUE	07	
	O QUE É O TURISMO?	08	
	PRODUTO TURÍSTICO–SERRA DO TUMUCUMAQUE	09	
	PRODUTO TURÍSTICO–PEDRA GRANDE	10	
	PRODUTO TURÍSTICO–GRANDE ROCHA	11	
	PRODUTO TURÍSTICO–MUSEU KUAHÍ	12	
	PRODUTOS TURÍSTICOS – MONUMENTOS	13	
	PRODUTO TURÍSTICO–PONTE BINACIONAL	14	
	HOSPEDAGEM	15	
	HOTÉIS	16	
	RESTAURANTES	17	
	BARES, CAFÉS E LANCHONETES	18	
	SERVIÇOS, AGÊNCIAS E LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	19	
	LUGARES PARA VISITAR	20	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	21		

**CARTILHA DE
 TURISMO
 SOBRE A CIDADE DE
 OIAPOQUE-AP**

APRESENTAÇÃO

Queridos turistas, esta cartilha trata do turismo e foi criada especialmente para vocês! Os conteúdos contidos neste instrumento mostrarão as oportunidades de conhecer coisas interessantes sobre o turismo na Zona de Fronteira, bem como desfrutar do que há de melhor na cidade: seus pontos turísticos, sua história e sua cultura. A importância deste material está na possibilidade de que o conhecimento da cidade é o primeiro passo para a valorização e preservação dos espaços turísticos e legados culturais.

Sejam bem-vindos à cidade!



Você, turista

Confira aqui sugestões e informações importantes para você curtir seu passeio sem problemas.

Viaje legal!

ANVISA- CVPAF-AP-Av. Rio Grande do Norte, 437-Pacoval-Entre as Rua: São Paulo e Guanabara, 68.908-270-Cidade:Macapá-AP-Tel.: (96) 3223-6372-3223-6341

PROCON Estadual AP, Av. Padre Júlio Maria Lombard, nº 1614-Santa Rita-Tel.:(96) 3217-0000. Secretaria de Estado do Turismo do Amapá-AP

Secretaria de Estado do Turismo-Setur- Rua: Binga Uchôa, 29-Centro. Macapá-AP-68.900-090-Tel.: (96) 3212-5335

Centro de atendimento ao Turista-CAT- Secretaria do Estado do Turismo-Tel.: (96) 3212-5335

Secretaria Municipal de Turismo de Oiapoque-R. Joaquim Caetano da Silva, 460-Centro, Oiapoque-AP,Tel.: 96 99973-1538

Precauções

Consulte um médico e avalie sua condição física antes de viajar. Planeje sua viagem com antecedência, escolhendo acomodações que atendam suas necessidades. Verifique as opções de acessibilidade, transporte e conforto. Reivindique seus direitos: pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida têm, por lei, direito a 2% dos assentos em teatros, cinemas, estádios, auditórios, etc., conforme as normas da ABNT. O atendimento prioritário também é assegurado por lei (Decreto Federal nº 5.296/2004).



UM POUCO SOBRE A CIDADE

Situada no norte do Brasil, na Amazônia Setentrional, a cidade é um mosaico de exuberâncias naturais, e seu povo acolhedor exibe a alegria de pertencer a uma terra com rica identidade histórica e cultural. Os visitantes têm o privilégio de explorar os atrativos turísticos, além de descobrir os melhores lugares para banhos, descanso, gastronomia e expressões artísticas dos variados grupos étnicos que formam a vibrante sociedade de Oiapoque.



6

CARACTERÍSTICAS NATURAIS DE OIAPOQUE

A riqueza da fauna e flora costeira, a conservação de vastas áreas litorâneas e a presença de praias, reservas ambientais isoladas e preservadas possibilitam a união do turismo de sol e banho de rio com o ecoturismo. Vamos considerar algumas características dos atrativos costeiros brasileiros com potencial turístico que podem enriquecer os roteiros na região: manguezais, marés, estuários e grandes rios são típicos do litoral amazônico, estendendo-se desde a foz do rio Oiapoque, atravessando aproximadamente 350 km desde sua nascente na serra Tumucumaque até a sua foz no oceano. O rio Oiapoque, que delimita a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, é cercado por florestas inundáveis de várzea, campos de dunas e uma vasta diversidade de crustáceos, peixes e aves, todos explorados pelo turismo.



Fonte: R.ondy 2023



Fonte: ImBio



Fonte: R.ondy 2023



Fonte: R.ondy 2023

7

O QUE É O TURISMO?

Segundo a OMT(1994), o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócios ou outros.



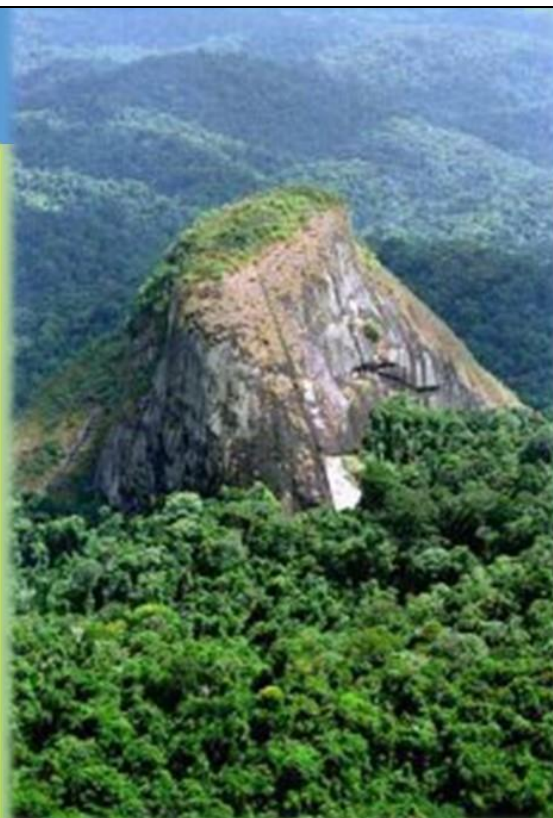
- 1 Respeitar a legislação vigente
- 2 Garantir os direitos das populações locais
- 3 Conservar o meio ambiente natural e sua diversidade
- 4 Considerar o patrimônio cultural e valores locais
- 5 Estimular o desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos
- 6 Garantir a qualidade dos produtos, processos e atitudes
- 7 Estabelecer o planejamento e a gestão responsáveis

8

PRODUTO TURÍSTICO

A SERRA DO TUMUCUMAQUE

O maior parque nacional do Brasil é uma das maiores áreas de floresta tropical protegida do mundo, localizado ao noroeste do Amapá. É uma área natural que ganha uma promoção cada vez mais evidente para turistas que buscam um contato direto com a natureza e ao ar livre. Suas maravilhas e exuberância fazem com que o ecoturismo cresça bastante na região.



Fonte: IcmBio

9

PRODUTO TURÍSTICO

PEDRA GRANDE

Trata-se de uma formação geológica situada a 12 quilômetros da sede do município de Oiapoque, acessível principalmente pelo ramal do Assentamento da Agricultura Familiar Igarapé-Grande. Conhecida localmente como Pedra Grande, é um afloramento rochoso de morro testemunho, datado do pré-cambriano, e faz parte do Planalto das Guianas.

O local oferece conteúdo geológico e geomorfológico de valor turístico, cênico, educativo e científico. Além disso, é utilizado para retiros religiosos, transmitindo uma sensação de paz e serenidade.



Fonte: foto- SEMTUR- Oiapoque- Anderson Braryni 10

PRODUTO TURÍSTICO

A GRANDE ROCHA

A Grande Rocha é o acidente geográfico de maior expressão que limita o médio do baixo curso do rio Oiapoque, é um dos principais atrativos turísticos naturais da região. As rochas nesta área são de grandes espessuras, bastante antigas, datadas do período pré-cambriano, compostas por rochas cristalinas, gnaisses e graníticas, entre outras. A beleza do afloramento rochoso da Grande Rocha e suas corredeiras pode ser notada por meio das belas cachoeiras ou corredeiras presentes entre o Alto e Médio Rio Oiapoque.



Fonte: Rondy-2023



<https://www.dennis-harb-photography.com/>

11

PRODUTO TURÍSTICO

Museu Kuahí



Museu Kuahí, fundado em 2007, tem registros históricos e objetos de quatro povos indígenas que habitam a região: Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kalinã.

A administração do local é feita por indígenas.



É um elemento cultural fundamental, produzido por tradição e preservação da cultura.

A conservação da arte indígena é uma forma de manter vivas as tradições culturais das diversas etnias indígenas.



Um cocar é o adorno usado por muitas tribos indígenas americanas na região da cabeça.

Sua função variava de tribo para tribo, podendo servir de adorno a símbolo de posição ou classe na tribo. Geralmente, é confeccionado de penas presas a uma tira de couro ou de outro material

A exposição expressa e promove os povos Karipuna, Galibi, Palikur, Galibi Kalinã e Marworno como detentores de expressões culturais particulares e regionais compartilhadas de longa data, fruto de redes de relações históricas, marcadas pela convivência numa mesma região e por trocas seculares.

Local: Avenida Barão do Rio Branco, 160, Centro.
Aberto das 8h às 12h e das 14h às 18h

12

PRODUTO TURÍSTICO

Os monumentos preservam memórias e simbolizam fatos que foram marcantes, como conquistas e revoluções. Eles são erguidos para homenagear personalidades notáveis da região ou acontecimentos da história.



Fonte: Randy 2023

Nosso Patrimônio Histórico



Fonte: Randy 2023

O Laudo Suíço foi assinado em 1º de dezembro de 1900, o qual representa o fim dos conflitos entre Brasil e Guiana Francesa por meio da participação incondicional do diplomata brasileiro Barão do Rio Branco. E em sua homenagem, foi erguido o monumento em 2000, com a gravura do Barão na parte superior do monumento, sendo considerado um dos pontos turísticos culturais mais visitados da cidade. Está localizado na Av. Barão do Rio Branco, no Centro da cidade.



Fonte: Randy 2023

Foi erguido em 1943 para representar o limite transfronteiriço do Franco Brasileiro entre o Brasil e a Guiana Francesa. O mesmo possui trechos do hino nacional brasileiro gravados em suas partes para reforçar a nacionalidade do país, sendo considerado um dos principais pontos turísticos culturais da cidade, por representar o começo do Brasil. Está localizado em frente à cidade de Oiapoque (orla da cidade), na avenida Barão do Rio Branco.

Clevelândia do Norte é uma colônia militar brasileira situada no estado do Amapá. Antigamente era chamada de Colônia Militar do Oiapoque. Situa-se na margem direita do rio Oiapoque, a cerca de 20 quilômetros da cidade de Oiapoque. Esse ponto, que faz parte do espaço turístico, costumeiramente, é notório turista fotografar em seu entorno para demonstrar sua passagem pelo lugar.

13

PRODUTO TURÍSTICO

A ponte binacional

O turismo de fronteira está ligado à viagem aos territórios transfronteiriços entre países por meio de pontos turísticos. A Ponte Binacional oferece este espaço através de sua paisagem natural e, em torno da mesma, proporciona aventura e lazer através da própria natureza.

Ela está localizada sobre o Rio Oiapoque, que faz fronteira com a Guiana Francesa. Distante aproximadamente 590 km da capital Macapá, a ponte possui 378 metros de extensão, servindo de ligação entre Macapá e Caiena, dando continuidade às rodovias BR-156 no Brasil e à RN2 na Guiana Francesa.



Fonte: Ronly 2024



Fonte: Ronly 2024

14

MEIOS DE HOSPEDAGEM



Prestação de serviços turísticos

Decreto nº 5.406, de 30 de março de 2005, considera os meios de hospedagem de turismo aqueles estabelecimentos que possuem licença de funcionamento para prestar serviços de hospedagem expedida por autoridade competente.

Ainda segundo esse Decreto, são serviços de hospedagem aqueles prestados por empreendimentos ou estabelecimentos empresariais administrados ou explorados por prestadores de serviços turísticos hoteleiros, que ofertem alojamento temporário para hóspedes, mediante adoção de contrato de hospedagem.

Hotel é um estabelecimento que oferece estadia ao hóspede em quartos individuais, além de serviços como recepção, alimentação e serviço de quarto, mediante cobrança de diária.

Pousada oferece uma estadia mais intimista ao hóspede. Isso porque esse meio de hospedagem pode chegar até no máximo 3 andares.

Resort, além de oferecer os serviços básicos de acomodação e alimentação, também conta com uma infraestrutura de lazer e entretenimento. Spa, academia, piscina, recreação e até atividades em meio à natureza no próprio estabelecimento são oferecidos aos hóspedes. Tudo em um único lugar!

Hotel fazenda se assemelha ao hotel, mas como seu próprio nome já diz, o diferencial deste estabelecimento é a localização: ele encontra-se em um ambiente rural.

Casas de Aluguel são a opção mais procurada por famílias e grupos de amigos que pretendem passar um período de férias em uma determinada cidade.

15

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DA CIDADE

HOSPEDAGENS

A melhor segurança e comodidade!



Hotéis 24 horas

AMAZÔNIA- CONTATO – (96)3521-1132-

• End. R.JOAOQUIM CAETANO DA SILVA,680, CENTRO-ABERTO 24H

CHACARA DO RONA- (96) 3521-5596

• End. AV.GETÚLIO VARGAS N° 210, PARAISO- ABERTO 24h

HOTEL FILHO DE DEUS - (96)3521-2181

• End. R.LELIO SILVA,130 CENTRO- ABERTO 24 HORAS

SHOPING HOTEL ESPERANÇA- (96)3521.1895/ (96)988134151

• ECENTRO- ABERTO 24Hnd. AV.COARACY NUNES,ESQUINA SANTOS DUMONT N° 580 A

CHALÉ PARADIS- (96)3521-1761/ 594694217913

• End. RUA AZARIAS NETO PLANALTO- ABERTO 24H

PARIS HOTEL- (96)99911-9628/ 98119-3356

• End. AV.COARACY NUNES,189, CENTRO- ABERTO 24H

16

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DA CIDADE

Serviço de alimentação e restaurantes

Churrascaria gaúcha- - Comida a kilo, churrasco rodizio.- end Av.Barão do Rio Branco Centro

Restaurante pizzaria predileta- pratos a la carte- Pizzaria, end, Rua Presidente Kennedy

Restaurante- Rodeio-pratos a la carte e Churrascaria, end, Rua Presidente Kennedy,406-610

Churrascaria medalhão de Ouro-comida a kilo.-end. Rua Santos Dumont,689

Restaurante e bar- Spit bk-churrascaria - A la carte- end. Rua: Coaracy Nunes- Centro

Restaurante - La cabana-pub- pratos a la carte- Comida caseira e personalizada- end. Rua Joaquim Caetano da silva,400

Peixaria da Nice- serve variadas comidas a base de peixes e camarão.-end. Rua Santos Dumont n°740-Centro-

Restaurante pizzaria predileta- pratos a la carte- Pizzaria- end. Rua Presidente Kennedy

Marmitaria- Lima- comida caseira- contato: (96)98102-8725/ 99905-2452



17

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DA CIDADE

Nosso objetivo é tornar a viagem do turista mais bem organizada, oferecendo uma experiência de relaxamento, conhecimento e descanso.



BARES, CAFÉS E LANCHONETES

PARADA OBRIGATÓRIA

END. BR 156, 96
99914-
3980/988037778;
CHURRASCARIA

COMIDA A KILO,
HORÁRIO
FUNCIONAMENTO:
12 AS 23H

CAPACIDADE: 100
pessoas; serviços:
karokê

BAR E RESTAURANTE COPACABANA

ESPECIALIZAÇÃO OU SERVIÇO:
PRATOS A LA CARTE

HORÁRIO: 16:00 as
02:00

CAPACIDADE: 100
pessoas

CLUB STRIKE BOLICHE

ESPECIALIZAÇÃO
OU SERVIÇO:
PIZARIA
A LA CARTE
HAMBURGUER

CAPACIDADE: 120
PESSOAS

ATRAÇÃO
CULTURAL: BOLICHE
BILHAR,
MUSICA AO VIVO

18

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DA CIDADE



AGÊNCIAS E LOCAÇÕES
DE VEÍCULOS



EVASION TOUR BRASIL- Endereço: Oiapoque, AP, 68980-000 - Telefone: 594 694 96 19 61

OIAPOQUE TOUR- Endereço: Azarias Neto - Planalto, Oiapoque, AP, 68980-000 (96) 98812-0947

HC SERVIÇOS LTDA- Endereço: R. Pres. Vargas, 754 - Centro, Oiapoque - AP, 68980-000- Telefone: (96) 99812-9209

TERMINAL RODOVIÁRIO- Endereço: BR-156 - Oiapoque, AP, 68980-000- Telefone: (96) 98102-4021

AGÊNCIA DA CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ NO OIAPOQUE- Endereço: R. Joaquim Caetano da Silva, 930-1012 - Oiapoque, AP, 68980-000

LOCA CAR- Endereço: Rod. 156, s/n, Bairro: FM, Oiapoque - AP, 68980-000- Telefone: (96) 99912-5529

19

LUGARES PARA VISITAR!



Distrito Clevelândia



Artesanato



Igreja N.S. das Graças



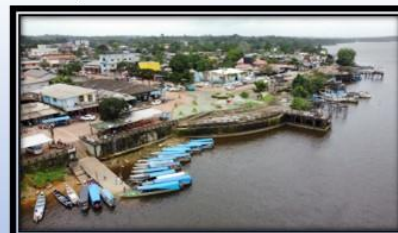
Monumento Pátria



Monumento laudo Suiço



Corredeira do Sault Maripá



Orla da cidade Oiapoque



Rio Oiapoque



Terminal dos catraias



Letreiro da cidade



Serra do Tumucumaque

Fonte: fotos Semtur - Oiapoque

20

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este guia, o turista na cidade de Oiapoque pode maravilhar-se com a oportunidade de vivenciar o turismo social, com foco no ecoturismo, ao explorar a região que é predominantemente um espaço exótico, característico da Amazônia: rios, florestas, trilhas, balneários, cachoeiras e montanhas. Esta cartilha oferece uma série de recomendações sobre a cidade e suas adjacências, enfatizando a importância de conhecer e respeitar a realidade de cada local e de vivenciar de forma responsável o turismo na acolhedora cidade. Espera-se que, com este guia, o turista possa dialogar, conhecer e imergir diretamente na experiência que irá adquirir, incentivando assim mais visitas aos variados atrativos que Oiapoque tem a oferecer ao turismo.

21

BIBLIOGRAFIA

GIORDANI, Anney Tojeiro. Normas editoriais, orientação aos autores: cartilhas./ Anney Tojeiro Giordani, Priscila A. Borges Ferreira Pires. Revisão de Diná Tereza de Brito. - Cornélio Procópio: Editora UENP, 2020.

ALMEIDA, Alessandro; KOGAN, Andréa; JUNIOR, Rinaldo Zaina. Elaboração de roteiros e pacotes. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Aquarela: marketing turístico internacional do Brasil. Metodologia e coordenação Chias Marketing. Ministério do Turismo: 2003. Disponível em: Acesso em: 19 jun. 2023

<http://www.oiapoque.ap.gov.br-Secretaria Municipal de Turismo -Semt-oiapoque- 2022-> Acesso em: 07 de maio de 2023

<https://alexandregarrido.blog/2017/09/07/quais-sao-os-principios-do-turismo-sustentavel/> Acesso em 04 de março de 2024

[https://blog.hospedin.com/meios-de-hospedagem -2/ O que são e quais são os principais \(hospedin.com\)/](https://blog.hospedin.com/meios-de-hospedagem -2/ O que são e quais são os principais (hospedin.com)/) Acesso dia 23 de janeiro de 2024

Na página 01, destaca-se a ponte binacional que liga o Brasil aos outros países sul-americanos pela fronteira com a Guiana Francesa, atuando como um corredor para o intercâmbio de serviços. Sua existência é um resultado direto da diplomacia e da política, refletindo sua relevância binacional e a estratégia geopolítica do Brasil de ampliar relações com a Europa por meio da Guiana Francesa.

Na página 02, a ficha técnica da revista de turismo é apresentada de maneira didática e compreensível, destacando a organização do espaço turístico e os equipamentos de serviço de alta qualidade que a cidade oferece, contribuindo, assim, para a sua padronização. Nas páginas 03, tem-se o sumário e, na 04, a apresentação, e ambas apresentam uma leitura imagética formal e descrevem uma ilustração com visão panorâmica do espaço turístico, enfatizando a zona de fronteira e seus principais pontos de interesse para os turistas.

A página 05 destaca as orientações sobre as precauções essenciais para os turistas ao chegarem ao destino. A segurança é uma condição fundamental tanto para viajantes, quanto para residentes das áreas turísticas. Segundo a OMT (1997), segurança é sinônimo de qualidade e essencial para um turismo responsável.

As páginas 06 e 07 descrevem as geografias naturais e representam a espacialidade da cidade com todas as suas riquezas exuberantes. A página 06 narra a origem da cidade,

remetendo-se à identidade da comunidade a partir dos povos indígenas, fundamentais na formação de seus habitantes. O mapa escuro, na cor preta, indica que, por estar no extremo norte, ainda é possível localizar na cor verde o estado do Amapá na fronteira marítima com a Guiana Francesa, com projeção externa ao turismo internacional, a partir da cidade de Oiapoque. O círculo sobre o mapa sugere que o turismo é uma atividade que transcende fronteiras e descreve a geografia natural sem interferência humana.

A página 08 provoca o leitor a questionar: o que é turismo? Nela, o turista entende o significado do segmento e seu alcance. Em termos da cidade de Oiapoque, o turismo vai além dos aspectos físicos naturais, englobando também o patrimônio histórico-cultural. A página 09 aborda a Serra do Tumucumaque, cuja paisagem revela a imensidão da área e suas riquezas naturais. A característica mais marcante da serra são as rochas em forma de pontão, similares ao Pão de Açúcar do Rio de Janeiro, distribuídas pelo relevo. São rochas residuais, fruto da erosão. Embora não muito alta, a Serra do Tumucumaque possui o ponto mais alto do Amapá, a cerca de 700 metros de altitude.

As páginas 10 e 11 tratam dos produtos turísticos Pedra Grande e Grande Rocha, que compartilham várias características: as cachoeiras e os aspectos geológicos e geomorfológicos, atrativos ecoturísticos relevantes não apenas por suas belezas, mas também pela oportunidade de explicar a história geológica e a gênese da região, permitindo que o turista aprenda sobre a geologia e os tipos de relevo locais.

A página 12 destaca o Museu Kuahi, um ícone turístico que preserva e divulga a cultura e a história da cidade, apresentando elementos e registros de grafismos, artefatos indígenas e narrativas sociais, focados no turismo histórico e cultural. É interessante notar que a cidade abriga diversas etnias, sendo a maioria composta pelos povos Karipuna, Galibi-Marworno, Galibi Kali'na e Palikur.

Na página 13, as imagens do Monumento Pátria e do Monumento Laudo Suíço evocam um sentimento nacionalista, pois marcam a vitória na definição da fronteira entre Brasil e França, pondo fim a uma disputa diplomática que começou na era colonial e terminou com a República Brasileira. A figura do distinto diplomata Barão do Rio Branco, que firmou a fronteira na margem do Rio Oiapoque, é destacada como um herói nacional. Estes monumentos são pontos ideais para o turismo histórico e cultural.

A página 14 destaca a ponte binacional: uma estrutura colossal e majestosa, repleta de simbolismo histórico, geográfico e diplomático. Aqueles que a atravessam podem apreciar tanto a paisagem urbana de Oiapoque, quanto a de Saint Georges, oferecendo uma visão

abrangente das cidades irmãs. O que antes era uma linha divisória, agora, com a ponte, simboliza a união do Brasil com as nações das Guianas e vice-versa.

As páginas de 15 a 20 tratam dos equipamentos turísticos como hospedagem, restaurantes, agências e alugueis de veículos na cidade, sendo, portanto, fundamentais para o sistema turístico, pois proporcionam uma estadia agradável aos visitantes, atendendo a suas necessidades de lazer ou negócios, contribuindo para o desenvolvimento do turismo. Estes setores representam os primeiros pontos de interação com os turistas, sendo essenciais para a percepção de cordialidade, qualidade de serviços, conforto e hospitalidade local. A página 20, em particular, apresenta um resumo visual dos pontos turísticos, possibilitando que os visitantes planejem suas visitas e explorem as atrações que a cidade oferece.

Nas páginas 21 e 22, as considerações finais e a bibliografia destacam a importância da cartilha enquanto guia para orientar turistas em Oiapoque. Elementos como imagens, cores, gráficos e tabelas contribuem para uma leitura acessível dos conteúdos turísticos, fazendo com que os visitantes se sintam bem recebidos e informados sobre sua localização, especialmente sobre como chegar aos locais turísticos. A bibliografia forneceu o embasamento teórico e guiou a estruturação do guia, desde sua concepção até a produção, considerando o público-alvo, o espaço e os diferentes setores da sociedade, em especial os catraieiros, conhecedores das áreas turísticas acessíveis por vias fluviais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de tantas críticas, pela ausência de políticas públicas voltadas ao segmento do turismo, como também pelas ineficiências estruturais que a cidade se encontra, ainda é possível abrir senda a partir da necessidade do aproveitamento das atividades dos catraieiros para fomentar o turismo à margem do rio Oiapoque. Na verdade, ao contextualizar o turismo com a totalidade do espaço fronteiriço e com o fator econômico já existente, percebe-se que este segmento emerge da base comunitária, das cooperativas e associações dos catraieiros, uma relação que pode apontar caminhos profícuos para uma nova proposta de política de fomento turístico nesta territorialidade.

Neste contexto, entidades como o Estado (instituições públicas), o capital (setor privado) e a sociedade civil atuam como agentes de transformação do espaço geográfico. Combinando interesses econômicos e políticos diversos, eles moldam identidades socioculturais únicas e remodelam continuamente o espaço urbano. Na zona de fronteira, dinâmicas sociais envolvem grupos indígenas isolados, comerciantes, turistas e residentes em atividades econômicas que destacam a mobilidade característica da área.

Com um recorte temporal definido, a pesquisa revelou novos cenários no arranjo das dimensões sociais, históricas e econômicas, com dinâmicas particulares na cadeia produtiva local, exemplificada pela atividade dos catraieiros que desempenham suas funções laborais diariamente. Esta observação levou o estudo a ganhar destaque em bibliografias locais, sendo realizado *in loco*, com observações e análises do objeto de estudo, em colaboração com a Secretaria de Turismo e associações e cooperativas de catraieiros.

A tese sobre “turismo de base comunitária” abrange uma vasta coleção de conceitos e achados de pesquisas teóricas e práticas, e revela um percurso esperançoso para o avanço do turismo comunitário, com a participação de vários atores sociais, autoridades públicas e o governo, que garantem, preservam e incentivam os valores e as práticas turísticas em Oiapoque.

A metodologia ampliou a questão anterior, que continua sem resposta: quem assegurará os direitos trabalhistas e de subsistência dos catraieiros com a abertura efetiva da ponte binacional? Esta é a preocupação e o temor de alguns cooperados, frente ao possível impacto em suas atividades de travessia fluvial com a operação regular da ponte binacional⁶³.

⁶³ SANTIAGO, Abinoan. Catraieiros de Oiapoque, no Amapá, entram na Justiça contra União- Trabalhadores pedem indenização de R\$ 40 mil para cada catraieiro. Categoria diz que inauguração de ponte vai acabar com atividade. notícias em Amapá (globo.com) Acesso em: 8 março 2024.

O escopo das atividades turísticas realizadas no campo seguiu as diretrizes atuais da Organização Mundial do Turismo (OMT), abrangendo principalmente alojamento, transporte, alimentação, agências de viagem, serviços de apoio ao transporte, locação de veículos, e atividades culturais e de lazer, conforme Árias e Zamboni (2009). Estes elementos foram cruciais para entender os dados analisados e adotar uma metodologia mais realista, concisa e inovadora para o estudo do objeto.

Conforme os objetivos foram sendo atingidos, surgiram propostas e estratégias que funcionam como uma válvula de escape para orientar decisões ou para auxiliar no enfrentamento das situações relativas ao novo plano de trabalho dos catraieiros, proporcionando um roteiro para ações e investimentos estruturados e prioritários no âmbito turístico.

Neste contexto, a proposta visa integrar os catraieiros no turismo social, visto como uma ferramenta econômica promissora para empreendedores e para o desenvolvimento local. A Secretaria Municipal de Turismo (SEMTUR), em conjunto com a Secretaria Estadual de Turismo (SETUR-AP) e o Ministério do Turismo (MTur), busca elaborar, esclarecer e organizar uma agenda de políticas públicas que ofereça capacitação, orientação e segurança para essa classe trabalhadora, permitindo a reestruturação do trabalho para incentivar o turismo local de forma integrada.

Segundo o ministro do Turismo, este incentivo expande a política pública e evidencia a descentralização do crescimento turístico, além de ressaltar que todos os municípios podem se beneficiar diretamente das ações e fundos do Ministério do Turismo, visando fortalecer e visibilizar o desenvolvimento do turismo local. Nesse contexto, "é essencial que os gestores municipais se comprometam a priorizar o setor, o qual é de extrema importância para a economia nacional, criando empregos e renda para inúmeras famílias por todo o país", enfatiza, Gilson Machado Neto (2022).

Apesar das barreiras estruturais que impedem o desenvolvimento do turismo, a cidade tem a vantagem por estar localizada no extremo norte do país, na fronteira com nações sul-americanas e estados da Amazônia setentrional. Ela disponibiliza roteiros de viagem desejados por viajantes e turistas que buscam experiências em florestas, matas, rios, lagos, aves, ilhas, animais exóticos e cachoeiras. Oiapoque é carente em infraestrutura se comparada a outras cidades brasileiras nos circuitos turísticos nacionais e internacionais devido à ausência de estruturas para o desenvolvimento socioeconômico, o que é parcialmente

resultado da sua localização geográfica remota, longe dos centros de poder e das discussões sobre políticas de desenvolvimento de fronteiras.

Na visão de Torres (2017, p. 3936 - 3937), sua ênfase nessa realidade é similar quando explica que:

Para além de uma referência geográfica, Oiapoque é uma cidade pouco desenvolvida e a ação do Estado Nacional é esparsa, caracterizando-se por acordos internacionais com ações locais. A raridade destas ações materializa-se e interfere na vida dos habitantes, por exemplo, na procrastinação dos habitantes em deslocar-se a capital preferindo viajar no verão amazônico a enfrentar os atoleiros comuns, pela falta de pavimentação.

Além da dimensão estrutural, há também a ausência de um Plano Municipal de Turismo (PMT⁶⁴) mais estruturado, que seja capaz de captar e atrair eventos, seminários e feiras de negócios para o município. Isso incentivaria o turismo, promoveria campanhas e ações para desenvolver a mentalidade turística local com envolvimento da comunidade no apoio às atividades produtivas do setor.

O guia turístico, elaborado com base nas paisagens locais e na infraestrutura de serviços, serve como uma ferramenta de comunicação para promover uma imagem positiva da cidade, alinhada à realidade da fronteira, especialmente em relação aos produtos turísticos. Espera-se que os processos descritos ajudem visitantes e turistas a entenderem melhor o cenário urbano como um elemento de atração turística para evitar percepções equivocadas do lugar.

Na análise do turismo na região, conduziu-se um estudo que foi além da historiográfica de Oiapoque. Procurou-se compreender a economia local, as relações internacionais e a sociologia híbrida, enriquecida por identidades culturais, como meios de informação e conhecimentos atrelados aos anseios humanos por avanço e crescimento local. É crucial enfatizar que, neste contexto, o hibridismo cultural⁶⁵ surge das interações e convivência com o "estrangeiro", demandando que as autoridades públicas reconheçam as peculiaridades desta área que a distinguem de outras regiões do país, a fim de desenvolver e implementar políticas e normas públicas que permitam ao turismo ser um vetor de renda e serviços para os catraieiros.

⁶⁴ O PMT é um norteador da gestão e desenvolvimento da atividade turística para os municípios e deve estabelecer os caminhos a serem percorridos para o alcance dos objetivos e metas.

⁶⁵ A noção de hibridismo, segundo During (1999), pode ser entendida como processo de combinação dos produtos culturais com elementos novos para produzir efeitos diferentes em situações diferentes, como um dos conceitos-chaves para estudos culturais.

De todas as perspectivas teóricas, a pesquisa explorou a evidência de que o turismo já ocorre na faixa de fronteira, uma realidade revelada com a inclusão de Oiapoque na Rota Turística do Norte⁶⁶. Reconhecida por suas características amazônicas, a cidade ganha importância internacional, nacional e regional, estimulando o comércio turístico, fortalecendo a administração pública e a sociedade civil e destacando o turismo como um vetor de desenvolvimento e valorização sociocultural. Assim, torna-se relevante desenvolver propostas e estratégias de políticas públicas que se concentrem nas atividades dos catraieiros para expandir o turismo da cidade de maneira humana e sustentável, considerando os aspectos sociais, culturais e econômicos.

⁶⁶ Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/Roteiros>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BIBLIOGRAFIA

ALENCAR, D. G.; KNUPP, M. E. C. G.- Cartilhas *turísticas de Ouro Preto: um novo olhar* Interfaces - Revista de Extensão da UFMG, v. 4, n. 1, p.111-128, Ouro Preto, jan./jun., 2016.

ALMEIDA, C. S. de.; RAUBER, A. L.- *Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do Desenvolvimento Regional*, Redes - Santa Cruz do Sul- Universidade de Santa Cruz do Sul, v.22, n. 1, janeiro-abril, 2017.

ALMEIDA, M. V. de. *Turismo social; por uma compreensão mais adequada deste fenômeno e sua implicação prática na realidade atual brasileira*- Dissertação de Mestrado, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ALMEIDA, R.B.F.; Costa, E.A.; Mariani, M.A.P.; Benedetti, A.G. *Turismo nas cidades gêmeas de fronteira e as possibilidades da Lei 12.723/2012*. Revista Brasileira de Ecoturismo, v.10, n.3, p. 685-707. ago/out. São Paulo, 2017.

ANDRADE, J. V. de. *Turismo: fundamentos e dimensões*. 7 ed. Ed. Ática. São Paulo, 2000.

ÁRIAS, A. R.; ZAMBONI, R. A. *Sistema integrado de informações sobre o mercado de trabalho no setor de turismo no Brasil*. Brasília: Ipea, março de 2009.

ASSIS, T. M. de. *Turismo Social: um estudo de caso do SESC, da 913 sul*. Brasília, 2005.

BAHL, M. *Viagens e roteiros turísticos*. Curitiba: Editora Protesto, 2004.

BARRETO, M.; BURGOS, R.; FRENKEL, D.- *Turismo, políticas e relações internacionais*. Campinas: Papirus, 2003.

BARROS, S. P.; SANTOS, R.V. S. *A Política Externa Brasileira e as Fronteiras no Processo de Integração da América do Sul*. Ipea. Boletim de economia e Política Internacional- BEPI n. 22 | jan./abr. Brasília, 2016.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 5.ed. São Paulo, SP: SENAC, 2001.

BENI, M. C. *Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: Roteiro Metodológico com base na Instrumentação e Operacionalização do Sistur – Sistema de Turismo Aplicado ao Projeto Costa Oeste – Estudo de Caso*. *Turismo Visão e Ação*, 2(3), 51-70. São Paulo, 1999.

BOULLÓN, R. *Planejamento do espaço turístico*. 1.ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

CARVALHO, G. L. *Perspectiva histórico-institucional da política nacional de turismo no Brasil (1934-2014)*. *Mercador*,15(1), 87-99. Fortaleza, 2016.

CASTELLI, G. *Turismo: atividade marcante*. Caxias do Sul: Educs, 2001.

CASTILHO, C. J. M. de; VIEGAS, J. M. *Turismo e práticas socioespaciais: múltiplas abordagens e interdisciplinaridades*. Recife: Ed. UFPE, 2006.

CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CEPÊDA, V. A. *Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico*. *Estudos Avançados*, vol. 26, n. 75, 2012.

CHEIBUB, B. L. *A História das Práticas Turísticas no Serviço Social do Comércio de São Paulo*. *Revista Rosa dos Ventos*, [s. 1.], 2014.

CONCEIÇÃO, D. C.- *Impacto Econômico do turismo sobre a renda, em Salvador-* 38f. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA-salvador, 2007

CORIOLOANO, L. N. T. M. *Do local ao global: o turismo litorâneo cearense*. Campinas: Papirus, 1998.

CORREA, P. G. P. *Integração e segurança na Amazônia transnacional*. 185 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) 1 Relações Internacionais, 2 Amazônia Transnacional, 3 Integração, 4 Segurança Internacional - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

CRUZ, S.H.R. *Turismo, Fronteira e Desenvolvimento na Pan-Amazônia: Trajetórias entre Brasil e Guiana Francesa*. Tese – Universidade Federal do Pará, Desenvolvimento Ambiental, Núcleo de Altos Estudos da Amazônia. Belém, 2010.

DALBONE, A. *O Turismo social e sua importância para o desenvolvimento do Brasil-Salvador*, Bahia, 2023.

DIEKMANN, A.; MCCABE, S.; FERREIRA, C. C. *Social tourism: research advances, but stasis in policy. Bridging the divide*. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, vol.10, nº. 3, p. 181-188. DOI: 10.1080/19407963.2018.1490859. (2018)

DINH, N. Q.; Daillier, P. & Pellet, A. *Direito Internacional Público*. 2nd ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

DUARTE, D.C.; RUAS, R. *Marcos históricos e a sua contribuição para a construção do turismo* REVISTA :TURISMO E DESENVOLVIMENTO, | N.º 21/22, BRASILIA, 2014.

DURING, S. (Ed.) Introduction. In: *The Cultural Studies Reader* London e New York: Routledge: 1-28, 1999.

ELICHER, M. J. *Produção do espaço turístico* v. 1 / -. 190 p.; 19 x 26,5 cm. ISBN: 978-85-7648-807-1 1. Turismo. 2. Espaço turístico. 3. Natureza. I. Título. CDD 338.4791- Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2012

FALCÃO, C. H. P. *Turismo Social. Empreendedorismo, Trabalho e Qualidade de Vida na Terceira Idade* / Organizador Juarez Correia Barros Júnior – 1ª ed. –500 p, Editora: Edicon, São Paulo, 2009.

FARIAS, Kassia Suelen da Silva - *Principais políticas de fomento do turismo na Amazônia: análise dos primeiros planos de turismo da Amazônia (PTA I e II) e do PROECOTUR*-Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, v. 2, n. 2, p. 183-205, jul./dez. -Natal, 2014.

FAUSTO, B. *História do Brasil*- 4ª ed. Edusp-São Paulo,1996.

FERRARI, M. *Zona de fronteira, cidades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do MERCOSUL*-Departamento de Geociências, Universidade Estadual do Oeste do Paraná no Campus de Marechal Cândido Rondon, Brasil, 2013.

FILHO, S. S. G. *As fronteiras do Brasil*. —. 139 p., 18 cm. FUNAG, Brasília, 2013.

FONSECA, P. C. D. *Desenvolvimentismo: a construção do conceito*. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, 2015.

FRATUCCI, A. C. A - *Dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

GALLOIS, D. T.; GRUPIONI, D. F. *Povos Indígenas no Amapá e Norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?* Iepé- São Paulo, 2003.

GARCIA, R. W. D. *A Comida, a Dieta o Gosto. Mudanças na Cultura Alimentar Urbana*. 305 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

GIL, A. C. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, E. L. S. *Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá*. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) –Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

GORTZ, M. S. *Turismo comunitário - o potencial do conjunto palmeira – fortaleza* - Ceará. Fortaleza, 2010.

GRANGER, S. *O contestado franco brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia*-revista Cantareira - EDIÇÃO 17 JUL-DEZ, 2011.

GRANGER, S; SILVA, V. G; TOURNEAU, F. M. *Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França)*. Mercator, Fortaleza, v. 18, e18018, 2019. ISSN:1984-2201- ° This is an open access article under the CC BY Creative Commons license Copyright - Universidade Federal do Ceará, 2019.

GUERRA, A. J. T; PALHARES, J. M. - *Potencialidades no município Oiapoque, Amapá, para o desenvolvimento do geoturismo*. Revista Espaço Aberto, PPGG-UFRJ, V.6, N.2, p. 51-72. 2016.

LAVAL, P.; VIDAL, B. L. *Iepé Peixes e Pesca Conhecimentos e Práticas entre os Povos Indígenas do Baixo Oiapoque, Amapá* Pesquisadores Indígenas do Museu Kuahí, Oiapoque-AP, 2018.

LOMBA, R. M.; MATOS, F. R. *A ponte binacional e os novos arranjos territoriais: perspectivas e dilemas da Cooperação Francobrasileira (Amapá)-Guiana Francesa* - Bol. geogr., Maringá, v. 31, n. 1, p. 19-29, jan.-abr, Macapá, 2013.

LOPESI; Mariana Manzano; NETTOI, Alexandre Panosso - *Análise das políticas federais de turismo no Brasil (1930 a 2020); Ateliê do turismo* - Campo Grande / MS, v. 5, n. 2, p.200-224, jul-dez 2021.

MACHADO, J. P. *História aplicada ao turismo, Manaus*: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.

MACHADO, L. O. *Estado, territorialidade, redes: cidades gêmeas na zona de fronteira sul-americana*. Publicado em: M.L. Silveira (org.) Pg. 246-284, Continentes em Chamas. Globalização e Território na América Latina. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2005.

MACHADO, L. O. *Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade*. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, pp. 7-23, jan./jun., 2000.

MACHADO, L. O. *Limites, fronteiras, redes*. In: STROHAECKER, T. M. et al. (Org.). Fronteiras e espaço global. Porto Alegre: AGB, 1998.

MACHADO, L. O; HAESBAER, R.; RIBEIRO L. P.; STEIMAN, R.; PEITER P.; NOVAES A. *O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira: uma proposta conceitual-metodológica*, UFMS, p. 87-112- Campo Grande, 2005.

MACHADO, S. M.; MOTTA, M.; VICENTE, J. *Em Terras Lusas: Conflitos e Fronteiras no Império Português*. Vinhedo: Editora Horizonte, 320 p. Cap. 1. p. 23-53, 2013.

MACHADO, L. O. *Estratégias de Otimização em Regiões de fronteira na América do Sul, Anais Foz do Iguaçu-Paraná Brasil 08, 09 e 10 de abril - II conferência internacional de desenvolvimento urbano em cidades de fronteira*. Foz do Iguaçu, 2006.

MARANHÃO, C. H. S. *A trajetória histórica da institucionalização do turismo no Brasil*, Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, Natal, v. 5, n. 2, p. 238-259, jul./dez. 2017.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia Científica*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, C. C. *Migração transfronteiriça na Amazônia: brasileiros na Guiana Francesa*. Anais do III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa “San Tiago Dantas” (UNESP, UNICAMP e PUC/SP). São Paulo, 2011.

MASSARI, C.; CARVALHO, C. L.; BARBOSA, L. *Discussões e proposta para o Turismo do Brasil: observatório de inovação do turismo*. SENAC, Rio de Janeiro, 2006.

MORAES, J. de M. *O rio Oiapoque- Da Comissão Brasileira Demarcadora de Limites*. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai, Rio de Janeiro, 1964.

MOURA, E. D.- *Dinâmicas comerciais da cidade de Oiapoque – AP – brasil: sob o contexto fronteiriço* - Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Coordenador do

Grupo de Estudos Urbanos da Amazônia Setentrional (GEURBAS- CNPq). -REVISTA GEONORTE, V.9, N.33, p.43-65, 2018.

MOURA, E. D. *Território, Fronteira e Conectividade: um olhar para a fronteira franco-brasileira*- Macapá, 2020.

MÜLLER, R.; SILVA, R. B. S. *Planejamento e organização do turismo*. 212 p. UNIASSELVI – Indaial, 2011.

PEREIRA, L. C. B.-. *Crescimento e Desenvolvimento econômicos*, São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

PIMENTEL, T. D.; PIMENTEL, M. P. C. - *Destino turístico como construção coletiva: os atores envolvidos e sua necessidade de articulação*, - Juiz de Fora, 2012.

PORTO, J. L. R.; CALDAS, Y. P. - *Gênese, construções e delimitação da fronteira Brasil-França: da conquista do território à fronteira tardia*- Revista Territórios & Fronteiras, Cuiabá, vol. 8, n. 2, jul.-dez, 2015.

RÊGO, B.; MOURA, R.; NUNES, M.; KRÜGER, C.; NAGAMINE, L.; FERREIRA G. e MOREIRA, P. - *Fronteiras do Brasil: Referências para a Formulação de Políticas Públicas* - volume 6 – Ministério do Desenvolvimento Regional, Brasília, 2021.

RIO, Gisela A. Pires. *A espacialidade da economia: superfícies, fluxos e redes*. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

ROMANI, C. *A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque*. Antíteses, vol. 3, n. 5. Université de Paris 3, realizado em Toulon / França, em 23 de março de 2005.

ROSA, J. A. M. *Turismo social: Um estudo de caso na Costa da Lagoa* – 60f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) –Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis/SC, 2002.

RUBINO, M. S. *Políticas públicas de turismo: a hospitalidade pública ao excursionista em Bertioga*. 168 f. Dissertação (Mestrado em Hospitalidade), Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2004.

SANTOS, L. P. DE M. DOS; SANTOS, E. R. C. *Catraias” do Rio Oiapoque e dinâmica territorial transfronteiriça Franco-Brasileira*. XVII Encontro nacional de geógrafos. Construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luiz -Maranhão, 2016.

SARNEY, J.; COSTA, P. *Amapá: Aterra onde o Brasil começa*- Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

SENHORAS, Elói Martins. *Relações Internacionais: Temas Contemporâneos*. 335 p. Série: Relações Internacionais. Boa Vista: Editora IOLE, 2021.

SILVA, A. P.; NASCIMENTO, L. P. *O turismo de fronteira e as políticas de desenvolvimento. Um estudo de caso nos municípios de sant'ana do Livramento (Brasil) e Rivera (Uruguai)* - Universidade Anhembi Morumbi – UAM/ São Paulo/SP. 2009.

SILVA, G. de V. *Desenvolvimento econômico em cidades da fronteira amazônica: ações, escalas e recursos para Oiapoque-AP*, 2019.

SILVA, G. de V. *Oiapoque: Potencialidades e caminhos neste século XXI*. Macapá: UNIFAP, 2014.

SILVA, G. de V. *Uma proposta de Rota Turística no Baixo rio Oiapoque Projeto de Extensão-UNIFAP*, AMAPA- AP, 2019.

SILVA, G. de V.; RÜCKERT A. A. - *A fronteira Brasil-França Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR)* », Confins [online]; DOI: 10.4000/ confins.60402009 -outubro 2009

SILVA, J. A. S. *Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*. 480 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Departamento de Escola de Comunicações e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SILVA, M. D. G.; MIRANDA E. A. *Planejamento do Turismo para o Desenvolvimento Local* – in: RBPD – Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v. 2, n. 2, p. 94-103, jul./dez. 2013.

SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão de literatura*. Sociologias, vol. 8, n. 16, 2006.

SOUZA, M. D. C. *A Evolução Política, Demográfica e Sócio-Econômica do Amapá. Coordenação do Curso de História*. Universidade Federal do Amapá. Macapá/AP, 1995.

TADINI, R. F.; MELQUIADES, R. F. T. *Fundamentos do Turismo*. v. 1 –Fundação CECIERJ, Rio de Janeiro, 2010.

TAVARES, A. de M. *City Tour*. Aleph. São Paulo, 2002.

TORRES, A. M., *Migração, Mobilidade E Deslocamentos: Exclusão Social, Diferenças Culturais E Ação Política. O Uso Metodológico da História oral na Produção e coleta de dados Para Pesquisas em Migração, Gênero e Trabalho Na Amazônia*. II Seminário Internacional América Latina: Política e conflitos contemporâneo. II SIALAT, Centro de Evento Benedito nunes, Universidade Federal do Pará, 27 A 29 de novembro, Belém-Brasil, 2017.

TORRES, L. H., *Missões Jesuítico-Guaranis: Entre o Tempo Medieval e o Moderno*. Biblos, Rio Grande, 21: 215-224, 2007.

TOSTES, J. A.; FERREIRA, J. F. C. *Amapá (Brasil) e Guiana francesa (França): Definindo o Corredor Transfronteiriço*, DOI: 10.18468/pracs. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v 9 n3.p73-97- UNIFAP-AP, 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais A Pesquisa Qualitativa em Educação - O Positivismo - A Fenomenologia - O Marxismo-* SÃO PAULO, ATLAS S.A.,1987.

TULIK, O. *Turismo e repercussões no espaço geográfico. Revista Turismo Em Análise, 1(2), 63-77.* <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v1i2p63-77>, 1990.

VIEIRA, A. R. M. *Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do Programa de Regionalização do Turismo no Polo São Luísa A.* Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília. Brasília, 2011.

VIGNATI, F. *Economia do Turismo: como Gerar Empregos, Rendimentos e Prosperidade em Moçambique.* Moçambique: Editora Andirá, 2013.

WAHAB, S. A. *Introdução à administração do turismo.* São Paulo: Pioneira, 1991.

YÁZIGI, E. *Turismo, espaço e paisagem.* São Paulo: Hucitec, 1998.

Internet:

BRASIL – Ministério de Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. *Cartilha do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDF)*. Brasília – DF. Fevereiro de 2005. Site www.integracao.gov.br. Acesso em 30 de jan. 2024.

BRASIL, *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo Social* – Brasil, 2017- Ministério do Turismo. <http://www.gov.br>. acesso: 03 de janeiro de 2024.

BRASIL, *Fronteiras do Brasil: referências para a formulação de políticas públicas*, 367 p.: il., gráfs., mapas, color. Fronteiras. 2. Políticas Públicas. 3. Desenvolvimento Regional. 4. Integração Fronteira. 5. Integração Regional. I. Pêgo, Bolívar. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Brasil. Ministério da Integração Nacional.volume 6 / Coordenador Bolívar Pêgo – Brasília: Ipea, MI, 2021. Acesso em: 10 de janeiro de 2024.

BRASIL, *Ministério do Turismo-Programa de Regionalização do Turismo Diretrizes*, 2013. Acesso em 04 de dezembro de 2023.

BRASIL. Decreto nº 2.200, de 08 de abril de 1997. *Promulga o Acordo-Quadro de Cooperação, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>- Acesso em: 26 de março de 2023.

BRASIL. *Ministério do Turismo, Incorporação ao Ministério do Turismo a Secretaria Especial da Cultura, criada após a extinção do Ministério da Cultura. Decreto nº 9.791, de 14 de maio de 2019, aprova o Plano Nacional de Turismo 2019-2022.* Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/> Acesso em: 12 dezembro de 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil: 2013-2016.* Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/> Acesso em: 16 dezembro de 2023.

<http://www.portal.ap.gov.br> -SETUR/AP- *Plano Estadual de Turismo do Amapá- Macapá-AP, 2016-*. Acesso em: 24 de abril de 2023.

<http://pcdl.itamaraty.gov.br/pt-br>. *primeira Comissão Brasileira Demarcadora de Limites*. Acesso 14 de março de 2023

<http://www.cnm.org.br>. *Confederação Nacional de Municípios*. Acesso: 22 de maio de 2023.

<http://www.planalto.gov.br>-Decreto- nº 9643, 22 de agosto de 2002. *Cria o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Estado do Amapá, e dá outras providências-* Acesso em: 30 de março de 2023

http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/roteiros_brasil/turismosustentabilidade. Acesso: 05 de setembro de 2023.

<http://www3.weforum.org/docs/WEF-TTCR-2017-web-0401.pdf>. Acesso em: 30 de março de 2024

<https://www.g1.globo.com/ap/amapa/noticia>- *Catraieiros de Oiapoque, no Amapá, entram na Justiça contra União- Trabalhadores pedem indenização de R\$ 40 mil para cada catraieiro. Categoria diz que inauguração de ponte vai acabar com atividade - 17/08/2013 12h08-*Acesso em: 10 de julho de 2023.

<https://www.gov.br>. Disponível em: D2200 (planalto.gov.br) Acesso em: 23 ago. 2023

<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio>. *Tratado de Tordesilhas definiu as áreas de domínio do mundo extra-europeu*. Acesso em: 23 de janeiro de 2024.

<https://censoagro2017.ibge.gov.br>. Acesso: 22 de setembro de 2023.

https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/SEMA4e5f3bd3e59d3fbec739575629ed77da.pdf. <https://www.portal.ap.gov.br> Acesso em: 30 dez. 2024.

<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/08/catraieiros-de-oiapoque-no-amapa-entram-na-justica-contra-uniao.html> Acesso em: 8 out. 2024

<https://web.bndes.gov.br/> Biblioteca Digital do BNDES: *Relatório Anual BNDES, 2011-* acesso: em 23 de outubro de 2023.

<https://www.ageamapa.portal.ap.gov.br/conteudo/relacoes-internacionais/> *CMT. Comissão de Cooperação Mista de Fronteira-* Acesso em: 24 de janeiro de 2024

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c51q1qqqww1o> É um número que vem aumentando ano após ano, porém o órgão não faz distinção de status migratório (legal ou ilegal) nas estatísticas sobre comunidade brasileira no exterior-Ministério das Relações Exteriores-Itamaraty-2023. Acesso em 14 de agosto de 2023.

<https://www.cadastur.turismo.gov.br>- acesso em: 03 de janeiro de 2024.

<https://www.cpiacre.org.br/> *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira*. BRASIL, 2009, p 12. Acesso em: 19 de junho de 2023.

[https://www.ctbdigital.com.br/Art. 118](https://www.ctbdigital.com.br/Art.118) - *Comentário (ctbdigital.com.br)As principais regras sobre a circulação internacional de veículos, em complemento ao artigo 118, encontra-se na Convenção de Trânsito Viário de Viena, ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto n. 86.714/81*. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

<https://www.docasdesantana.com.br/> Acessado em 25 de janeiro de 2024.

<https://www.estraviz.org/catraia>- acesso: 24 de novembro 2023.

<http://www.sepi.ap.gov.br/interno.php?dm=961>- acesso 03 de novembro de 2023

<https://www.gov.br/turismo/pt-br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/ministerio-do-turismo/diretrizes-para-o-desenvolvimento-do-turismo> Acesso em: 30 de março- 2024.

[https://www.issuu.com/turismosocial/docs-Declaração de Montreal em 1996](https://www.issuu.com/turismosocial/docs-Declara%C3%A7%C3%A3o+de+Montreal+em+1996), pelo Bureau International du Tourisme Social (BITS). Acesso: 01 de junho de 2023.

[https://www.macapa.ap.gov.br/Exportação/Exportação inédita de grãos, incentivada pela Prefeitura, transporta 22 toneladas de milho para a Guiana Francesa – Prefeitura de Macapá-2023](https://www.macapa.ap.gov.br/Exporta%C3%A7%C3%A3o/Exporta%C3%A7%C3%A3o+in%C3%A9dita+de+gr%C3%A3os,+incentivada+pela+Prefeitura,+transporta+22+toneladas+de+milho+para+a+Guiana+Francesa+%E2%80%93+Prefeitura+de+Macap%C3%A1-2023).

<https://www.mapa.turismo.gov.br/Roteiros>. Acesso: 10 de janeiro de 2024.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8623.htm: *Art. 1º O exercício da profissão de Guia de Turismo, no território nacional, é regulado pela presente Lei”. In: BRASIL. LEI Nº 8.623, DE 28 DE JANEIRO DE 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências*. Disponível em: Lei 8623 (planalto.gov.br) Acesso em: 3 jan. 2024.

<https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/Atos>, Altera a Lei nº 11.771, de 2008, “*que dispõe a formação e a capacitação de profissionais do turismo com financiamento e apoio com recursos do Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR*”. Acesso em 03 de março de 2024.

<https://www.planalto.gov.br/ccivil-03/leis>, *O Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR, criado pelo Decreto-Lei nº1.191, de 27 de outubro de 1971, ratificado pela Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991*. Acesso em 29 set. 2023.

https://www.planalto.gov.br/civil_03/leis/8623.htm-acesso 03 de janeiro de 2024

<https://www.regionalizacao.turismo.gov.br/>- acesso em: 05 de setembro de 2023

<https://www.selesnafes.com/2022/08/censo-2022> *vai mapear etnias e línguas indígenas no Amapá – objetivo mapear 73 aldeias do Amapá dos povos indígenas, suas diferentes formas de organização social, costumes, línguas e a enorme riqueza cultural*. Acesso em 03 de janeiro de 2024.

<https://www.setur.pa.gov.br/noticia/modelo-de-turismo-sustentavel-para-amazonia-legal-e-foco-de-congresso-no-para>. Acesso em 25 de novembro de 2023.

<https://www.unifap.br/ppgbio/apresentação> UNIFAP. *Apresentação- Programa de Pós Graduação de Mestrado e Doutorado em BiodiversidadeTropical.Ano2020*.disponivel em. Acessado em: 22 de setembro de 2023.

<https://www2.unifap/oiapoque/2024/01/30/projeto-de-extensão-sans-frontieres-curso-de-lingua-francesa-no-municipio-de-oiapoque>. Acesso em: 28 de janeiro de 2024.

ANEXO-I

REGISTROS DE ESTUDOS DE CASO - CIDADE DE OIAPOQUE E DE SÃO JORGE



Fig.: 01 Fonte: autor (2019)



Fig.: 02 Fonte: autor (2023)

A figura 01 refere-se ao Monumento Pátria da cidade de Oiapoque e a Figura 02 ao Monumento da Praça Central de São Jorge.



fig.: 03 - Fonte: autor (2019)

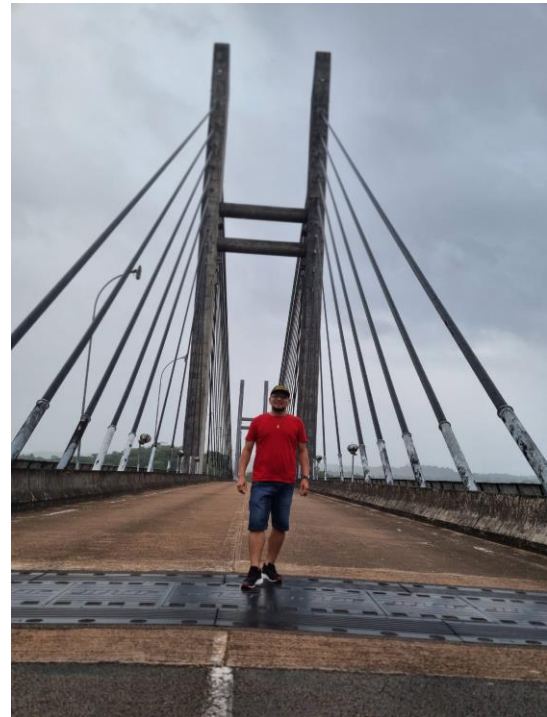


fig.: 04 Fonte: autor (2023)

Figura 03, registro de estudo de campo na praça central em São Jorge (Guiana francesa) e a Figura 04, a ponte binacional.



Fig.: 05 Fonte: autor (2019)



Fig.: 06 Fonte: autor (2019)

A figura 05 registrou o estudo de caso na fronteira, e a figura 06 é a panorâmica da ponte com suas extremidades ao Brasil e à Guiana francesa.



Fig.: 07 Fonte: autor (2019) Oiapoque



Fig.: 08 Fonte: autor (2023) São Jorge

A figura 07 e 08 retratam o dia a dia das catraias na travessia entre as cidades de Oiapoque (Brasil) e São Jorge (Guina Francesa). É comum para quem vai pela primeira vez se deparar com as catraias ancoradas na rampa de embarque e desembarque dos portos das cidades.



Fig.:09 Fonte: autor (2023)

Esta foto na Grande Rocha mostra pessoas que viajam para a Vila Brasil ou Camopi. É um local de turismo com suas paisagens naturais para registros fotográficos.



Fig.: 09 Fonte: autor (2023)



Fig.: 10 Fonte autor (2023)

A Figura 09 mostra a frente da cidade de Oiapoque, e a Figura 10, a praça Central Ecildo Crecêncio. É um local de grande referência para apresentações culturais, músicas, shows e comemoração cultural da cidade. Uma área bastante extensa que reúne quiosques, playground, academia ao ar livre, quadras e rampas para esportes radicais.



Fig.: 11 Fonte: autor (2023)

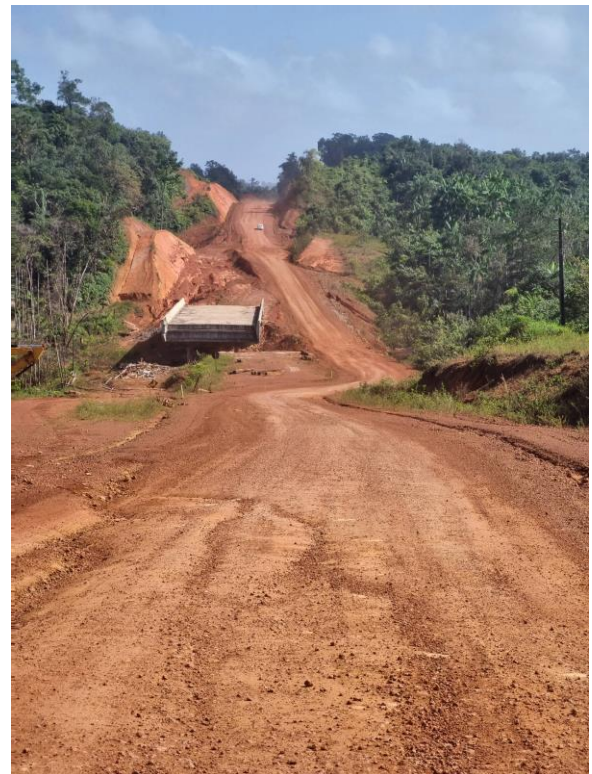


Fig.: 12 Fonte autor (2023)

As duas figuras registram a estrada, BR 156, não pavimentada. No inverno, o acesso à cidade de Oiapoque é um grande desafio em função do atoleiro intenso no perímetro entre o distrito do Carnot e o Oiapoque.



Fig.: 13 Fonte: autor (2023)



Fig.: 14 Fonte: autor (2023)

A figura 13 representa um ponto de mototáxi e também é o local onde se encontram catraieiros e cambistas. A figura 14 mostra o comércio de artesanatos e biojoias. Esses adornos são muito procurados por turistas por representarem a cultura local e incorporarem aspectos regionais. É crucial destacar que a produção de biojoias é marcada pelo desenvolvimento de processos sustentáveis.



Fig.: 15 Fonte: autor (2023)

Figura 15 mostra o registro da feira dos produtores rurais de Oiapoque, onde são oferecidos produtos indígenas como: farinha, frutas e tucupi. A feira, além de impulsionar a economia local, assegura o sustento de agricultores e artesãos. Ela também representa um momento de prazer, onde vendedores e compradores interagem e compartilham experiências, enaltecendo a cultura de Oiapoque e os produtos locais.

A NEXO II

CARTILHA TURÍSTICA, VERSÃO EM FRANCÊS



Capa da cartilha - versão em francês



Ficha técnica da revista - versão em francês

RÉSUMÉ

PRÉSENTATION	04
PRÉCAUTIONS	05
APPRENDRE A CONNAITRE LA VILLE	06
CARACTERISTIQUES NATURELLES D'OIAPOQUE	07
QU'EST-CE QUE LE TOURISME ?	08
PRODUIT TOURISTIQUE – SERRA DO TUMUCUMAQUE	09
PRODUIT TOURISTIQUE – PEDRA GRANDE	10
PRODUIT TOURISTIQUE – GRANDE ROCHA	11
PRODUIT TOURISTIQUE – MUSEE DE KUAHI	12
PRODUITS TOURISTIQUES – MONUMENTS	13
PRODUIT TOURISTIQUE – PONT BINATIONAL	14
HÉBERGEMENT	15
HÔTELS	16
RESTAURANTS	17
BARS, CAFÉS ET SNACKS	18
SERVICES, AGENCES ET LOCATION DE VÉHICULES	19
LIEUX À VISITER	20
CONSIDÉRATIONS FINALES	21



LIVRET TOURISTIQUE SUR LA VILLE D'OIAPOQUE-AP

Sumário da revista - versão em francês

PRÉSENTATION

Chers touristes, ce livret concerne le tourisme et a été créé spécialement pour vous ! Le contenu contenu dans cet instrument montrera les opportunités d'apprendre des choses intéressantes sur le tourisme dans la zone frontalière, ainsi que de profiter du meilleur de la ville : ses attractions touristiques, son histoire et sa culture. L'importance de ce matériel réside dans la possibilité que la connaissance de la ville soit le premier pas vers la valorisation et la préservation des espaces touristiques et des héritages culturels.



Apresentação da cartilha - versão em francês



Toi, touriste

Vérifiez ici pour des suggestions et des informations importantes afin que vous puissiez profiter de votre balade sans aucun problème.

Voyagez cool !

ANVISA-CVPAF-AP-Av. Rio Grande do Norte, 437-Pacoval-Entre as Rua:São Paulo et Guanabara, 68.908-270-Ville:Macapá-AP-Tél.: (96) 3223-6372-3223-6341

PROCON Estadual AP, Av. Padre Júlio Maria Lombard, n° 1614-Santa Rita-Tél.:(96) 3217-0000.

Secrétariat d'État au Tourisme d'Amapá-AP
Secrétariat d'État au Tourisme-Setur- Rua Binga Uchôa, 29-Centro. Macapá-AP-68.900-090-Tél. : (96) 3212-5335

Centre de Service Touristique – CAT – Secrétariat d'État au Tourisme – Tél.:(96) 3212-5335

Secrétariat municipal du tourisme d'Oiapoque – R. Joaquim Caetano da Silva, 460-Centro, Oiapoque-AP, Tél. : 96 99973-1538

Précautions

Consultez un médecin et évaluez votre condition physique avant de voyager. Planifiez votre voyage à l'avance en choisissant un hébergement qui répond à vos besoins. Vérifiez les options d'accessibilité, de transport et de confort. Faites valoir vos droits : les personnes handicapées ou à mobilité réduite ont, par la loi, droit à 2% des places dans les théâtres, cinémas, stades, auditoriums, etc., conformément aux normes de l'ABNT. Le service prioritaire est également garanti par la loi (décret fédéral n° 5 296/2004).

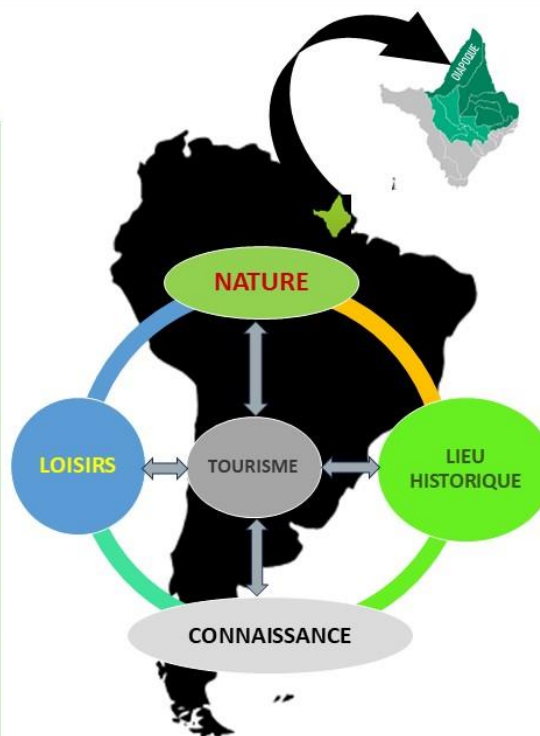


5

Orientação sobre precauções - versão em francês

UN PEU SUR LA VILLE

Située au nord du Brésil, dans le nord de l'Amazonie, la ville est une mosaïque d'exubérance naturelle et ses habitants accueillants affichent la joie d'appartenir à une terre à la riche identité historique et culturelle. Les visiteurs ont le privilège d'explorer les attractions touristiques, en plus de découvrir les meilleurs endroits pour la baignade, le repos, la gastronomie et les expressions artistiques des divers groupes ethniques qui composent la société dynamique d'Oiapoque.



6

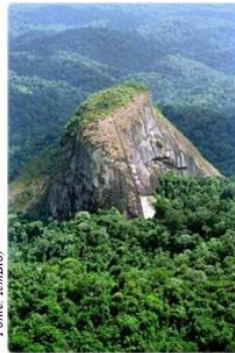
História da cidade - versão em francês

CARACTÉRISTIQUES NATURELLES D'OIAPOQUE

La richesse de la faune et de la flore côtières, la conservation de vastes zones côtières et la présence de plages, de réserves environnementales isolées et préservées permettent d'allier tourisme du soleil et baignades fluviales avec écotourisme. Considérons quelques caractéristiques des attractions côtières brésiliennes avec un potentiel touristique qui peuvent enrichir les itinéraires de la région : les mangroves, les marées, les estuaires et les grands fleuves sont typiques de la côte amazonienne, s'étendant de l'embouchure de la rivière Oiapoque, traversant environ 350 km depuis sa source. dans la chaîne de montagnes Tumucumaque jusqu'à son embouchure dans l'océan. La rivière Oiapoque, qui délimite la frontière entre le Brésil et la Guyane française, est entourée de forêts inondables, de champs de dunes et d'une grande diversité de crustacés, de poissons et d'oiseaux, tous exploités par le tourisme.



Fonte: Rondy 2023



Fonte: ImBio



Fonte: Rondy 2023



Fonte: Rondy 2023

7

Característica da cidade - versão em francês

QU'EST-CE QUE LE TOURISME ?

Selon l'OMT (1994), le tourisme comprend les activités exercées par les personnes lors de leurs voyages et séjours dans des lieux différents de leur environnement habituel, pendant une période consécutive de moins d'un an, à des fins de loisirs, d'affaires ou autres.



- 1 Respecter la législation en vigueur
- 2 Garantir les droits des populations locales
- 3 Conserver le milieu naturel et sa diversité
- 4 Tenir compte du patrimoine culturel et des valeurs locales
- 5 Stimuler le développement social et économique des destinations touristiques
- 6 Assurer la qualité des produits, des processus et des attitudes
- 7 Établir une planification et une gestion responsables

8

O que é o turismo ? versão em francês

PRODUIT TOURISTIQUE

LA MONTAGNE TUMUCUMAQUE

Le plus grand parc national du Brésil est l'une des plus grandes zones de forêt tropicale protégée au monde, située au nord-ouest d'Amapá. Il s'agit d'un espace naturel de plus en plus prisé par les touristes en quête d'un contact direct avec la nature et le plein air. Ses merveilles et son exubérance font que l'écotourisme se développe considérablement dans la région.



Fonte: IcmBio

9

Serra do Tumucumaque - versão em francês

PRODUIT TOURISTIQUE

GRANDE PIERRE

Il s'agit d'une formation géologique située à 12 kilomètres du siège de la commune d'Oiapoque, accessible principalement via la branche de l'établissement agricole familial Igarapé-Grande. Connue localement sous le nom de Pedra Grande, c'est un affleurement rocheux d'une colline témoignage, datant du Précambrien, et fait partie du plateau des Guyanes.

Le site offre un contenu géologique et géomorphologique de valeur touristique, paysagère, pédagogique et scientifique.

De plus, il est utilisé pour les retraites religieuses, procurant un sentiment de paix et de sérénité.



Fonte: foto- SEMTUR- Oiapoque- Anderson Braryni

10

Pedra grande - versão em francês

PRODUIT TOURISTIQUE

LE GROS ROCH

Grande Rocha est la plus grande caractéristique géographique qui limite le milieu du cours inférieur de la rivière Oiapoque et constitue l'une des principales attractions touristiques naturelles de la région. Les roches de ce secteur sont très épaisses, assez anciennes, datant de la période précambrienne, composées de roches cristallines, de gneiss et de granite, entre autres. La beauté de l'affleurement rocheux de Grande Rocha et de ses rapides peut être vue à travers les belles cascades ou rapides présents entre la haute et la moyenne rivière Oiapoque.



Fonte: Rondy-2023



<https://www.fotias.turkafotograf.com/>

11

A grande Rocha - versão em francês

PRODUIT TOURISTIQUE

Musée Kuahi



Le musée Kuahí, fondé en 2007, possède des documents historiques et des objets de quatre peuples autochtones qui habitent la région : Karipuna, Palikur, Galibi Marworno et Galibi Kalinã.

Le site est géré par des autochtones.



C'est un élément culturel fondamental, produit par la tradition et la préservation de la culture.

La conservation de l'art indigène est un moyen de maintenir vivantes les traditions culturelles des différentes ethnies autochtones.



Une coiffe est la parure portée par de nombreuses tribus amérindiennes sur la tête. Sa fonction variait d'une tribu à l'autre, allant de la parure au symbole de position ou de classe dans la tribu. Il est généralement constitué de plumes fixées à une bande de cuir ou autre matière.

L'exposition exprime et promeut les peuples Karipuna, Galibi, Palikur, Galibi Kalinã et Marworno en tant que détenteurs d'expressions culturelles particulières et régionales partagées de longue date, résultat de réseaux de relations historiques, marqués par la coexistence dans la même région et par les siècles. -échanges anciens.

Site : **Av. Barão do Rio Branco, 160, Centro.**
Aberto das 8h às 12h e das 14h às 18h

12

Museu Kuahi - versão em francês

PRODUIT TOURISTIQUE

Les monuments préservent la mémoire et symbolisent des événements remarquables, comme les conquêtes et les révolutions. Ils sont érigés pour honorer des personnalités notables de la région ou des événements historiques.



Fonte: Ronly 2023

Notre patrimoine historique



Fonte: Ronly 2023

Le Rapport suisse a été signé le 1er décembre 1900, ce qui marque la fin des conflits entre le Brésil et la Guyane française grâce à la participation inconditionnelle du diplomate brésilien Barão do Rio Branco. Et en son honneur, le monument a été érigé en 2000, avec la gravure du Baron au sommet du monument, considéré comme l'une des attractions touristiques culturelles les plus visitées de la ville. Il est situé sur l'Av. Barão do Rio Branco, dans le centre-ville.



Fonte: Ronly 2023

Il a été érigé en 1943 pour représenter la limite transfrontalière du franc brésilien entre le Brésil et la Guyane française. Il contient des extraits de l'hymne national brésilien enregistrés dans certaines parties pour renforcer la nationalité du pays et est considéré comme l'une des principales attractions touristiques culturelles de la ville, car il représente le début du Brésil. Il est situé en face de la ville d'Oiapoque (bordure de la ville), sur l'Avenida Barão do Rio Branco.

Clevelândia do Norte est une colonie militaire brésilienne située dans l'État d'Amapá. Elle s'appelait autrefois la Colonie Militaire d'Oiapoque. Elle est située sur la rive droite de la rivière Oiapoque, à environ 20 kilomètres de la ville d'Oiapoque. Ce point, qui fait partie de l'espace touristique, est généralement connu pour les touristes qui prennent des photos autour de lui pour démontrer leur visite sur les lieux.

13

Nosso patrimônio histórico - versão em francês

PRODUTO TURÍSTICO

Le pont binational

Le tourisme frontalier est lié aux voyages vers des territoires transfrontaliers entre pays à travers des attractions touristiques. Le Pont Binacional offre cet espace à travers son paysage naturel et, autour de lui, offre aventure et loisirs à travers la nature elle-même.

Elle est située sur la rivière Oiapoque, qui borde la Guyane française. A environ 590 km de la capitale Macapá, le pont mesure 378 mètres de long et sert de lien entre Macapá et Cayenne, prolongeant les autoroutes BR-156 au Brésil et la RN2 en Guyane française.



Fonte: Ronly 2023



Fonte: Ronly 2024

14

Ponte binacional - versão em francês

MOYENS D'HÉBERGEMENT



Prestation de services touristiques

Le décret n° 5 406 du 30 mars 2005 considère comme établissements d'hébergement touristique les établissements qui disposent d'une licence d'exploitation pour fournir des services d'hébergement délivrée par l'autorité compétente. Toujours selon ce décret, les services d'hébergement sont ceux fournis par des entreprises ou des établissements commerciaux gérés ou exploités par des prestataires de services de tourisme hôtelier, qui proposent un hébergement temporaire aux clients, après adoption d'un contrat d'hébergement.

Un hôtel est un établissement qui propose à ses clients un hébergement en chambre individuelle, ainsi que des services tels que la réception, la restauration et le room service, moyennant un tarif journalier.

La maison d'hôtes offre à ses clients un séjour plus intime. En effet, ce type de logement peut atteindre un maximum de 3 étages.

Le complexe, en plus d'offrir des services d'hébergement et de restauration de base, dispose également d'une infrastructure de loisirs et de divertissement. Spa, salle de sport, piscine, loisirs et même activités nature au sein de l'établissement sont proposés aux clients. Tout en un seul endroit!

L'hôtel ferme s'apparente à un hôtel, mais comme son nom l'indique, ce qui différencie cet établissement, c'est sa situation : il est situé dans un environnement rural.

Les maisons de location sont l'option la plus populaire pour les familles et les groupes d'amis qui souhaitent passer des vacances dans une ville spécifique.

15

Hospedagem - versão em francês

SERVICES ET ÉQUIPEMENTS TOURISTIQUES DE LA VILLE

HÉBERGEMENT

La meilleure sécurité et commodité!



Hôtels ouverts 24h/24

AMAZON - CONTACT- (96)3521-1132-

• Adresse : R.JOAOQUIM CAETANO DA SILVA, 680, CENTRE/OUVERT 24H/24

CHACARA DO RONA- (96) 3521-5596

• Adresse AV.GETÚLIO VARGAS N° 210, PARAISO - OUVERT 24h/24

HÔTEL FILS DE DIEU- (96)3521-2181

• Adresse : R.LELIO SILVA, 130 CENTRO - OUVERT 24 HEURES

SHOPPING HÔTEL ESPERAÇÃO-(96)3521.1895/ (96)988134151

• Adresse AV.COARACY NUNES,ESQUINA SANTOS DUMONT N° 580 A CENTRE - OUVERT 24H/24

CHALET PARADIS-(96)3521-1761/ 594694217913

• Adresse : RUA AZARIAS NETO PLANALTO - OUVERTE 24H/24

HÔTEL PARIS-(96)99911-9628/ 98119-3356

• Adresse AV.COARACY NUNES,189, CENTRO - OUVERT 24H/24

16

Seviços e equipamentos: hotéis - versão em francês

SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS DA CIDADE

Service de restauration et restaurant.

Gaucho steakhouse - - Nourriture au kilo, barbecue rodizio, - fin Av.Barão do Rio Branco Centro

Restaurant pizzeria préféré, plats à la carte - Pizzeria, fin. Rue du Président Kennedy

Restaurant- Rodeo-plats à la carte et Steakhouse, fin. Rue Président Kennedy, 406-610

Gold Medallion Steakhouse - nourriture au kilo. Rua Santos Dumont, 689

Restaurant et bar- Spit bk-steakhouse - A la carte- fin. Rue Coaracy Nunes-Centro

Restaurant - La cabana-pub- Plats à la carte- Cuisine maison et personnalisée- fin. Rua Joaquim Caetano da Silva, 400

Peixaria da Nice - sert une variété de plats à base de poisson et de crevettes. Rua Santos Dumont n°740- Centre

Restaurant pizzeria préféré- Plats à la carte- Pizzeria- fin. Rue du Président Kennedy

Marmitana- Lima- nourriture faite maison- contact: (96)98102-8725/ 99905-2452



17

Hospedagens - restaurantes - versão em francês

SERVICES ET ÉQUIPEMENTS TOURISTIQUES DE LA VILLE

Notre objectif est de mieux organiser les voyages touristiques, en leur offrant une expérience de détente, de connaissance et de repos.



BARS, CAFÉS ET COLLATIONS

ARRÊT OBLIGATOIRE

END. BR 156, 96
99914-
3980/98803 7778;
BARBECUE

ALIMENTATION AU
KILO, HORAIRES
D'OUVERTURE:
12 AS 23H

CAPACITÉ : 100
personnes ;
prestations :
karaokê

BAR- RESTAURANT COPACABANA

SPÉCIALISATION OU
SERVICE :
PLATS À LA CARTE

HEURE : 16h00 à
2h00

CAPACITÉ : 100
personnes

CLUB DE BOWLING GRÈVE

SPÉCIALISATION
OU SERVICE : PIZZA
À LA CARTE
HAMBURGER

CAPACITÉ : 120
PERSONNES
ATTRACTION
CULTURELLE :
BOWLING
BILLARD,
MUSIQUE VIVANTE

18

Bares, cafés e lanchonete - versão em francês

SERVICES ET ÉQUIPEMENT TOURISTIQUES VILLE



**AGENCES ET BAUX DE
VÉHICULES**



EVASION TOUR BRÉSIL - Adresse : Oiapoque, AP, 68980-000 - Téléphone : 594 694 96 19 61

OIAPOQUE TOUR - Adresse : Azarias Neto - Planalto, Oiapoque, AP, 68980-000 (96) 98812-0947

HC SERVICES LTDA- Adresse : R. Pres. Vargas, 754 - Centro, Oiapoque - AP, 68980-000- Téléphone : (96) 99812-9209

TERMINAL DE BUS - Adresse : BR-156 - Oiapoque, AP, 68980-000 - Téléphone : (96) 98102-4021

AGENCE CAPITAINE DU PORT AMAPÁ À OIAPOQUE - Adresse : R. Joaquim Caetano da Silva, 930-1012 - Oiapoque, AP, 68980-000

LOCA CAR- Adresse : Rod. 156, s/n, Quartier : FM, Oiapoque - AP, 68980-000- Téléphone : (96) 99912-5529

19

Agência e locações de veículos - versão em francês

LIEUX À VISITER!



District de Cleveland



Artisanat



Eglise N.S. das Graças



Monument Pátria



monument suisse



Rapides de Sault Maripá



Front de mer de la ville d'Oiapoque



Rivière Oiapoque



Rampe Catraia



Signe de la ville



Serra de Tumucumaque

Fonte: fotos Semitur - Oiapoque

20

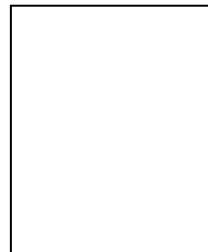
Lugares para visitar - versão em francês

CONSIDÉRATIONS FINALES

Avec ce guide, les visiteurs d'Oiapoque peuvent profiter de la possibilité de faire l'expérience du tourisme social, axé sur l'écotourisme, tout en explorant la région qui est à prédominance exotique, caractéristique de l'Amazonie, avec des rivières, des forêts, des sentiers, des spas, des cascades. et les montagnes. Ce livret présente diverses lignes directrices sur la ville et ses environs, soulignant l'importance de connaître et de respecter les particularités de chaque région et de vivre de manière responsable le tourisme dans la ville accueillante. On espère qu'avec ce guide, les touristes pourront parler, apprendre et s'impliquer directement dans l'expérience qu'ils acquerront, encourageant ainsi davantage de visites aux différentes attractions qu'Oiapoque a à offrir au tourisme.

ASSOCIAÇÃO DOS CATRAIEIROS DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE- ACMO
CNPJ N 05 313.01170001-12
AV. VEIGA CABRAL, 611-CENTRO- OIAPOQUE/AP

FICHA DE MATRÍCULA DO ASSOCIADO



Matricula nº _____ data de emissão ____/____/____

Nome do Cooperador _____
Nacionalidade _____ Naturalidade _____ Estado Civil: _____
Data de Nasc. _____ RG.: _____ CPF.: _____
Nível de escolaridade: _____ Profissão: _____
Nome do pai: _____
Mae: _____
Endereço: _____ Bairro: _____
Cidade: _____ CEP.: _____ Telefone: _____
Cônjuge: _____ nº de dependentes: _____
Nome do herdeiro: _____
Carteira marítima: _____
Função da carteira: _____
Observações: _____

Assinatura do associado: _____

Testemunha

Presidente

TERMO DE DEMISSÃO EXCLUSÃO ELIMINAÇÃO

MOTIVO: _____

Observações: _____

Data de saída: _____ de _____ 20____

Assinatura do demissionário

Assinatura do presidente